

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**Representação social da educação ambiental
em Analândia-SP e sua contribuição ao ecoturismo.**

Rafael Ângelo Fortunato

**ARARAQUARA-SP
2007**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

**Representação social da educação ambiental
em Analândia-SP e sua contribuição ao ecoturismo.**

Autor: Rafael Ângelo Fortunato

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Silva Sé

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente.

ARARAQUARA-SP
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

FORTUNATO, Rafael Ângelo.

Representação social da educação ambiental em Analândia – SP e sua contribuição ao ecoturismo. Rafael Ângelo Fortunato. Araraquara – SP, 2007.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara - UNIARA.

Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: Sé, João Alberto da Silva.

1. Educação Ambiental 2. Representação Social 3. Ecoturismo

DEDICATÓRIA

Dedico a Luiz Gonzaga Fortunato e Inês da Costa Fortunato, que ensinaram belas lições para toda vida e a Luis Gustavo Fortunato e Luciana da Costa Fortunato, meus irmãos que contribuíram com meu aperfeiçoamento.

Dedico a todos meus queridos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) pelo financiamento da minha pesquisa.

Agradeço ao Dr. João Alberto da Silva Sé e ao Dr. Denílson Teixeira.

Agradeço a todo corpo docente do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

Agradeço à Ivani e à Adriana, exemplo de pessoas queridas e especiais.

Agradeço a Deus e ao mestre dos mestres nosso salvador Jesus Cristo.

Por fim, agradeço a todos, pois sem a totalidade teria faltado um.

Resumo

O ecoturismo é um dos setores econômicos mais promissores na atualidade, contudo tem apresentado alguns problemas enquanto à conservação do ambiente natural e o bem estar da população local. Neste cenário, a educação ambiental apresenta-se para promovê-lo em bases sustentáveis. No entanto, para que a educação ambiental possa, de fato, contribuir com a atividade ecoturística, definiu-se um padrão de qualidade, pois, se a mesma estiver ancorada no paradigma cartesiano pouco contribuirá, já a educação ambiental em bases sistêmicas poderá proporcionar maior suporte a sustentabilidade. Neste sentido, procurou-se identificar qual a representação social da educação ambiental de atores sociais de um município com vocação ao ecoturismo, para evidenciar quais as dificuldades e potencialidades para construção de sociedades sustentáveis através do mesmo. Utilizou-se como procedimentos para coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas, que exploram o conceito (o que é educação ambiental?) e a prática da educação ambiental (como vem sendo trabalhada a educação ambiental?). As entrevistas foram gravadas e transcritas e, em seguida a análise de conteúdo possibilitou a categorização dos discursos em quatro dimensões de mundo (íntima, interativa, social e biofísica), que caracterizam o modelo ecossistêmico de cultura. Acredita-se que a educação ambiental quando representada de acordo com o modelo ecossistêmico de cultura, trará boas perspectivas para construção de sociedades sustentáveis. Entretanto, de acordo com os resultados da pesquisa, a representação social da educação ambiental, neste caso, ainda se ancora em grande parte no paradigma cartesiano, responsável por manter o atual modelo de desenvolvimento insustentável.

Abstract

The ecotourism is one of the most prominent economic sectors of these days, notwithstanding it has shown a few problems concerning the environment preservation and the welfare of the local people. In this context, the environment education appears to promote it in a self tenable way. However, to see the environment education itself contributing for the ecotourism activities, a quality pattern was defined, as it wouldn't contribute if it was anchored in the Cartesian paradigm. In a systemic base, the environment education will be able to give better support to the sustainability. Again in this context, the identification of the social representation on the environment education concerning the town actors with vocation to the ecotourism was searched, to show evidences of which are the difficulties and also the potentialities needed to build tenable societies through the ecotourism. Semi-structured interviews were used as a research methodology that explored the concept (what is environment education?) and practice (how has the environment education been worked?). The interviews were recorded and written, and after that an assay of it permitted to categorize the speeches in four world dimensions (intimate, interactive, social and biophysics), which characterizes the ecosystem model of culture. It's believed that the environment education, when represented according to the ecosystem model of culture, will bring good perspectives to the construction of self tenable societies. Still, according to the results of the research, most of the social representation on the environment education, in this case, is anchored on the Cartesian paradigm, responsible for keeping the actual model of tenable development.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
I. O Problema.....	1
II. Justificativa.....	3
III. Objetivos.....	5
IV. Estrutura Geral do Trabalho.....	6
V. Premissa do Trabalho.....	9
VI.Procedimentos metodológicos.....	9
1. REPRESENTAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	10
1.1. Ciência: do orgânico ao mecânico.....	9
1.1.1. Ciência e a pós-modernidade.....	13
1.2. A questão ambiental.....	18
1.2.1. O imaginário social.....	22
1.2.2. A representação social.....	25
1.3. Fundamentos históricos e filosóficos da educação ambiental.....	30
1.3.1. Educação ambiental e senso comum.....	40
1.3.2. Modelo ecossistêmico de cultura.....	41
1.3.3. Ética: a emersão de novos valores.....	48
1.3.3.1. As contribuições da sensibilidade à educação ambiental.....	..53
1.4. Representação social da educação ambiental e sua contribuição para construção de uma sociedade sustentável.....	58
2. ECOTURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.....	.67
2.1 Marco conceitual do ecoturismo.....	66

2.1.2. Educação ambiental, Ecoturismo e Lazer: contribuições ao desenvolvimento pessoal.....	75
2.2. Educação ambiental e o exercício da democracia através do planejamento participativo.....	80
2.2.1. Especificando o raciocínio: o ecoturismo e seu planejamento....	90
2.2.2. Abordagem complexa do turismo e suas relações com a educação ambiental.....	95
2.2.3. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e suas relações com a educação ambiental.....	97
2.2.4. Educação ambiental, gestão ambiental e economia solidária: caminhos para sustentabilidade ecoturística.....	100
2.2.5. Arranjos produtivos, cooperativas e suas relações com educação ambiental.....	110
1. A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA-SP.....	112
4. PESQUISA DE CAMPO.....	120
4.1. Metodologia da pesquisa de campo.....	120
4.1.1. Amostragem.....	123
4.2. Apresentação e discussão dos resultados.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXO.....	150

APRESENTAÇÃO

I. O PROBLEMA

Ainda hoje, mesmo com o advento do pensamento sistêmico, sofremos grandes influências do paradigma cartesiano, nas mais diversas áreas das ciências, bem como na educação ambiental, onde a mesma tem sido ainda freqüentemente apresentada como ambientalismo superficial, ou como sinônimo de ciências naturais.

O paradigma cartesiano, ou mecanicista, caracteriza-se por dividir o mundo em partes para análise, objetivando um maior aprofundamento e avanço científico, onde a razão instrumental se apresenta como a maneira mais segura de se obter conhecimento.

Diante desse contexto, a educação ambiental vem procurando atingir sua maturidade epistemológica partindo de conceitos como os de ecologia profunda, além de uma visão crítica (aspectos políticos e ideológicos) das questões ambientais e uma visão sistêmica onde as ciências, antes separadas pelo cartesianismo, passam a estabelecer relações intrínsecas, produzindo saberes emergentes.

Assim, a educação ambiental configura-se diante de uma gama de incertezas visto toda a complexidade em que se inserem as questões por ela tratadas, então passa-se a existir um saber estabelecido em relações dialógicas.

No entanto, em sentido contrário, a educação ambiental tem se distanciando cada vez mais de sua base epistemológica, que reflete complexidade pois alguns educadores responsáveis por sua disseminação, por falta de informação, de modo inconsciente tornam o

não-familiar (novo conhecimento produzido pela academia) em familiar (aproximando o novo conhecimento do conhecimento já internalizado).

O problema acaba ocorrendo pelo fato de que muitas vezes o conhecimento internalizado se aproxima de uma visão cartesiana, ancorando, assim todo conhecimento produzido pela educação ambiental crítica e sistêmica, a um certo senso comum que em alguns casos tende ao reducionismo.

Nesse processo paradoxal, configura-se a necessidade de se examinar a representação social de meio ambiente que embasa as práticas de educação ambiental.

De acordo com Guimarães (2006, p.23):

“O educador por estar atrelado a uma visão (paradigmática) fragmentária, simplista e reduzida da realidade, manifesta (inconscientemente) uma compreensão limitada da problemática ambiental e que se expressa por uma incapacidade discursiva que informa uma prática pedagógica fragilizada de educação ambiental”

Dessa maneira, a educação ambiental freqüentemente não tem encontrado subsídios para proporcionar a internalização de valores, atitudes e novos conhecimentos necessários à construção de uma sociedade que busque qualidade de vida.

Neste sentido, muito nos pode auxiliar, por exemplo, o modelo ecossistêmico de cultura (Pilon, 1998), que incita a revisão de valores, a busca de qualidade nas relações interpessoais e o exercício da democracia direta através do planejamento participativo.

A educação ambiental pode-se constituir em fator primordial nas atividades humanas, entre elas o “Ecoturismo”, contribuindo para a consolidação do mesmo em bases sustentáveis, quando regulamentadas políticas públicas voltadas ao seu planejamento que considerem toda a complexidade que envolve a questão ambiental.

Mas, ainda, presencia-se uma certa contradição perpetuada no campo do ecoturismo, pois o munícipe, muitas vezes ecoturista, potencial agressor do ambiente, tanto em tempo de lazer quanto em seu cotidiano, não vem tendo um momento de reflexão crítica que contribua para a construção de uma humanidade mais saudável, permeada por valores altruístas, visto a interdependência entre todos os seres que compõem o planeta Terra.

II. JUSTIFICATIVA

A educação ambiental é uma importante ferramenta para a reflexão crítica e para a transformação social, condições *sine qua non* à construção de sociedades sustentáveis, nas quais os indivíduos encontrem possibilidades de pensar seu ser, seu agir e seu estar no mundo.

A razão exclusivamente instrumental, base da racionalidade econômica contemporânea, há tempos vem ditando as regras da atividade turística, como evidencia Beni (2006, p.38): “a organização do espaço, ou ordenação do território, foi e continua sendo determinada predominantemente pela racionalidade econômica” .

Contra essa racionalidade, busca-se uma racionalidade ambiental que integra os princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos e as ações orientadas para a gestão democrática e sustentável do desenvolvimento, com o auxílio da educação ambiental correspondente. De acordo com Coimbra (2002, p.35):

“Houve, certamente, uma evolução no conceito de meio ambiente nos últimos quinze anos, ou seja, a partir do final dos anos 80. Você se lembra, por acaso, dos tempos em que a questão ambiental se resumia para a esmagadora maioria das cabeças pensantes no combate à poluição, na luta contra o desmatamento, no empenho em salvar esta ou aquela espécie em extinção (por exemplo, o mico leão dourado?) Essa era também a época em que a educação ambiental consistia em promover

caminhadas românticas por trilhas em algumas florestas. Nem todo o reducionismo, porém, foi superado de uma só vez; ainda há muito resquício”

A fim de trabalhar-se o ecoturismo com uma certa proximidade da racionalidade ambiental, de modo a enfrentar os resquícios de reducionismo que ainda existem no trato da questão ambiental, justificamos esta pesquisa. Para isto, partimos do pressuposto de que os cidadãos, ao passarem por processos permeados por uma visão sistêmica de meio ambiente, encontrarão subsídios para participar efetivamente do processo de planejamento de seu município, podendo propor e discutir questões relativas ao processo de gestão ambiental e de economia solidária como desígnio de assegurar direitos e deveres presentes em uma sociedade democrática.

Neste sentido, uma perspectiva sistêmica pertinente é aquela em que as dimensões ‘íntima’, ‘interativa’, ‘social’ e ‘biofísica’ (Pilon, 2002; 2003), encontrem-se explicitadas, interligadas e que se deseja que sejam internalizadas pelos atores sociais, pois, segundo Pilon (1998, p.3), “a emancipação das pessoas depende da superação de abordagens pretensamente restauradoras e fragmentadas, em favor do conceito integrado de vida”.

O mapeamento da representação social de meio ambiente e das práticas de educação ambiental pode nos fornecer subsídios para discussões sobre possíveis deficiências que limitam sua capacidade de intervenção numa realidade complexa, onde o ecoturismo é importante atividade econômica e tem potencial para ser “mola propulsora” para a construção de sociedades sustentáveis.

III. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- ✓ Verificar como a educação ambiental está se difundindo, por meio de sua representação social, em um município cujas atividades ecoturísticas são importantes.

- ✓ Enfatizar a necessidades de mecanismos reguladores do mercado e do estado para um melhor desenvolvimento do ecoturismo, tendo como base uma visão sistêmica do processo, dentro de uma visão complexa de meio ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar o discurso e a prática da educação ambiental dos monitores ecoturísticos, dos integrantes de associações e dos representantes de instituições públicas e privadas (diretores de escola, secretários da educação e turismo e donos de agências de ecoturismo) do município de Analândia, sob a luz da teoria da representação social.

- Fornecer uma base conceitual para se pensar uma educação ambiental influente no senso comum, e que se apresente como: crítica, reflexiva, complexa e emancipatória.

- Contribuir através da discussão de uma base conceitual para educação ambiental com a reflexão crítica dos munícipes e posteriormente dos ecoturistas, para que se tornem agentes multiplicadores de uma concepção crítica e complexa da questão ambiental.

IV. ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO

Na figura 1, apresenta-se uma estrutura para visualizarmos a estrutura utilizada na dissertação.

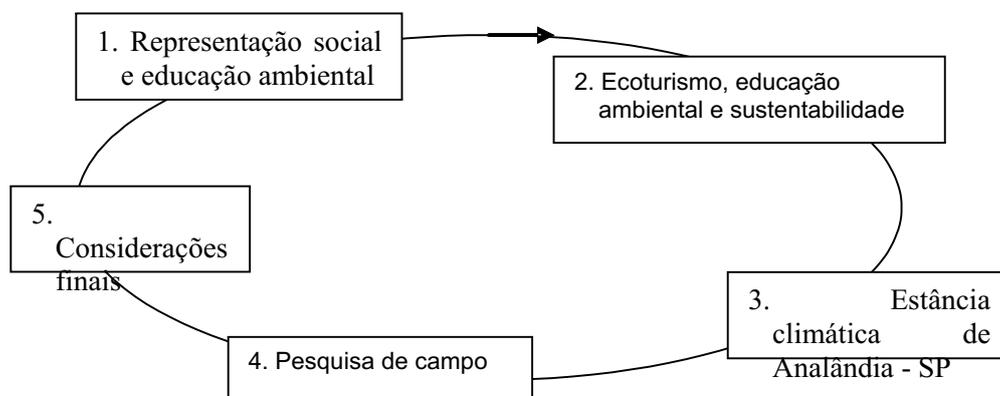


Figura 1: Principais etapas na estruturação da dissertação.

No primeiro capítulo, discutimos a questão da ciência moderna em sua transição para ciência pós-moderna, revelando sua contribuição à sustentabilidade ao se iniciar uma ruptura paradigmática com a ciência cartesiana, responsável pela insustentabilidade socioambiental. Demonstramos que a ciência cartesiana vem ganhando “ares de perpetuação” através do imaginário social e da representação social.

Em seguida, apresentamos a educação ambiental, ressaltando suas bases epistemológicas, as quais refletem a ciência pós-moderna, por meio da adoção de um modelo ecossistêmico de cultura; tecendo ainda relações comparativas com outras categorias de análise propostas por outros autores para avaliar a representação social da educação ambiental.

No segundo capítulo, discutimos a relação do ecoturismo, com a educação ambiental e a construção de sociedades sustentáveis, onde são destacadas as responsabilidades dos atores sociais envolvidos nas atividades ecoturísticas. Apresentamos as relações entre a aplicação do modelo ecossistêmico de cultura, por meio da educação ambiental, e a participação popular, pelo planejamento participativo, para que sejam utilizados outros possíveis instrumentos reguladores do mercado, tais como: a economia solidária, o orçamento participativo, a gestão ambiental e os arranjos produtivos locais.

No terceiro capítulo, é apresentado o município de Analândia: sua história, seus equipamentos turísticos, seus atrativos e sua situação socioeconômica.

No quarto capítulo, é apresentada a pesquisa de campo, onde a representação social da educação ambiental foi mapeada e comparada aos termos do modelo ecossistêmico de cultura, perseguindo-o como um patamar de qualidade para educação ambiental e

para o ecoturismo em bases sustentáveis, o que pode ser melhor compreendido por meio de uma leitura atenta e crítica dos primeiros capítulos da fundamentação teórica.

No quinto e último capítulo (considerações finais), discutimos sobre as principais características da educação ambiental desenvolvida no município de Analândia e quais são suas possíveis conseqüências e capacidade de intervenção numa realidade complexa.

V. PREMISSA DO TRABALHO

A representação social da educação ambiental expressa pelos monitores ecoturísticos, pelos coordenadores e diretores de escolas, pelos representantes de associações, e pelos representantes de instituições públicas e privadas, é um elemento importante para a formação de cidadãos críticos e capazes de ação política, podendo reorientar a atividade ecoturística para a sustentabilidade, mediada por uma visão complexa dos problemas socioambientais.

VI. PROCEDIMENTOS METODODOLÓGICOS

Foram colhidas entrevistas dos atores sociais potencialmente envolvidos ou diretamente envolvidos com a educação ambiental. Assim, realizamos um mapeamento de suas representações sociais da educação ambiental, através da transcrição dos

depoimentos e posterior análise de conteúdo, estabelecendo como categorias de análise o modelo ecossistêmico de cultura. Um maior detalhamento desses procedimentos metodológicos é apresentado no capítulo quatro, na página 120.

1. REPRESENTAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.1. Ciência: do orgânico ao mecânico

Diversas correntes filosóficas vêm influenciando o modo como concebemos a realidade por meio de suas contribuições à ciência, uma vez que o pensamento criador e contestador dos filósofos se fazem presentes para desvendar os mistérios, as incertezas e a complexidade da realidade.

Nossa trajetória, que relaciona pensamento filosófico e ciência, nos reporta a Aristóteles com sua visão unificada do cosmos, uma visão orgânica. Aristóteles procurava conceber, através dos sentidos, com uma percepção de pertencimento ao universo como um organismo vivo.

No entanto, no decorrer da história, o ser humano passou a desenvolver uma visão estritamente utilitarista do ambiente natural, assim, o mundo desprovido de um sentimento

que une o homem ao todo, passou a desconsiderar todo conhecimento produzido através dos sentidos, considerando-os como passíveis de equívocos e de contestações.

O “verdadeiro” conhecimento ganharia advento através de uma visão dicotômica dos elementos que compõem o todo, ocorrendo assim o reducionismo “dos fenômenos físicos a relações matemáticas exatas” (Pelizzoli, 2002, p.19). Branco (1999, p.17) acrescenta que o reducionismo é tomado como “a tendência a admitir que qualquer corpo (ou fenômeno) poderá ser sempre dividido em unidades menores, as quais deverão ser examinadas isoladamente”.

Essa nova forma de conceber o universo contribuiu para o surgimento do que chamamos de antropocentrismo, corrente que ganhou notoriedade com Francis Bacon (1561-1626), onde os homens seriam superiores à natureza, onde tudo deveria conspirar para tornar seus desejos realizáveis. A partir daí, o “objetivo da ciência passou a ser alcançar o conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza” (Capra, 1996, p.51) e, segundo Coimbra (2002, p.194), “para Bacon, a natureza deve ser tratada com rigor e submetida, como escrava, ao arbítrio do homem, no sentido de fornecer-lhe tudo de quanto este precisar”.

Nesta mesma linha de Bacon, René Descartes (1596-1650) com o seu “discurso do método”, relata sua maneira de conceber o verdadeiro conhecimento científico, que previa: “conduzir por ordem nossos pensamentos, indo do mais simples aos mais confusos..., dividir as dificuldades em tantas partes, quanto possível..., fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que se esteja seguro de nada omitir” (Descartes, 1960, p.67-68).

Tais linhas de pensamento foram completadas pelas gerações seguintes, destacando-se Newton (1642–1727) “que, embora tenha dado grande impulso às ciências experimentais

e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, subtraiu do conhecimento sua visão holística e contribuiu para desagregação do saber” (Coimbra, 2002, p.194)

Em síntese, a ciência em toda modernidade tratou de estabelecer algumas bases para construção do conhecimento (Morin, 2003):

- O universo é estável e harmônico;
- O mundo é mecânico, quantificável e objetivo;
- A realidade é simples, ordenada, uniforme e linear;
- As regras são claras e distintas
- As explicações são gerais e, portanto, unificadoras;
- Há uma regularidade e previsibilidade na natureza;
- A ciência é neutra;
- O método é o experimental;
- A observação dos fatos deve ser objetiva, separando o objeto do sujeito.

Dessa maneira, a visão orgânica de Aristóteles teria menos importância para o desenvolvimento da ciência, do modo de produção do conhecimento, emergindo a partir de então o paradigma de ciência denominado de mecanicista, ao lembrar as engrenagens de um relógio. Assim, o mundo dividido em partes, deixa de considerar o ser humano como parte integrante da natureza e passa por uma crise perceptiva.

A ciência encontra-se neste momento num processo de racionalização instrumental, vendo-se livre de sentimentos, de emoções, de paixões, passando a enxergar o ambiente natural de “uma posição superior”, de onde os cientistas se tornariam encarregados de decifrar a realidade separando-a em pequenas partes para melhor analisá-la.

Desde então, toda a ciência ao final do século XX e início do século XXI, vem sofrendo grandes influências mecanicistas; no entanto, com o decorrer de inúmeras crises, tanto nas ciências naturais, como nas ciências sociais, passou a emergir um novo paradigma de ciência, ou seja, o paradigma de ciência na pós-modernidade.

1.1.1. Ciência e pós-modernidade

Para mapearmos toda essa área, passaremos primeiramente por contestar o paradigma de ciência vigente, influenciado pelo “discurso do método” de Descartes.

Mourois (s/d) nos traz uma contribuição:

“Como conduzir por ordem seus pensamentos quando o fator tempo se torna o principal? Como nada omitir, quando os dados do problema são inumeráveis? O método desenha em nós um microcosmo de cristal e de ação cujas engrenagens maravilhosamente talhadas se encaixam com uma precisão admirável, mas sabemos bem que o vasto mundo não é feito à imagem desse relógio preciso e transparente. As folhas agitadas pelo vento, as nuvens varridas pela tempestade, os trabalhos dos campos e as paixões das cidades não encontram aqui seu lugar” (Mourois, s/d, p.28)

Ao aparecer no discurso de Mourois que “os dados do problema são inumeráveis” pensamos em um mundo complexo. A ciência complexa se ancora nas relações surgidas com a termodinâmica, onde aparecem evidências sobre o fato que o simples arranjo entre elementos que estavam em desordem, leva a um salto qualitativo, de tal forma que o sistema de elementos pode possuir propriedades não contidas nestes últimos.

Morin (2003) também vem trabalhando para que uma nova base epistemológica possa embasar o conhecimento científico pautado na teoria de sistemas complexos. Enfatizando a deficiência na ciência ao conceber o mundo do seu ponto de vista

reducionista, que só enxerga as partes e não a sinergias e o dinamismo do todo, complementa: “é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo no sentido originário do termo ‘complexus’: o que é tecido junto” (Morin, 2003, p. 89)

E quando Mourois ressalta “as paixões da cidade”, nos remete a uma incerteza inerente ao conhecimento, pois, emoções, sabedoria e objetivos individuais não podem ser esclarecidos, deduzidos, pois fazem parte da subjetividade humana.

Nesta linha, Morin (2003) acrescenta que existem três princípios de incerteza no conhecimento: o primeiro é cerebral (“o conhecimento não é um reflexo do real, mas sempre verdades aproximadas”), o segundo é físico (“o conhecimento dos fatos é sempre tributário de interpretação”), já o terceiro é epistemológico e decorre da crise dos fundamentos da certeza.

De certa forma, a concepção orgânica de universo de Aristóteles ressurgiu e ganha atenção, o homem passa a contestar sua superioridade, dentro da hierarquia que estabeleceu no decorrer dos tempos.

Santos (1989) comenta que as ciências naturais e sociais, antes dicotômicas, através da hermenêutica (interpretação em busca de sentidos), passam a estabelecer relações intrínsecas.

O senso comum e a ciência vêm apresentando uma ruptura epistemológica ao serem problematizados por uma postura crítica que incentiva a convergência e a proximidade, ao invés da dicotomia a ciência deve ser parte do senso comum, assim como o senso comum, a sabedoria popular deve necessariamente ser parte da ciência.

A ciência defendida por Santos (1989) com vistas à pós-modernidade, perpassa necessariamente a complexidade defendida anteriormente, pois o mesmo propõe por meio

de uma reflexão hermenêutica, transformar a ciência cartesiana, que até então se apresentava como um objeto estranho, distante e sem diálogo com a realidade, em um objeto familiar, popularizado e que se torne significativo à transformação social.

As idéias defendidas por Santos (1989) nos encham de entusiasmo e, de certo modo, até mesmo contribuem com a preocupação deste trabalho em pesquisar como a educação ambiental vem se difundindo, ganhando ares de senso comum, quando o mesmo nos deixa claro que um dos objetivos da ciência pós-moderna, além de ‘complexificar a realidade’, é “realizar a dupla ruptura epistemológica, onde a primeira ruptura propõe o confronto com o senso comum, e a segunda ruptura faz com que a própria ciência se enraíze e se torne o senso comum”.

Vejamos nas palavras do autor:

“enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproxima da phronesis aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e à existência e cria o hábito de decidir bem” (Santos, 1989, p.41)

E em outro livro, intitulado “Pela Mão de Alice: o social e político na pós-modernidade” (Santos, 2005), Boaventura de Souza Santos diz:

“A ciência moderna tornou possível a primeira ruptura epistemológica e com base nela separou-se do senso comum existente. Foi um acto revolucionário de que não podemos abdicar. No entanto, uma vez realizada essa ruptura, o ato epistemológico mais importante é romper com ela e fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum”

Cabe-nos neste momento uma pergunta: será que a educação ambiental na concepção da ciência pós-moderna, preocupada efetivamente com a dupla ruptura

epistemológica, em termos do advento da complexidade e do comprometimento com a dimensão social, tem conseguido realizá-la?

Leff (2001) também vem discursando sobre um novo saber que deve conduzir as ciências na pós-modernidade, chamando-o de saber ambiental e diz: “as transformações induzidas pelo saber ambiental têm, pois, efeitos epistemológicos (mudanças nos objetos de conhecimento), teóricos (mudanças nos paradigmas de conhecimento) e metodológicos (interdisciplinaridade, sistemas complexos)” (Leff, 2001, p.159).

Basicamente, o saber ambiental deve partir da busca incessante pelo diálogo entre ciências e saberes tradicionais, entre a razão instrumental, utilitarista, cartesiana e a racionalidade ambiental que enfatize a emoção, os sentidos. Assim, partiremos para construção de uma ciência prudente, que não coloque os interesses individuais acima dos interesses coletivos e que problematize todas as áreas da ciência sob o ponto de vista de suas incertezas, devido à grande complexidade de fatores envolvidos nos objetos de estudo.

Neste sentido, Morin nos chama a atenção dizendo que “é preciso aprender a enfrentar as incertezas, já que vivemos em uma época de mudança em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (Morin, 2003, p.84).

Caso continuemos a adotar o paradigma de ciência cartesiano, difundido por toda a modernidade, não seremos capazes de caminhar rumo à construção de sociedades sustentáveis, pois lhe falta um componente essencial, que a razão instrumental não foi capaz de lhe conceder: a sabedoria. Ela, sim, é capaz de estabelecer relações intrínsecas entre as diferentes partes que compõem o todo. Segundo Morin (2003), “não conseguimos integrar nossos conhecimentos para condução de nossas vidas. Daí da segunda parte da frase de Eliot: Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?”. A “velha e boa”

sabedoria, portanto, deve integrar o processo de construção do conhecimento, eliminando as barreiras entre racionalidade e irracionalidade.

Seguindo a linha do pensamento complexo de Morin (2003), a construção do conhecimento deve basear-se nos fatos de que:

- Tudo está ligado.
- O mundo natural está constituído de opostos, ao mesmo tempo antagônicos e complementares.
- As ações são circulares e não lineares.
- Não há fenômenos de causa única.
- Há interdependência entre todos os fenômenos.
- Não se pode pensar um sistema sem pensar no seu contexto.
- O olhar não isola o fenômeno do seu conjunto.
- Há rejeição do dogmatismo e da unidirecionalidade.

Em resumo, a nova ciência da pós-modernidade, ou um novo paradigma de ciência, se traduz da parte para o todo, da estrutura para o processo, da ciência objetiva para a ciência epistêmica, das descrições verdadeiras para a descrição aproximada (Morin, 2001, 2003, 2005).

Vejamos adiante algumas reflexões sobre a complexidade ao analisarmos a questão ambiental que, na pós-modernidade, vem rompendo com a ciência moderna, cartesiana, tomando por base um dos pensamentos de Santos (2005, p.144), ou seja, de que “estamos numa época em que é muito difícil ser-se linear, ... porque estamos numa fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna”

1.1. A questão ambiental

Façamos preliminarmente a conceituação sobre o que entendemos sobre ambiente, convocamos para prestar auxílio Coimbra (2002, p.25):

“a palavra ambiente é composta por dois vocábulos latinos: a preposição *amb*, ao redor, à volta e o verbo *ire*, ir que se fundem numa aritimética muito simples, $amb + ire = ambire$. Desta simples operação resulta uma soma importantíssima, “ir a volta” ambiente, pois, é tudo o que vai a volta, o que rodeia determinado ponto ou ser”

Para Brügger (1996, p.53):

“Existe um grande consenso de que o conceito de meio ambiente deva abranger uma totalidade que inclui aspectos naturais e os resultantes das atividades humanas, sendo assim, o resultante da interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais”

E o que percebemos é que, cada vez mais desastres ambientais, caracterizados pela desarmonização da vida em seus aspectos mais amplos, vêm proliferando em um ritmo elevado. Tais desastres estariam ganhando maior proporção devido à forma como o ser humano vem se apropriando dos meios de produção material para satisfazer suas necessidades e seus desejos.

Segundo Grum (1996), a objetivação da natureza tornou-se condição *sine qua non* da expansão ilimitada da produção material, desse modo podemos perceber um certo modelo de desenvolvimento, onde o processo civilizatório industrial vem expressando “a construção de um mundo artificial adaptado às exigências de sua expansão, fundamentado

na redução instrumental-utilitarista do mundo natural” (Bursztyn et al, 1994, p.9)
e ainda, de acordo com Santos (2005, p.34),

“A conversão do progresso em acumulação capitalista, transformou a natureza em mera condição de produção. Os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes e os riscos e perversidades que acarreta, alarmantes, bem demonstrados nos perigos cada vez mais iminentes de catástrofe ecológica”.

Toda problemática advinda desse processo civilizatório vem contribuindo para que algumas pesquisas apontem para um modelo de progresso que preze por um mundo solidário, fraterno, responsável e sustentável. Contudo, não podemos deixar de evidenciar que os problemas são de ordem complexa, não são apenas complicados, passíveis de uma fórmula que os amenize.

Segundo Leff (2002, p.60):

“a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de re-construção do saber que permita realizar uma análise da realidade... a análise da questão ambiental exigiu uma visão sistêmica e um pensamento holístico para reconstituição de uma realidade ‘total’”.

Assim, quando tratamos da questão ambiental, esta deve necessariamente evidenciar uma complexidade, não pode ser reduzida apenas às ciências naturais, pois as mesmas, nos incitam a perpassarmos diferentes áreas do conhecimento na busca pelo entendimento dos processos que a configuram; “a questão ambiental impulsionou a emergência de novos campos do saber, onde se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento” (Leff, 2002, p.76).

Nesse contexto, nosso objetivo será realizar um panorama das principais áreas que compõem a complexidade da questão ambiental, vistas as várias possibilidades, iniciando-se pela questão econômica.

Estamos inseridos em um sistema de desenvolvimento econômico denominado capitalismo que, ao mesmo tempo em que produz riqueza por meio de bens de consumo, produz também degradação ambiental, uma vez que se utiliza de recursos escassos para essa produção. Como se não bastasse, reproduz antagonismos sociais, tendo em vista que concentra a renda para minorias, causando um processo de exclusão de grande parcela da população.

No entanto, não será nossa intenção sermos radicais ao afirmar que esse modelo não é viável, pois posições extremistas apenas irão nos levar a devaneios; queremos sim é realizar algumas considerações para que as sociedades caminhem rumo à sustentabilidade, internalizando as externalidades deste processo produtivo.

Outra questão a nos atermos com preocupação e perspicácia, refere-se à tecnologia, pois a mesma contribui com grandes avanços para humanidade, entretanto, vem sendo utilizada como instrumento de dominação, pois a maioria dos países não consegue alcançar tais níveis de desenvolvimento tecnológico, tidos como essenciais para um sistema produtivo competitivo.

Segundo Leff (2001, p.130),

“a ciência e a tecnologia já não são exclusivamente meios de dominação do homem e de exploração da natureza, mas objetos de apropriação desigual para fundar projetos civilizatórios diferenciados... os meios tecnológicos gerados pela globalização estão sendo convertidos em instrumentos de poder e liberalização para as classes dominantes”.

Num outro viés, a tecnologia que até algum tempo atrás era utilizada para sanar todo e qualquer problema de ordem ambiental, hoje problematizada por um paradigma de ciência complexa, deixa de nos oferecer alguma segurança, visto as incertezas onde se ancoram as mais diversas áreas de conhecimento e de aplicação.

Nos ateremos nesse momento à questão social, a qual acreditamos ser a principal ‘vitrine’ desse sistema injusto, excludente e degenerador das formas de vida sobre a Terra, já que o sentido de comunidade em sociedades tidas como sustentáveis, vem se perdendo pela falta de compromisso com o próximo, como evidencia Bauman (2003, p.51): “Substituídos os compromissos pelos encontros passageiros e pelas relações ‘até nova ordem’ ou ‘por uma noite’ (ou um dia), podemos excluir do cálculo, os efeitos que nossas ações podem ter sobre a vida dos outros”.

A questão social, tal como se apresenta, tem contribuído para que a questão cultural venha perder toda sua hereditariedade, suas bases de sustentabilidade, conferidas pelo saber tradicional, pela sabedoria popular, em decorrência da imposição de um modelo de desenvolvimento insustentável, que desconsidera a sabedoria tradicional em benefício do conhecimento tecno-científico e da visão instrumental-utilitarista do mundo natural.

Outro aspecto a ser destacado quando analisamos a questão ambiental, passa pela questão política, onde nossa maior conquista como sociedade civil, a democracia, vem sendo burlada para satisfações pessoais de alguns, pois os bens públicos no Brasil vêm sendo conduzidos como bens privados pelos governantes (Jovchelovitch, 2000).

Dentre as diferentes abordagens que configuram a questão ambiental, podemos evidenciar uma certa sinergia entre elas, esclarecendo que a problemática socioambiental só pode ser tratada por abordagens que evidenciam sua complexidade, ao invés de reducionismos, responsáveis pelo desequilíbrio entre as relações que ocorrem nos ecossistemas. Desequilíbrio esse, que se torna evidente nas enfermidades pelas quais o planeta vem passando. Podemos então dizer, que o modo de se conceber a produção de conhecimento, o qual dá sustentação ao modelo capitalista, há tempos ancorado em um paradigma cartesiano, tem se apresentado como insustentável.

Assim, o conhecimento humano vem sofrendo inúmeras crises, por não apresentar características de uma ciência complexa, que leve à constituição de uma sociedade global sustentável, onde a visão sistêmica se torne paradigmática e balizadora da questão ambiental.

Para se estabelecer uma estratégia para construção de sociedades sustentáveis devemos partir de uma concepção integrada dos processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental, bem como dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais que permitiram a degradação socioambiental, mas que podem proporcionar um aproveitamento produtivo e sustentável dos recursos.

Leff (2002) aponta-nos, defendendo o que chama de saber ambiental, alguns caminhos a serem considerados para nos garantir a tão almejada sustentabilidade. No entanto, o mesmo faz uma crítica à questão da “sustentabilidade” que prega o chamado “desenvolvimento sustentado”, o qual não oferece uma “justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia)”.

Vejamos a seguir as dificuldades encontradas para que alguns passos concretos possam ser estabelecidos para a complexificação da questão ambiental, a caminho da sustentabilidade.

1.2.1. O imaginário social

Ao discutirmos a questão do imaginário social, partimos do pressuposto que esta é uma questão essencial para compreendermos o que caracteriza a construção dos sentidos e da expressão individual na sociedade. Alevato (1999, *apud* Rangel, Teves, 1999, p.85) diz

que o imaginário social “traduz as criações do grupo social de tal forma que estas parecem inerentes à espécie humana, e não esquemas arbitrários na relação social”

Diferentes grupos sociais exercem influências no comportamento dos seus integrantes e conforme seu círculo de atuação aumenta, uma nova massa de pessoas é influenciada e passa a dar sentido às suas atividades, de acordo com o padrão cultural circulante nesse grupo, o que, por sinal, caracteriza a maneira pela qual o ser humano se apropria dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades e desejos.

Karl Marx, em seu materialismo histórico, nos traz algumas contribuições para entendermos a construção do imaginário social, ao destacar que as relações sociais são influenciadas pelo modo como o homem se relaciona e se apropria dos meios de produção oferecidos pelo ambiente.

Visto o grande número de grupos sociais existentes pelo mundo, podemos logo concluir que a diversidade de imaginário social é evidente, cada um tem seus respectivos valores, filosofias, ideologias. Resultam, assim, diferentes formas de relacionamento com o ambiente.

Podemos, no entanto, notar na atualidade a predominância de alguns grupos no cenário mundial, que por sua vez, são impulsionados pelo capitalismo, pelo consumismo, pelo individualismo e pela competição, amparados em uma ciência mecânica, cartesiana e num imaginário social, onde “o que se conta é o que se pode ser contado”, assim como Castoriadis (1987, p.144) nos apresenta

“... a idéia de que o crescimento ilimitado de produção e as forças produtivas são, de fato, objetivo central da vida humana. Esta ‘idéia’ é o que eu chamo uma significação imaginária social. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta. Uma palavra: de agora em diante o que conta é o que pode ser contado”.

Ao nos reportarmos a Castoriadis, fica evidenciado o modelo de desenvolvimento adotado e a constituição de um imaginário moldado para sua sustentação no meio social. Esse imaginário multiplica-se pelos meios de comunicação em massa, enraizando uma certa visão reducionista do ambiente, onde trata-se de estabelecer uma razão instrumental-utilitarista, e procura atingir seus objetivos individuais em detrimento do coletivo, perpetuando, assim um modelo de desenvolvimento insustentado/insustentável.

O lucro individual é posto em primeiro plano, em detrimento do bem-estar social. Esse lucro possibilita a apropriação de novas técnicas, novos meios de produção, para expandir a dominação de quem se sente responsável pela sobrevivência alheia, mas também um exímio competidor quando um dos seus empregados chega a adquirir os instrumentos e as técnicas necessárias a lhe assegurar autonomia e emancipação.

Segundo Leff (2002, p.67), formações ideológicas, que por sua vez configuram o imaginário social, “aparecem no terreno da problemática ambiental como processos de significação que tendem a ‘naturalizar’ os processos políticos de dominação e ocultar os processos econômicos de exploração provenientes das relações sociais de produção”

Definitivamente, o mundo poderia receber outra configuração, caso o modo como os humanos se relacionarem e se apropriarem dos recursos naturais seja modificado, uma modificação que necessariamente deverá contestar o paradigma de ciência cartesiano que sustenta os antagonismos e a degradação, e incentivar cada indivíduo e cada coletividade, por meio da educação, a assumir seus compromissos sociais com uma atuação crítica e reflexiva sobre as conseqüências do imaginário social vigente.

Esta, com certeza, não será uma tarefa fácil, visto que a racionalidade instrumental apoiada em um cientificismo mecanicista-cartesiano reforça e impõe a dicotomia sujeito-objeto, na qual a natureza tem valor definido pelas forças de mercado e estados do

denominado “Capitalismo avançado” ou “Capitalismo organizado”, que sustentam tal lógica. (Sheldrake,1993; Mészáros, 2004 *apud* Loureiro, 2006, p.143).

Vejam os próximos capítulos as dificuldades encontradas para recriarmos o imaginário social, uma vez que o mesmo circula e se impregna nas ações cotidianas, por meio da representação social, perpetuando o *status quo*, partindo-se do pressuposto que os atores sociais, sem uma educação que incentive a reflexão crítica, não tem condições para questioná-lo e para recriá-lo. Essa seria uma das motivações da educação ambiental discutida no item 1.3.

1.2.2. Representação Social

“é evidente que os paradigmas científicos modelam o pensamento e a ação históricos de uma sociedade” (Coimbra, 2000, p. 52, *apud* Phillip Jr., Pelicioni, 2000)

A pesquisa em Representação Social pode ser entendida como uma investigação em psicologia social. Pois, procura-se entender por meio da representação social, uma psicologia social do conhecimento que, segundo Moscovici (2003) está interessada nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado, e projetado no mundo social.

Para entendermos um pouco mais sobre a psicologia social, cabe ressaltar que a mesma segue a linha de que o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados. Em síntese, o conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado, ao contrário, ele é produto de um grupo de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais estão engajadas, em projetos definidos.

Em nossas sociedades sempre existiram representações sociais, que por sua vez são constituídas por toda herança histórica, considerada na modernidade como instrumental-utilitaristas, objetificadora da natureza, que passa a ganhar reforço no século XVII.

Segundo Durkheim (*apud* Moscovici, 2003), a causa determinante de um fato social deve ser buscada em fatos sociais e não nos efeitos da consciência individual. É neste sentido que procuramos entender todo contexto ambiental de onde emerge a educação ambiental, pois a mesma como um fato social é fruto de tal contexto.

No entanto, como vimos, a visão instrumental-utilitarista do mundo natural preponderante no sistema capitalista, trata de perpetuar o paradigma cartesiano e a postura antropocêntrica, dele decorrente.

E como nos apresenta Morin, percebemos as lógicas de perpetuação do paradigma vigente, quando o mesmo diz: “um paradigma impera sobre as mentes porque institui os conceitos soberanos e sua relação lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, ocultamente, as concepções e as teorias científicas realizadas sob seu império” (Morin, 2003, p.114)

Ao se prosseguir com esse paradigma, o mesmo irá se impregnar no imaginário social, expandindo-se através do processo de ancoragem e objetivação que configuram a representação social.

No processo de ancoragem, todo novo conhecimento produzido é ancorado no conhecimento já internalizado, que por sua vez, é influenciado pelo imaginário social individualista, utilitarista, cartesiano e antropocêntrico. Na objetivação, o conhecimento transformado pelo conhecimento internalizado é utilizado no decorrer das interações cotidianas. Procura-se, a todo o momento, tornar o conhecimento não-familiar em familiar,

dando grandes possibilidades para que o atual sistema de coisas prossiga indefinidamente. Segundo Spazziani e Gonçalves (2005, p.107),

“o interacionismo social proposto pela psicologia de Vigostsky, entende as concepções ou os significados que atribuímos às coisas, como resultado de interações sociais, tendo por base a linguagem. Portanto, a interpretação que damos ao mundo se dá a partir de experiências propiciadas pela interação com o seu ambiente físico e cultural, sempre marcado pelo outro”

Jovchecovitch também nos chama a atenção para formação dos conhecimentos em sociedade ao dizer que “é através da conversação ao longo das interações do cotidiano, que as pessoas se familiarizam com os objetos que circulam na vida social e aprendem como incorporá-los em sua visão de mundo” (Jovchecovitch, 2000, p.224).

De acordo com Franco (2003), “torna-se indispensável considerar a relação que vincula a emissão de mensagens (que pode ser uma palavra, texto, um enunciado ou até mesmo um discurso) e seu vínculo com as condições contextuais de seus produtores”. Assim, conclui-se que a representação social é necessariamente conhecida pelo seu discurso.

Percebemos que o processo cognitivo, mediado pela cultura, torna o conhecimento não-familiar em familiar, configurando-se um certo senso comum em relação à ciência complexa que vem sendo ancorada no paradigma cartesiano, que circula nos meios sociais e, sem dúvida, é parte responsável pelas inúmeras contradições em nossa realidade.

Podemos dizer que há dificuldades em quebrar tal ciclo vicioso e, para realizar tal argumentação, utilizamos as palavras de Coimbra (2002, p.190): “os hábitos formados num organismo social decorrem da cultura e, em troca, reforçam essa mesma cultura”

Assim, o senso comum deve ser problematizado pela ciência, assim como o senso comum deve problematizar a ciência (Santos, 1989) para que, ao estabelecer relações

intrínsecas, possa-se alcançar uma maior objetividade e responsabilidades na produção de um conhecimento científico crítico dos processos de configuração de sua representação social, pautado na reflexão sobre os processos que nos influenciam a manter o atual sistema de coisas, podendo assim contribuir para a construção de um mundo novo.

O papel do pesquisador é de fundamental importância para a transformação do *status quo*, pois ao mapear os caminhos da formação das representações sociais, propõe novos caminhos, por meio de uma reflexão crítica que rompa com o imaginário social vigente, produzindo conhecimento na direção oposta aos padrões hegemônicos.

Segundo Reigota (2002), a representação social “é um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que, através deles, compreendem e transformam sua realidade” e, de acordo com Spink (1993, p.303), “a representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social... sujeito que não é apenas produto de determinações sociais, nem produtor independente, pois as representações são sempre construções contextualizadas, resultantes das condições em que surgem e circulam”.

Ficamos, então, à vontade para dizer que, quando a construção de nossa representação social se ancorar em um imaginário social complexo, sistêmico, solidário, justo e fraterno, conseguiremos transformar o *status quo*, pois seremos capazes de eliminar as representações sociais ancoradas no reducionismo cartesiano.

Sobre as funções das representações, segundo Moscovici (2003), se nós aceitamos que sempre existe certa quantidade, tanto de autonomia, como de condicionamento em cada ambiente, seja natural ou social – e no caso em ambos – digamos que as representações sociais possuem precisamente duas funções:

Em primeiro lugar “elas convencionalizam os objetos, pessoas, ou acontecimentos que encontram, estabelecendo categorias que servirão para ancorar todo novo elemento, sintetizando-se de acordo com as convenções partilhadas por um grupo de pessoas”. Cabe lembrar a questão dos paradigmas citados anteriormente. “Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura”. Assim, podemos prever que existem condicionantes de uma ciência cartesiana na sociedade atual, uma vez que a mesma trata de sustentar o sistema capitalista e suas dimensões contraditórias que se recusam a refletir profundamente, pois poderão perder alguns de seus benefícios, por meio de uma visão de sistema complexo, que evidencie os diferentes efeitos dos seus atos.

Em segundo lugar as representações são prescritivas, isto é, ela se impõe sobre nós com uma força irresistível, mesmo que tentemos dela nos desvencilhar, encontraremos grandes dificuldades, pois em muitos casos elas se tornam realidades incontestáveis.

“As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm com seu objetivo, abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzem o mundo de forma significativa” (Moscovici, 2003, p.46)

Cabe ressaltar que a concepção do mundo segundo um prisma complexo não é, de todo, fácil de se compreender, mesmo por que, até então, o que possuía algum valor era o que se dividia para se entender e dar significado (cartesianismo, mecanicismo).

1.3. Fundamentos históricos e filosóficos da educação ambiental

Ao pensarmos em fundamentos históricos e filosóficos da educação ambiental nos remetemos a alguns movimentos ocorridos em escala mundial que discutiam os problemas a serem enfrentados pelo processo de degradação ambiental.

As evidências dessa degradação e suas conseqüências à saúde do planeta Terra, foram denunciadas com grande repercussão pelo cacique Seattle em 1854, quando da invasão das terras indígenas por colonizadores, quando o mesmo afirmou que a terra não lhes pertencia e que deveria ser apenas reverenciada, utilizando o mínimo de recursos possíveis.

Já em 1962, Rachel Carson escreveu “Primavera Silenciosa”, seu livro com ênfase nos problemas relacionados ao uso de pesticidas e defensivos à saúde biótica do planeta e afirmando que:

“Temos permitido que as mencionadas substâncias químicas sejam usadas sem que se haja procedido a investigação alguma, ou apenas uma investigação insuficiente, quanto aos seus efeitos sobre o solo, sobre a água, sobre a vida dos animais silvestres e também sobre o próprio homem. As gerações futuras não nos perdoarão, com toda probabilidade, a nossa falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda”.(Carson, 1962, p.23)

Em 1968, o Clube de Roma, formado pelos países mais ricos do mundo, decidiu que não poderíamos mais crescer, o modelo de desenvolvimento precisava ser reavaliado, o planeta não suportaria os mesmos patamares de desenvolvimento. Neste momento é publicado o documento intitulado “Os limites do crescimento” (“The limits of growth”).

Em 1972, aconteceu a conferência de Estocolmo, onde se destacou o interesse internacional pela educação ambiental e, a educação ambiental foi reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional, enfatizando a priorização em reordenar as necessidades básicas de sobrevivência humana na Terra.

No ano de 1975, em consequência da conferência de Estocolmo, foi realizada a conferência de Belgrado, onde foi escrita a carta de Belgrado que preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, o analfabetismo, a fome, a poluição, a exploração e a dominação humanas.

Já a conferência de maior significado para a educação ambiental, e que iniciou reflexões epistemológicas mais aprofundadas, aconteceu em Tibilisi (Geórgia, ex-URSS) no ano de 1977, quando se tratou de divulgar questões como a interdisciplinaridade, como base à educação ambiental e se apresentaram diferentes experiências em educação ambiental.

Passados 10 anos, ocorreu também na ex-URSS, em 1987, o Segundo Congresso Mundial de Educação Ambiental, quando questões referentes à energia nuclear foram amplamente discutidas. Nesse mesmo ano, foi publicado um relatório denominado “Nosso Futuro Comum”.

Assim, a educação ambiental deveria permear toda educação influenciando as mais diversas abordagens nas áreas do conhecimento ancoradas, até então, no paradigma cartesiano. Segundo Philippi Jr. e Peliccioni (2005, p. 5), “essa visão contextualizadora vem superar a fragmentação do conhecimento decorrente das especialidades que tiveram origem no pensamento de Bacon e Descartes”.

Na Rio-92 (Eco-92), aconteceu o maior de todos os eventos sobre a questão ambiental no planeta, quando participaram 192 países e foram construídas as bases para as Agendas 21 (local, regional, nacional e global), com destaque à educação ambiental como educação para o desenvolvimento sustentável, conceito-chave do evento. No Fórum Global, evento paralelo ao evento oficial, organizado por organizações não-governamentais de todo mundo, preconizou-se, por meio de processos participativos, a busca de Sociedades

Sustentáveis e Responsabilidade Global, segundo Sé (1999), com base na educação ambiental de caráter emancipatório.

Em 1997, realizou-se em Thessaloniki, na Grécia, a conferência internacional sobre meio ambiente e sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. Nesse evento, foi confeccionada a declaração de Thessaloniki onde, entre outras questões abordadas, destaca-se, segundo Cascino (1999, p.61), o item 24:

“Deveria dar-se especial ênfase ao fortalecimento e eventual reorientação de programas de formação educativa, bem como a identificação e divulgação de práticas inovadoras. Ainda oferecer apoio à pesquisa de metodologias para o ensino interdisciplinar e a avaliação dos impactos propiciados por programas educativos relevantes”.

Ainda em 1997, a UNESCO discutiu o documento “Educating for Sustainable Future”, onde a questão da visão transdisciplinar ganha ênfase para educação no processo de construção de uma sociedade mais justa e equitativa e, segundo Cascino (1999, p.62), “aponta o caminho da interdisciplinaridade como eixo central de um novo modo de educar, uma plataforma para ações educativas, fundada em preocupações ambientais”.

No dia 14 de março de 2000, na UNESCO, foi apresentada o que seria chamada de a Carta da Terra, que foi apresentada à ONU no ano de 2002 com o mesmo valor da declaração Universal dos Direitos Humanos. Deixaremos de detalhar seu conteúdo nesse momento, para nos capítulos seguintes elencar suas contribuições.

Já no Brasil, em 1981, segundo Brasil (1999, *apud* Pelicioni e Philippi Jr., 2005, p.6), foi sancionada a lei federal n.6.938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, incluindo as finalidades e os mecanismos de formulação e execução. A educação ambiental foi considerada como um de seus alicerces, devendo se voltar a todos

os níveis de ensino, inclusive à educação da comunidade a fim de capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em 1999, foi redigido nosso mais importante documento relacionado à educação ambiental, a lei 9795/99, que destaca uma educação ambiental que problematiza as áreas do conhecimento, enfatizando a solidariedade, a democracia, a justiça social, as incertezas dos conhecimentos, visto toda complexidade em que se inserem as áreas de estudo.

Em 2006, após vários eventos realizados ao longo da história da educação ambiental no Brasil, aconteceu o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, na cidade de Joinville–SC, consolidando-se neste momento uma educação ambiental oriunda da militância política, da militância estudantil e dos movimentos ambientalistas, sendo redigidos vários documentos, entre eles o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais.

Apesar de grandes eventos apontarem para a educação ambiental apresentando uma certa ruptura com o paradigma cartesiano, procuramos nesta pesquisa saber se a educação ambiental representada no senso comum consegue dele se desvencilhar.

Preliminarmente, consideramos que ainda temos um longo esforço para que o senso comum consiga se apropriar da ciência complexa, como na educação ambiental onde são realizadas atividades apropriando-se da ruptura paradigmática, defendida pela ciência pós-moderna, considerando-a como elemento essencial à educação para sustentabilidade.

No âmbito dessa ruptura paradigmática, nos reportamos também a Capra (1996) quando este discute as diferenças entre o ambientalismo superficial e a ecologia profunda.

profundo de ecologia, iniciou-se uma distinção entre “ecologia profunda” e “ambientalismo superficial”. Enquanto o ambientalismo superficial se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente natural em benefício do “homem”, o movimento da ecologia profunda exigirá mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário (Capra, 1996). Em suma, requer uma nova base filosófica e religiosa.

Já Coimbra (2002, p.388), parafraseando o norueguês Arne Naess, filósofo mentor da Ecologia Profunda, nos chama a atenção para tendências atuais que se verificam no movimento ecológico.

“No primeiro caso, estariam aqueles que se empenhavam em manter a boa qualidade dos recursos naturais em função do seu uso pelos homens e do desfrute dos prazeres que isso acarreta. No segundo caso, os ecologistas ‘profundos’ lutavam pela preservação de toda a biosfera (estando compreendidas nela todas as demais “esferas” que compõem a Terra: litosfera, atmosfera, hidrosfera, noosfera)”

Philippe Jr. e Pelicioni (2000, p.3), dizem que a educação ambiental que é um “...processo de Educação político que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, tem como objetivo a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania que garantam uma sociedade sustentável”, e complementam dizendo:

“Ela se coloca numa posição contrária ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no sistema capitalista selvagem, em que os valores éticos, de justiça social e solidariedade, não são considerados, nem a cooperação é estimulada, mas prevalecem ‘o lucro a qualquer preço’, a competição, o egoísmo e os privilégios de poucos em detrimento da maioria da população”.

Complementando nossa conceituação da educação ambiental, nos reportamos aos documentos da DEA/MMA - Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2005), onde se enfatiza que:

“a educação ambiental deverá ser voltada para formação do sujeito crítico, capaz de efetuar uma leitura do mundo contextualizada histórica, social e politicamente compreendendo suas relações com a questão ambiental; e ainda, capaz de se mobilizar e se empoderar, desencadeando uma ação transformadora, ativa nos ambientes de vida ao qual pertence” (Brasil, 2005, p.12).

Para encerrarmos esse processo de conceituação da educação ambiental, recorremos a Morin (2004), que fala sobre um certo pensamento “ecologizante”, que é o que a educação procura incessantemente despertar.

“a psicologia cognitiva demonstra que o conhecimento progride menos pela sofisticação, formalização e abstração dos conhecimentos particulares do que sobretudo, pela aptidão a integrar esses conhecimentos em seu contexto global. A partir daí, o desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar os saberes torna-se um imperativo da educação. O desenvolvimento da aptidão para contextualizar tende a produzir a emergência de um pensamento ‘ecologizante’, no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente” (Morin, 2004, p.25)

Esse processo “ecologizante” deve acontecer tanto a nível formal, como informal, como nos recomenda a lei 9795/99, ou seja, tanto no espaço escolar como em nosso cotidiano, onde se insere a atividade ecoturística. Vejamos outras contribuições da lei ao processo de educação ambiental:

Art. 5º - São objetivos gerais da educação ambiental:

. Inciso IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

. Inciso V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

Deste modo, a educação ambiental passa a exercer uma importante função social, a de preparar os indivíduos para conviver em estado de harmonia com o ambiente que os cerca, respeitando as diferenças, unindo-nos na desigualdade, enfatizando sempre a ética nas relações, para que a consideração pela angústia do próximo, proporcione o bem comum.

Entre algumas bases epistemológicas que fundamentam a educação ambiental, escolhemos para uma espécie de balizamento, de esclarecimento da complexidade, o modelo ecossistêmico de cultura apresentado por Pilon (2004), pois ficamos à vontade para delinear sua relação com a construção de uma sociedade sustentável, base de uma educação ambiental crítica, reflexiva e emancipatória.

Assim, veremos que educação ambiental nesta base epistemológica nos abre espaços para temas que falam de nossa vida íntima e também social, abrangendo, portanto, a educação comunitária, a educação popular, como meio para uma ação transformadora. O binômio ‘educação/ambiente’ tende a desaparecer, assim, nos apropriamos da educação em seu sentido lato e estabelecemos relações com a educação preconizada por Paulo Freire, quando o autor diz:

“O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade, se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora” (Freire, 1979, p.33)

Seguindo essas mesmas linhas-base da educação emancipatória brasileira, traçamos relações com Morin (2003), quando este comenta as diferenças entre a ‘cabeça bem feita’ e a ‘cabeça bem cheia’, onde a primeira seria responsável pela ação transformadora, pois trataria de conhecer as relações entre o conhecimento apreendido e a realidade, já no segundo, os conhecimentos se aproximariam do nível tecnicista que não contesta a estrutura social vigente, apenas a reproduz.

Ainda nos reportando a Morin, verificamos sua grande contribuição aos processos educativos enfatizando os sete saberes necessários à educação do futuro (Morin, 2003), os quais trataremos de explicitar, em resumo:

- **As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão**

Segundo Morin (2003, p.14) “... é necessário introduzir e desenvolver na educação o estudo das características cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas quanto culturais que o conduzem ao erro ou à ilusão”; o erro estaria na simplificação do mundo e a ilusão no achar que essa fragmentação é capaz de nos conduzir à transformação.

- **Os princípios do conhecimento pertinente**

O conhecimento deve ser problematizado pelo contexto onde se insere o educando de forma dialógica, a fim de proporcionar uma maior significação ao processo do conhecimento.

- **Ensinar a condição humana**

O ser humano deve viver sua humanidade de forma íntegra, e para entender os processos que o guiam para o estabelecimento de sua condição, é preciso:

“reconhecer a unidade e a complexidade humanas, reunindo e organizando conhecimentos dispersos nas ciências da natureza, nas ciências humanas, na literatura e na filosofia, e por em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano” (Morin, 2003, p.15)

- **Ensinar a identidade terrena**

O ser humano deve ser capaz de ter uma visão contextualizada dos problemas a serem enfrentados em escala planetária, identificando seu papel com cidadão responsável pela vida na Terra.

- **Enfrentar as incertezas**

Ao invés das certezas pelas quais permaneceremos no mesmo *'status quo'*, devemos problematizar os conhecimentos, enaltecendo suas incertezas, o que possibilitará a transformação.

- **Ensinar a compreensão**

As pessoas precisam aprender a aprender e devem exaltar sempre o que tem em comum com o seu semelhante, nunca as diferenças.

- **A ética do gênero humano**

Essa ética deve ser balizada pelo estabelecimento do bem comum a partir do momento em que o ser humano se identificar como mais um da nossa família global.

O modelo ecossistêmico de cultura (Pilon, 1998) pode nos conduzir ao trato desses saberes, uma vez que compreende a ‘teia da vida’ em suas relações de singularidade e reciprocidade presentes no ambiente.

1.3.1. Educação ambiental e senso comum

No que diz respeito à educação ambiental e o senso comum, segundo o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade (Brasil, 2006), devemos promover uma ampla requalificação do senso comum sobre a educação ambiental, que hoje se pauta por uma perspectiva explicativa das Ciências Naturais e por uma perspectiva punitiva e prescritiva. Um novo senso comum relativo à educação ambiental, pretende aproximá-la do cotidiano das pessoas, dos coletivos, da necessidade de transformar as relações sociais e os mecanismos degradadores do socioambiente.

A educação ambiental, nesse sentido, deve se aproximar do senso comum e com ele estabelecer relações dialógicas capazes de alavancar transformações, convocando o senso comum a manifestações de cunho político ao apoderar-se de seus direitos e deveres presente em uma sociedade democrática.

Segundo Conant (1958, *apud* Mello, 1983, p.13) o “senso comum pode ser considerado como uma série de conceitos e sistemas de conceitos que demonstram ser sumamente satisfatório para usos práticos da humanidade”

Assim, em se tratando de educação ambiental, procura-se deixar claro que a mesma defende a valorização do senso comum, por esse estar carregado de elementos da sabedoria tradicional, tão importante ao conhecimento científico, mas procura problematizá-lo, verificando sua capacidade de intervenção política, social, econômica em busca da construção de sociedades sustentáveis.

Pois segundo Rodrigues, 2004, torna-se necessário criticar as concepções do senso comum a respeito dos fins da educação, com o objetivo de elucidar os fins da ação educativa

1.3.2. Modelo ecossistêmico de cultura

O mundo não é classificável em diferentes espécies de objetos, mas em diferentes espécies de conexões. Ele aparece como complexo, tecido de eventos, no qual conexões de diferentes tipos alternam-se, imbricam-se, combinam-se, determinando assim a textura da totalidade (Heisenberg *apud* Pilon, 1998, s/p folha de rosto)

Antes de nos determos no modelo ecossistêmico de cultura, decidimos deixar claro o que entendemos por cultura. O conceito de cultura utilizado no trabalho refere-se a todo o modo como concebemos uma determinada realidade através das influências sociais, econômicas e históricas, que na modernidade se apresentam como elementos dicotômicos, mas na pós-modernidade aparecem interligados.

Essa conexão é o que pretendemos ao eleger um modelo que se denomine ecossistêmico, a lembrar, conjunto de sistemas onde diferentes objetos e formas de vida estabelecem relações intrínsecas.

Assim, a educação ambiental que se apresenta com compromisso social, deve necessariamente partir de uma visão sistêmica e complexa da realidade, onde se encontrem interligadas as dimensões de mundo (íntima, interativa, social e biofísica).

As quatro dimensões de mundo apresentadas por Pilon, têm origem no pensamento de Biswanger (1973 *apud* Pilon, 1998), que se refere à existência de um mundo **próprio**, envolvendo o sujeito, de um mundo de **convivência**, envolvendo grupos primários, de um mundo de **multidão**, envolvendo a sociedade e de um mundo **circundante**, envolvendo o ambiente

O processo educativo que considera as quatro dimensões de mundo contribuirá para que seja constituído um modelo ecossistêmico de cultura que, segundo Pilon, “é uma configuração dinâmica, em que todas as dimensões do mundo (íntima, interativa, social e biofísica), estão associadas entre si, em termos de doação e recepção mediante processos de singularidade e reciprocidade.

Exemplificando, para facilitar o entendimento do leitor nos apropriamos do pensamento de Pilon (1998) quando o mesmo nos diz que, numa visão ecossistêmica, a **dimensão íntima** recebe das demais dimensões, apoio (interativa), serviços (social) e condições de sobrevivência (biofísica); a **dimensão interativa** beneficia-se da adesão (íntima), da facilitação (social) e de condições de sobrevivência (biofísica); a **dimensão social** é promovida pela oferta pessoal (íntima), pela qualidade das relações (interativa) e pelas relações adequadas com a dimensão **biofísica**; esta, finalmente, depende de apreciação (íntima), promoção (interativa) e sustentação (social). Discrimina-se assim, a dinâmica de doação-recepção de cada dimensão de mundo nos conjuntos dos eventos configurados pelas quatro dimensões de mundo.

Edgar Morin (2000, p.35) no traz uma grande contribuição para que possamos entender no que consiste um modelo ecossistêmico de cultura ao dizer que:

“A palavra ‘ecossistema’ é clara. O ecologista tem necessidade de conhecer um pouco de biologia, de botânica, de sociologia... Sua cultura para desenvolver seu conhecimento ecológico precisa ser multidimensional...a partir do momento em que vocês têm uma ciência de ecossistemas e que os ecossistemas estão ligados aos ecossistemas mais vastos, ecossistemas em ecossistemas, chegamos a esse conjunto que se chama ‘biosfera’, constituída de todas as coisas vivas, aí subentendidas as humanas”.

Chegamos à conclusão que, somente quando estudarmos ecossistemas, (sensu Morin, 2000, p.35) chegaremos ao conhecimento das relações que configuram a questão ambiental em sua complexidade.

No entanto, a ciência cartesiana contribui fortemente para que modelos ecossistêmicos de cultura não consigam se concretizar. Assim, vivendo sobre sua forte influência, vagamos em meio a um modelo não-ecossistêmico de cultura que “destrói a singularidade e a reciprocidade entre as quatro dimensões de mundo, produzindo os mais variados agravos à qualidade de vida” (Pilon, 2003, p.8).

Segundo Leff (2002),

“a qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a prevenção diante dos desastres naturais, a valorização e preservação da base de recursos naturais, a sustentabilidade ecológica do habitat), mas também de formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, bem como de satisfação de necessidades e aspirações por meio de novos processos de trabalho” (Leff, 2002, p.149)

E complementando, segundo Coimbra (2002, p. 72),

“a qualidade de vida é o somatório de todos os fatores positivos, ou ao menos de sua parte significativa, que determinado meio reúne para a vida

humana em consequência da interação sociedade meio ambiente, e que condiciona a vida como fato biológico, de modo a atender às suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices qualitativos adequados ao nível da vida que se leva e do meio que a envolve”

Passaremos agora a caracterizar cada uma das dimensões de mundo que compõem o modelo ecossistêmico de cultura, caracterizando assim a complexidade da realidade que a educação ambiental crítica, reflexiva e sistêmica deve enfrentar para que caminhe rumo à emancipação e à qualidade de vida das populações envolvidas em seu processo. São estas as dimensões de mundo, segundo Pilon:

- **Dimensão íntima:**

Envolve toda cognição, tanto em processos de capacitação, como valorização da sabedoria tradicional, passando, também, por questões emocionais, ligadas ao uso da razão instrumental, ao individualismo, sempre abordando a questão dos valores como marca fundamental para mudança de comportamento. Segundo Pilon, o trabalho com a dimensão íntima deve proporcionar o “desenvolvimento de consciência crítica face ao projeto de vida” (Pilon, 2003, p.9)

- **Dimensão interativa:**

Nesta dimensão destacam-se as seguintes características: convivência em grupos, formas de organização, o estabelecimento de redes de relações, atuação solidária e cooperativa. O trabalho com a dimensão interativa deve prever que “o outro é aquele que me convoca à responsabilidade” (Levinas 1974, *apud* Pilon, 2003, p.20). Ressaltando a importância da dimensão interativa, nos conduzimos ao pensamento de Gayotto (s/d, p.13): “o espaço do grupo é o espaço natural de nos concretizarmos como sujeitos”

Cabe ressaltar ainda, a contribuição de Assmann e Sung (2000, p.104): “Eu não posso me descobrir como pessoa humana, se não ‘descobrir’ o/a outro/a, o/a diferente,

como participante da mesma condição humana. É o reconhecimento do/a diferente como 'igual', isto é, co-participante da mesma condição humana, que me possibilita encontrar comigo mesmo”

Vejamos na figura 2, a relação com o outro, ou seja, a aprendizagem mútua no seguinte esquema elaborado por Pilon (1998):

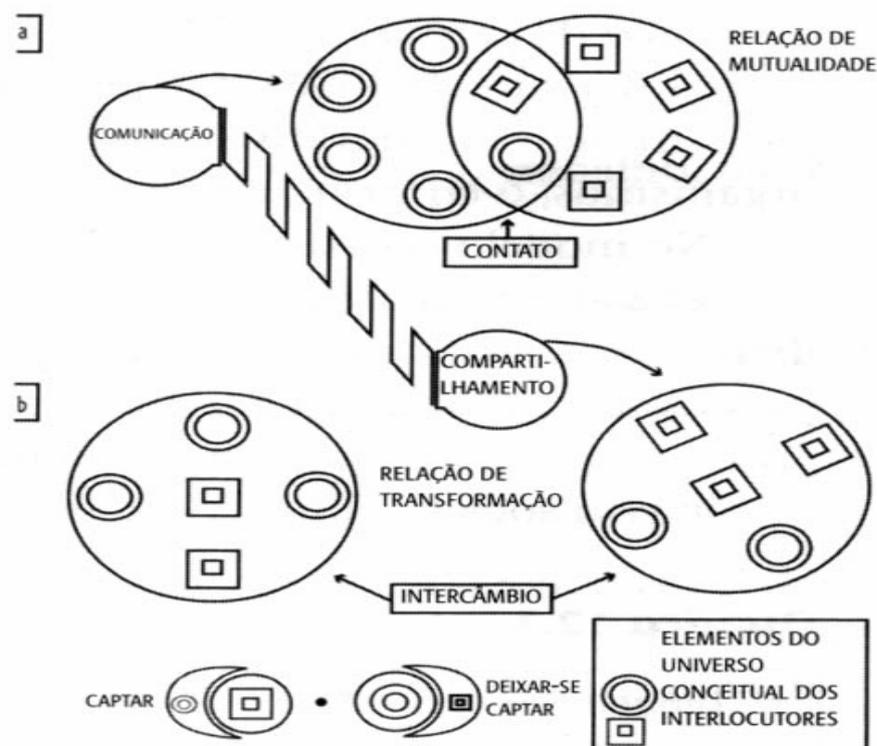


Figura 2: Dimensão interativa (Pilon, 1998)

- **Dimensão social:**

Abrange as nossas relações em sociedade, que estabelece relações intrínsecas com o ambiente cultural e possui as seguintes características: “elaboração de políticas públicas,

direitos e deveres, participação popular, ética, cidadania, parcerias, advocacia e testemunho público, comunicação social, prestação de serviços” (Pilon, 2003, p.9).

- **Dimensão biofísica:**

Esta dimensão trata de considerar todo o ambiente natural e construído, todo o equilíbrio ambiental necessário à qualidade de vida. Durante muito tempo, a educação ambiental se concentrou no trabalho com a dimensão biofísica expressando um certo reducionismo à atividade.

O estudo da problemática socioambiental a partir das quatro dimensões de mundo é essencial. Os educandos não podem ficar a mercê da complexidade com a qual se relacionam, onde se inserem, não se trata apenas de passar informação superficiais, é necessário que enfoquemos as causas dos problemas.

Por isto, concordamos com Pilon (1998) quando faz uma analogia das questões socioambientais a um caldeirão efervescente, como podemos evidenciar na Figura 3:

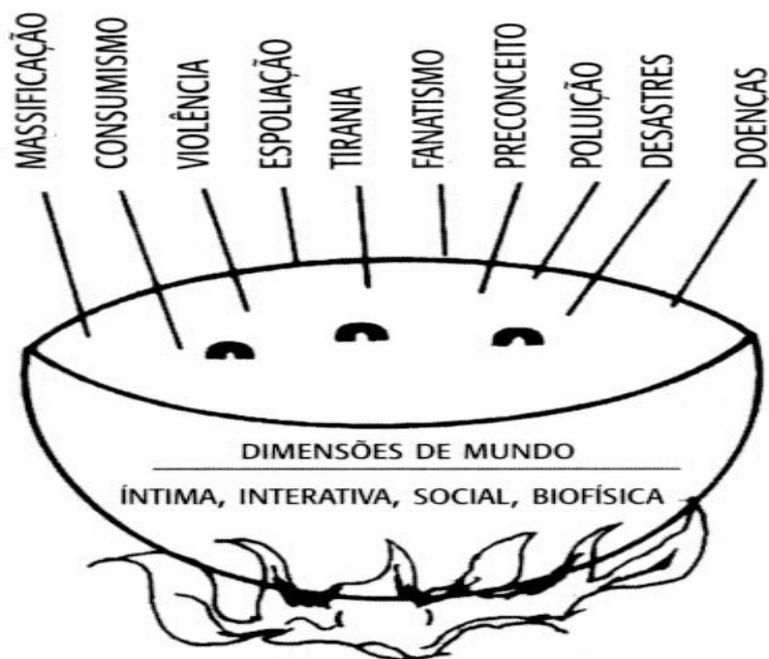


Figura 3: Caldeirão efervescente (Pilon, 1998)

Enquanto trabalharmos apenas com as bolhas, em uma visão reducionista, não seremos capazes de resolver os problemas socioambientais, como nos mostra Pilon (2003, p.5):

“Em um caldeirão efervescente, os problemas surgem como bolhas superficiais e fragmentadas, mas não devem ser confundidos ou reduzidos a elas, expressam algo mais profundo, um desequilíbrio fundamental entre as dimensões de mundo, gerando rupturas, isolamento, injúrias, espoliação, manipulação, predação e violência”

É necessário que tenhamos uma educação ambiental investigativa, questionadora, onde as “raízes” dos problemas devem ser tratadas, explicitadas, internalizadas, para que a construção de uma sociedade sustentável se torne algo realizável, pois “não cabe à educação ambiental colocar remendos em tecido roto, nem eliminar bolhas na superfície de um caldo efervescente, mas explicitar porque, onde, quando, como se originam os problemas no bojo do caldo fervente” (Pilon, 1998, p.26)

Pilon (1998) nos diz que:

“Ora, se os eventos que favorecem (ou desfavorecem) o meio ambiente e a qualidade de vida são gerados em um campo com quatro dimensões, a educação ambiental não poderá realizar-se em apenas uma delas, ou seja, dirigí-la a indivíduos, esquecendo as redes de relações onde estão inseridos; dirigí-la à sociedade, esquecendo os sujeitos e o contexto imediato de que participam, dirigí-la à comunidade, desconsiderando suas condições de vida, seu meio biofísico e social e as restrições ou possibilidades por ele oferecidas”.

A utilização do modelo ecossistêmico de cultura como elementos de categorização da educação ambiental, ganha advento ao analisarmos a seguinte citação de Pilon (1998):

“a definição de uma configuração geradora de eventos implica em investigação de campo, visando colher informações sobre diferentes variáveis: como são as pessoas (expectativas, valores, habilidades), como

são as redes de relações imediatas (dinâmica, qualidade dos vínculos, objetivos implícitos ou explícitos), como é a sociedade maior em que se inserem (organização social, política, econômica, aspectos culturais relevantes, como é o entorno, características geográficas, qualidade do meio ambiente, incluindo as trocas de matéria e energia entre os seres vivos que o compõem)” (Pilon, 1998, p.28)

A capacidade do educador em elencar as dimensões de mundo, mesmo que inconscientemente, irá demonstrar sua capacidade de investigação para intervenção em uma realidade complexa. Começemos por ressaltar a dimensão íntima ao abordar um dos temas principais da questão ambiental: a ética.

1.3.3. Ética: a emersão de valores altruístas

A ética se caracteriza fundamentalmente pelo desejo de bem-estar ao próximo. Qualquer atitude que se denomine de ética deve preservar o bem comum, o sentido de comunidade, acima do bem individual.

No entanto, como preservar o bem comum e o sentido de comunidade, quando a cultura capitalista e a ciência moderna nos deram este admirável mundo novo, porém, por outro lado, aponta-se “para um fato até agora reconhecido por poucos, mas, cada vez mais evidente: a ciência não possui respostas para os problemas éticos e sociais que cria” (Gouvêa, 2002, p.10), mas, sim, impregna as relações sociais de individualismo e de competição. Do outro lado, as relações, ditas éticas, estão pautadas pela compaixão e pela solidariedade.

Segundo Bauman (2003, p.50):

“os patrícios de hoje não precisam mais dos serviços da comunidade; na verdade, não conseguem perceber o que ganhariam permanecendo na e com a comunidade o que já não tenham obtido por conta própria ou ainda

esperam assegurar por seu próprio esforço, mas podem pensar em muitos recursos que poderiam perder caso se submetessem às demandas da solidariedade comunitária”.

Assim, toda educação formal, não-formal e informal, deve nos conduzir a uma reflexão crítica, que enfatize como a sociedade vem exercendo uma certa predisposição para posturas individuais e competitivas, para que, esclarecidas as contradições impregnadas nestas posturas, possamos caminhar para transformação social tendo como princípios a valorização de relações onde predomine a ética.

Sabemos de toda a dificuldade que iremos encontrar no caminho para uma sociedade sustentável, onde a consideração pela angústia do próximo possa ser exaltada, como nos apresenta Carvalho (1999, p.11), quando diz que “a construção de uma ética para o futuro demandará um esforço de proporções incomensuráveis e reunirá todos aqueles que acreditam nas forças de conjunção, que se solidarizam, fraternizam e universalizam”.

Leff (2001) destaca a ética como um dos pressupostos para a transformação social, dando destaque ao que chama de valores éticos permeados por um imaginário social que considere “diversidade, complexidade, interdependência, sinergia, equilíbrio, equidade, solidariedade, sustentabilidade e democracia” (Leff, 2001, p.162)

A Carta da Terra caminha no mesmo sentido, quando diz que devemos estimular e apoiar os entendimentos mútuos, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro e entre nações.

Já Morin (1998) nos fala de uma ética política como capaz de resgatar a responsabilidade dos cidadãos para com nossa família global, atentando-se a suas palavras, sua conduta e seus escritos. Destaca a ética política como um princípio para a

transformação social e discute que sua formação deve constituir-se de algumas idéias-guias, como:

- **A ética da religião**

Segundo Morin (1998, p.72), “a religião deve ser concebida como a religião do que religa, fazendo frente à barbárie que divide”. Nessa mesma linha, podemos nos remeter a Boff (2004) quando este destaca que o universo é constituído por uma imensa teia de relações “onde cada um vive, deve viver pelo outro, com o outro e para o outro”

- **A ética do debate**

Basicamente, a ética do debate procura respeitar as diferentes posições, podemos nos coligar com as idéias de Paulo Freire (1987) para o qual não há saber mais, nem saber menos, mas sim diferentes saberes.

- **A ética da compreensão**

Esta ocorre quando os humanos passam a fazer esforço para entender as causas dos comportamentos sociais e políticos. Morin (1998, p.73) acrescenta que a “compreensão é necessária a tudo aquilo que possa tornar as relações humanas menos imbecis e ignóbeis”

- **A ética da magnanimidade**

Segundo Morin (1998, p.74), “contra a ética atroz da vingança e a ética impiedosa da punição, o que importa é tornar exemplar a ética da magnanimidade”, aqui entendida como: alma grande, generosa.

- **A incitação às boas vontades**

Não existe transformação apenas pelas elites, mas sim por todos os atores sociais que compõem a sociedade civil, por isso há de existir sempre boa vontade para possamos exaltar nossa humanidade comum com o propósito de salvar o planeta Terra.

- **A ética da resistência**

Uma resistência à barbárie dos antagonismos sociais e da degradação do ambiente natural é necessária à sadia qualidade de vida.

Diante dessa missão que pretende romper com o imaginário social vigente, uma nova consciência pautada na complexidade se faz de fundamental importância, para entendermos que o simples fato de demonstrar amor ao próximo, de considerar suas angústias, poderá acarretar um círculo virtuoso de comportamentos altruístas.

Carvalho (1998), ao comentar os trabalhos de Edgar Morin, fala-nos de uma utopia, onde desabrocharia o amor e a compaixão, e ressalta todo seu envolvimento emocional ao revelar um sonho fundado “na ética da compreensão, do debate e da magnanimidade”

Dalai Lama (2003) segue esse mesmo caminho quando aborda a questão ética buscando incessantemente relações que respeitem todas as formas de vida, pelo simples fato de se ter vida, e, portanto, o direito a uma vida digna. Nenhuma ação de terceiros pode impedir que tais direitos sejam usufruídos.

Fazendo um paralelo com o pensamento Rousseauiano, onde a ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os demais. Entretanto, esse direito não tem, absolutamente, origem na natureza, estando, portanto fundado em convenções; segue então nosso raciocínio para saber se essas convenções respeitam o direito à vida concedida pela ordem natural.

A educação ambiental e o pensamento de Dalai Lama (2003) estabelecem relações intrínsecas e podem ser utilizadas como ferramenta educacional instigante e efetiva pelo fato de nos abrir caminho ao nosso mundo interior, ao âmago do ser, que se apresenta como capaz de impulsionar transformações no mundo exterior.

O trabalho com a dimensão íntima, neste caso, se apresenta como um dos princípios da educação ambiental. Percebemos a importância desse tema quando relacionamos a educação ambiental com as três ecologias (mental, social e física) de Felix Guatari (1993) dando ênfase à ecologia mental, ou a ecosofia. Segundo Camargo (1999, p.78),

“A ecosofia valoriza a questão psicológica na perspectiva ambiental e considera as relações das subjetividades e intersubjetividades por meio da análise dos referenciais dominantes no imaginário de uma cultura de consumo que se expande por todo o mundo”

Ao pensarmos nas relações a que está submetida a subjetividade, podemos refletir sobre o modo como cada ser humano constrói e dá sentido às suas atividades, permeados por relações sociais e seus respectivos sistemas de valores, e nos apropriamos do pensamento de Dalai Lama (2003) para aprofundar nossa discussão nessa linha, estabelecendo parâmetros éticos à subjetividade, através do nosso aperfeiçoamento como seres humanos ao respeitar o direito à vida.

E ainda, o trabalho com a dimensão íntima, poderá contribuir com a melhoria na receptividade por parte dos ecoturistas e dos próprios munícipes, uma vez que procura desenvolver a capacidade de relacionamento entre os seres humanos com base na compaixão, no reconhecimento de que o próximo traz consigo experiências que poderão enriquecer nossa capacidade de pensar o mundo, reconhecendo e respeitando os diferentes padrões culturais.

1.3.3.1. As contribuições da sensibilidade à educação ambiental

“Nossos contatos com o mundo ao redor não se reduzem às dimensões econômicas, sociais e políticas. Há também uma relação de amor, na qual a natureza ajuda-nos a recompor a nossa própria identidade. Viciados com o mecanicismo que recebemos da civilização industrial, reagimos na vida mais como números do que como seres pessoais” (Coimbra, 2002.p.253)

Como visto nos capítulos anteriores, a educação ambiental prevê uma nova maneira de se relacionar com o ambiente, entendido aqui em sua complexidade de relações onde se configuram as quatro dimensões de mundo.

Entre as quatro dimensões, aqui daremos destaque à dimensão íntima, pois quando pensamos em educação ambiental, em mudança de comportamento, necessariamente nos remetemos à subjetividade de cada sujeito, considerando seus valores construídos em sociedade e, portanto, influenciados pelo modo de apropriação dos meios de produção material.

O Ocidente tratou de utilizar os meios de produção material como um indicador de desenvolvimento impulsionado pelo sistema capitalista, que por sua vez gera o individualismo, a competição, o utilitarismo, o instrumentalismo, características que marcam o modo de se produzir ciência na modernidade.

Neste contexto, emerge uma ciência voltada estritamente para produção de bens materiais, assim, grandes lacunas vão se formando nos saberes humanos, desprovidos de um sentimento de pertencimento ao cosmo, de consideração pelo próximo, apenas objetivando a natureza, como dito anteriormente.

Nesse sentido, Morin (2000, p.34) nos chama a atenção para algumas falhas na ciência com a seguinte citação:

“O grande filósofo Husserl havia percebido nos anos 30, numa célebre conferência sobre a crise da ciência ocidental. Ele tinha efetivamente diagnosticado que havia uma missão cega, uma carência fundamental, ou seja, a ausência da capacidade do sujeito de se conhecer e de refletir sobre si mesmo”

Ressaltando tais colocações e justificando nossa convocação do pensamento de Dalai Lama, líder político do Tibet, nos remetemos a Boaventura de Souza Santos quando, em seu livro “Introdução a uma ciência pós-moderna”, diz:

“depois de três séculos de prodigioso desenvolvimento científico, torna-se intoleravelmente alienante...que a acumulação de tanto conhecimento sobre o mundo se tenha traduzido em tão pouca sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com a natureza. Tal fato, vê-se agora, deveu-se à hegemonia incondicional do saber científico e a conseguinte marginalização de outros saberes vigentes na sociedade, tais como saber religioso, artístico, literário, mítico, poético” (Santos, 1989, p.147)

Diversos pesquisadores, ao fazer referência às falhas na ciência moderna, dizem que é preciso buscar auxílio de outros tipos de pensadores, como: filósofos, poetas, teólogos, artistas, antropólogos, psicanalistas, gente envolvida em estudos humanísticos e socioculturais, políticos, juristas, economistas, sábios e adivinhos”.

Vemos um exemplo na Carta da Terra aprovado em 2000 pela Unesco, que nos diz que devemos reconhecer a importância da educação moral e espiritual. Assim, cabe nesse momento definirmos o que entendemos por espiritual, nos reportando a Boff (2004) com o qual nos coligamos; segundo ele:

“espírito é aquela capacidade das energias primordiais e da própria matéria de interagirem entre si, se auto-organizarem, se constituírem em sistemas abertos, se comunicarem e formarem a teia complexíssima de inter-retro-relações que sustentam o inteiro Universo. Esse dinamismo revela a presença do espírito, vivificando o Universo. Ele não é simplesmente inerte, mas carregado de energias em interação com tudo o que existe” (Boff, 2004, p.256)

Como tocar nesse assunto na academia ainda pode soar como inapropriado, estarei, como podem perceber, convocando vários acadêmicos renomados que tratam de tais assuntos. Continuemos analisando as contribuições de Gutiérrez e Prado (2002, p.67), quando comentam que no caminhar, a intuição é prioritária e complementam:

“Para o uso inteligente da intuição, devemos nos apoiar no sentir, nos sentimentos e, por conseguinte, no sentido. Os sentimentos são as molas-chaves na busca de novas e mais significativas relações...a intuição, os sentimentos, a emotividade e a imaginação envolvem o educando de modo vivencial e até passional em seu processo de construção pessoal. Ao envolver-se dessa maneira, desenvolvem-se nele atitudes vitais, relações diretas e percepções inesperadas que geram interesse, compromisso, atitudes positivas, vontade de ser e de viver. Aprender é muito mais que compreender e conceitualizar: é querer, compartilhar, dar sentido, interpretar, expressar e viver”

A emoção, a intuição, a paixão, ora afastadas do processo de produção de conhecimento, se apresentam na ciência pós-moderna como uma das bases para que se construa um mundo sustentável, nesse sentido reiteramos a importância de se abordar a dimensão íntima nos processos em educação ambiental, convocando para falar Moacir Gadotti (2000, p.78): “o holismo introduziu a idéia da espiritualidade não como religião ou crença em Deus, mas como busca permanente de sentido para vida.”

Ao nos reportarmos à espiritualidade, podemos nos apropriar do pensamento de Gutiérrez e de Prado (2002), quando citam que apenas uma revolução espiritual radical pode ser fonte inspiradora dos movimentos criadores e propulsores das transformações no campo econômico, político e cultural, porém muito especialmente das transformações requeridas para por em marcha a sociedade sustentável.

Seguindo essa linha de pensamento, nos reportamos ao Dalai Lama, que ao se apropriar de outra forma dos meios de produção material, produziu uma outra concepção de mundo permeada pelo estímulo ao autoconhecimento. Em síntese, muito ‘grosseiramente’,

enquanto o ocidente caminhava para fora, para conquista de bens materiais, o oriente fazia o caminho inverso instaurando o amor por todos os seres sencientes, a sensibilidade, a emoção, elementos considerados fundamentais à sustentabilidade em suas mais diferentes vertentes.

Em relação à sensibilidade, podemos perceber um grave problema quando a mesma se encontra esfacelando-se, causando graves prejuízos como podemos verificar nas palavras de Assmann e Sung (2000, p. 100):

“Se a pessoa que percebe o sofrimento alheio tem muita dificuldade em perceber e conviver com seus próprios limites, medos e sofrimentos do/a outro/a,...assim sendo, tenderá a assumir uma postura de indiferença ou de agressividade como forma de defesa frente à sua dificuldade em perceber o seu próprio sofrimento. E não cabe dúvida que a nossa cultura oferece muitas formas ‘civilizadas’ de justificar esta insensibilidade social”

Portanto, a filosofia de Dalai Lama pode contribuir com a sustentabilidade, incentivando um novo olhar sobre a realidade, seus objetos de estudos, com uma grande contribuição para educação ambiental, pois ela comporta temas que falam da vida social e da vida interior dos indivíduos, não há como fugir a evidencia de que a nova relação do homem com a natureza supões uma nova relação dos indivíduos com os outros e consigo mesmo, uma relação onde se faz necessária uma atuação solidária, entendida aqui como uma “atitude capaz de respeitar as diferenças e se interessar pelos problemas da coletividade, principalmente dos que estão sofrendo mais com a situação” (Assmann e Sung, 2000, p.75)

Dalai Lama em suas obras ressalta a discussão de temas relacionados aos problemas pessoais, a desconsideração ao próximo, a ética antropocêntrica, como parte de uma espiritualidade pouco aperfeiçoada.

Assim, o aperfeiçoamento da espiritualidade é justamente um dos principais objetivos da filosofia de Dalai (2003, 2006), problematizando o modo como nos relacionamos conosco, com os outros e com o mundo material que nos cerca, seguindo a religião da compaixão, como Dalai costuma deixar claro em seus discursos.

Em seguida discutiremos algumas dos principais ensinamentos de Dalai Lama ressaltando inclusive o aspecto político dos mesmos.

Dalai costuma apresentar-se como um cidadão do mundo, ressaltando, a todo o momento, que em nossos encontros diários, devemos considerar o que temos em comum, o desejo de ser feliz, ao invés de nos concentrarmos nas diferenças, ‘se é judeu ou católico’, ‘se é negro ou branco’.

Para caminharmos rumo à consolidação dessas considerações que beneficiariam o mundo como um todo no sentido de fortalecimento do comunitarismo e no sentido de um entendimento político, devemos perseguir o que Dalai chama de compaixão. Ele a entende como uma atitude mental baseada no desejo de que os outros se livrem do seu sofrimento, e está associada a uma sensação de compromisso, responsabilidade e respeito para com o outro (Dalai Lama, 2003, 2006)

Assim, acreditamos que para internalizar e externalizar a compaixão em nossos atos, cabe a cada um de nós a responsabilidade de alcançar seu próprio método, não há receitas, é primordial apenas aguçar os sentidos, o restante fluirá naturalmente.

1.4. Representação social da educação ambiental e sua contribuição para construção de uma sociedade sustentável

A educação ambiental advém de uma ciência que evoca a complexidade, no entanto, no senso comum, ela vem se aproximando de uma concepção reducionista. É o que evidenciamos preliminarmente na pesquisa realizada por Fortunato (2005, 2006) com as agências e municípios participantes da Adventure Sports Fair e com educadores ambientais do município de Marília-SP.

Cabe ressaltar que a metodologia usada nessas pesquisas assemelha-se àquela utilizada para realização dessa dissertação, que utiliza o modelo ecossistêmico de cultura como referencial de qualidade a educação ambiental, sendo as quatro dimensões de mundo as categorias de análise utilizadas para a comparação.

Outras possíveis categorizações para mapear a representação social da educação ambiental são apresentadas a seguir, pois segundo (Oliveira, Freitas, 2006, p. 179)

“Um informe de investigação (relatório, dissertação, tese ou um artigo) tem maior valor quando se situa em alguma tradição, em alguma corrente histórica, ou em algum patrimônio de pesquisa em seu campo ao referir-se a outros autores, a outros processos e resultados ao inserir seu projeto na construção de um mosaico global das atividades desse mesmo campo”

Pelicioni, (2002) em sua tese de doutorado pela Faculdade de Saúde Pública - USP, apresentou e discutiu a representação social da educação ambiental dos recém-chegados ao curso de especialização da mesma instituição, estabelecendo para comparação, as seguintes categorias de análise:

- Educação conservacionista: que trata dos recursos naturais à disposição dos seres humanos. Ideário romântico: que trata do autoconhecimento e integração à natureza.
- Ambientalismo ecossocialista: que pressupõe transformações no indivíduo e na sociedade.

- Instrumentos de gestão ambiental: que apresenta mecanismos reguladores do mercado.

Na análise dos seus resultados, Pelicioni (2002) verificou uma certa predominância da representação marcada pela educação conservacionista. Cabe ressaltar que a educação ambiental vai além da educação conservacionista mostrada por Pelicioni (2002), pois pressupõe transformação social, mas para uma parcela da população que detém o poder, não há interesse por tais transformações, impulsionando mesmo forças opostas a essas, apropriando-se deste modelo de ensino de uma ciência cartesiana, o qual não configura relações complexas, apenas trazendo aos educandos explicações simplistas de sua realidade.

Em outra perspectiva, Lucie Sauvé no seu artigo **“Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável : uma análise complexa”** (Sauvé, 1997 *apud* Carvalho, 2004), comenta sobre a importância de “...se revelar e confrontar as concepções sublinhadas na Educação Ambiental sob o ponto de vista crítico, entendendo que esse processo de esclarecimento relaciona-se com as próprias representações expressas nas práticas e nos discursos alheios”.

Segundo Carvalho (2004), Sauvé descreve estas concepções por meio de uma tipologia apresentada como ferramenta para a análise dessas representações. Conforme o mesmo autor, Sauvé identifica seis concepções paradigmáticas sobre o ambiente, segundo o estudo fenomenológico do discurso e da prática em E.A., sendo que a influência dessas diferentes concepções pode ser observada na abordagem pedagógica e nas estratégias sugeridas pelos diferentes autores ou educadores. Seguem as categorias de concepções por ela utilizadas:

- Ambiente como a natureza... para ser apreciado, respeitado, preservado.
- Ambiente como um recurso... para ser gerenciado.
- Ambiente como um problema... para ser resolvido.
- Ambiente como um lugar para se viver... para conhecer e aprender sobre, para planejar para, para cuidar.
- Ambiente como a biosfera... onde devemos viver juntos, no futuro.
- Ambiente como projeto comunitário... onde somos envolvidos.

Sobre estas concepções, comenta Carvalho (2004), dizendo que Sauvé,

“...alerta que, embora cada uma dessas seis concepções arquetípicas seja o centro particular da representação social do ambiente, é possível observar que, para cada representação particular, o foco pode ser enriquecido (no centro ou na periferia do esquema) por uma outra concepção, ou pela combinação dos elementos característicos de dois ou mais arquétipos, sendo estas seis concepções eminentemente complementares e podem ser combinadas em diversos caminhos”.

Carvalho (2004) prossegue comentando que, Sauvé

“...ainda coloca que o ideal seria que a compreensão dos processos educativos considerasse uma dessas visões complementares do ambiente, de uma forma cumulativa, através de uma cuidadosa orquestra de intervenção, ou preferencialmente, utilizando um enfoque pedagógico integrado... A referida autora comenta que, lamentavelmente, as propostas da educa o ambiental são restritas em uma dessas concepções, limitando o principal objetivo da educa o: o ambiente não   percebido de uma forma global e, conseqüentemente, a rede de inter-rela o pessoa-sociedade-natureza (que   o centro da E.A.)   percebida somente parcialmente e cita como exemplo certas teorias e práticas relativas   educa o para o Desenvolvimento Sustentável que adotam uma visão limitada do ambiente, essencialmente como um recurso, assim como a visão de que o ambiente   um grande armazém genético que precisa ser gerenciado ou que precisa ser assegurado para os benefícios em longo prazo”.

Para melhor situarmos nossa pesquisa, buscamos estabelecer relações com outras pesquisas que se assemelhassem à apresentada nesta dissertação de mestrado; no entanto, algumas pesquisas merecem um pouco mais de atenção pela proximidade das categorias de análise utilizadas. É o caso do artigo publicado na revista de Pesquisa em Educação Ambiental de julho/dezembro 2006, com o título “Concepções de Educação e Educação Ambiental nos Trabalhos do I EPEA”, de autoria de Cavalari, et al (2006).

Vejamos então as relações com nossa pesquisa ao comentarmos as categorias de análise utilizadas pelos pesquisadores.

- A dimensão política do processo educativo: transformação social e a construção da cidadania

Essa categoria reflete mais precisamente a dimensão social, do modelo ecossistêmico de cultura apresentado pelo professor Pilon, pois procura verificar o quanto de reflexão existe sobre a questão da ação política nos processos de educação ambiental.

- Educação, educação ambiental e o processo de participação

Essa categoria já se assemelha à dimensão interativa, que irá tratar das qualidades nas relações entre grupos primários, pois só assim o processo de participação poderá ocorrer eficazmente na dimensão social para alavancar a almejada transformação social.

- Educação ambiental e interdisciplinaridade

Nessa categoria podemos identificar a educação ambiental vista de uma maneira complexa, sistêmica, perpassando pelas quatro dimensões de mundo (íntima, interativa, social e biofísica) do modelo ecossistêmico de cultura.

- Educação ambiental e valores

Nessa categoria fica expressa a dimensão íntima, utilizada como categoria nesta dissertação, que se apresenta como uma das principais dimensões. Sem esta não há base para transformação social, pois as dimensões restantes ficam comprometidas.

- Educação ambiental e a relação local – global – local

Nessa categoria podemos novamente fazer alusão às quatro dimensões de mundo, no entanto, não necessariamente os pesquisadores pensaram dessa maneira, mas a seguinte citação utilizada pelos mesmos, nos leva a crer que sim. Vejamos:

“a educação ambiental busca um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual, quanto coletivo. Ela deve começar em casa, ganhar as praças e as ruas, atingir os bairros e as periferias, evidenciar as peculiaridades regionais, apontando para o nacional e o global. Deve gerar conhecimento local, sem perder de vista o global, precisa necessariamente que envolva pais, estudantes, professores e comunidade. É um passo fundamental para conquista da cidadania” (Ab’ Saber apud Cavallari, Santana, Carvalho, 2006, p. 166)

- Educação e conflitos socioambientais

Os autores partem do princípio que para solução dos problemas socioambientais devemos considerar novos modelos interpretativos para aprender a complexidade.

A relação entre a categorização em quatro dimensões de mundo e a pesquisa realizada pelos pesquisadores, fica muito evidenciada quando os mesmos tecem as considerações finais do seu trabalho. Vejamos: eles começam dizendo que as pessoas têm trabalhado bastante com a dimensão política e complementam:

“ No entanto a intencionalidade em nossas práticas de formação de seres humanos só pode se concretizar a partir da reciprocidade dessa dimensão política, tão cara aos educadores ambientais com outras duas dimensões: a de conhecimentos e a de valores (éticos e estéticos) (Carvalho, 2000; Severino, 2001) Dessa forma, as diferentes tentativas de privilegiar determinados enfoques em

detrimento da complementaridade e reciprocidade dessas diferentes dimensões da realidade humana acabam por não sustentar o projeto de vincular a educação ambiental”

Nesse trecho fica explícita a familiaridade entre as pesquisas, pois destacamos justamente a complementaridade e a reciprocidade entre as dimensões de mundo, pois apenas o trabalho na dimensão íntima, por exemplo, não irá surtir muito efeito, nem apenas na dimensão biofísica que veremos adiante ser uma das mais destacadas nas falas dos atores sociais pesquisados.

Em uma outra pesquisa intitulada “Representação social da educação ambiental e da educação em saúde em universitários”, (Andrade, et al 2004), procuram mapear a representação de educação ambiental dos universitários, para isso utilizando de alguns questionários que exploram o conceito de educação ambiental (o que é educação ambiental?), e em seguida, através da análise de conteúdo, elegeando algumas categorias que apresentaremos a seguir:

- Antropocêntrica – para respostas onde mostravam indícios que as pessoas utilizavam a natureza para melhorar sua qualidade de vida, porém se colocando como o elemento mais importante, ficando a natureza apenas para lhe servir.
- Antropocêntrica pactuada – nesta o homem é visto como elemento central dentro de um sistema, mas seus objetivos tendem, na medida do possível, a serem harmonizados com a natureza.
- Ecocêntrica – o homem é visto como mais um elemento da natureza, não como o mais importante.

Os autores chegaram à conclusão que a representação social da educação com mais expressão foi a antropocêntrica pactuada, o que demonstra uma certa tomada de consciência por parte dos universitários questionados, em relação à questão ambiental.

O fato é que, nem todos os cidadãos têm condições de refletir sobre a produção de conhecimento através do imaginário social e da representação social, restando apenas ao mesmo ancorar o conhecimento sistêmico a um certo reducionismo presente no imaginário social mecânico, cartesiano e instrumental-utilitarista. Como consequência, em geral, nos

deparamos com uma representação da educação ambiental que trata os problemas socioambientais por meio de uma postura acrítica em relação à transformação do *status quo* responsável pelo estado de angústias sociais, o que deve ser tratado pela educação em seu sentido lato, independentemente de seus adjetivos.

Assim, é tarefa da educação uma abordagem articulada, sistêmica, significativa para que o educando ao se deparar com sua realidade possa internalizar a responsabilidade pela construção de sua história. Caso a educação, passe a se ancorar na ciência cartesiana que circula no imaginário social, as práticas utilitaristas, contraditórias, permanecerão escondidas.

Tais práticas dificultam às nações, o caminho da sustentabilidade, uma vez que são contrárias a uma visão organísmica, onde as relações causa e efeito são complexas e devem ser compreendidas e internalizadas para a concepção da teia da vida. A insustentabilidade é a marca de uma desintegração cultural que muito limitou o direito dos cidadãos a uma vida solidária, equilibrada, ao invés dos desequilíbrios do excesso de competição, das desigualdades e das injustiças sociais.

Gutiérrez e Prado (2002) destacam toda influência do modelo vigente de desenvolvimento econômico, na inviabilidade da sociedade dominante, pois esta destrói a diversidade, não respeita as diferenças nem entre os seres humanos, nem entre as culturas e as etnias das diferentes regiões do planeta. Segundo Morin (2003, p.57), “a desintegração de uma cultura sob o efeito destruidor da dominação técnico-civilizacional é uma perda para toda a humanidade, cuja diversidade cultural constitui um dos mais preciosos tesouros”

Portanto, devemos reconhecer na diversidade, na incerteza, no paradigma da complexidade, nossa oportunidade de aprender a construir um mundo diferente, tendo

como ponto de partida o equilíbrio, o bom senso, e reconhecendo a importância dos diferentes saberes que circulam na sociedade.

O conhecimento científico tem que problematizar e ser problematizado pelo senso comum, construindo um saber prático e significativo para a grande maioria da população. Para tal, partiu-se do pressuposto da necessidade de se conhecer qual vem sendo o senso comum nesta pesquisa com a educação ambiental, para que, assim possamos estabelecer diálogos com sua fundamentação teórica, a fim de torná-la senso comum por meio de estratégias que indiquem um caminho capaz de romper com os possíveis reducionismos em sua prática. Moscovici (2003, p.35) nos deixa uma ilustre contribuição nesse sentido ao dizer que “podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela nos impõe”.

Verificar e revelar a existência desse aspecto convencional da educação ambiental é um dos objetivos dessa dissertação, ressaltando a educação ambiental como responsável pela melhoria nos ambientes de convívio do ser humano. Para isto, tem-se como referência, as representações de um modelo ecossistêmico de cultura, no qual destacam-se as quatro dimensões de mundo que, bem trabalhadas, podem revelar aspectos complexos da realidade, o que se adequa melhor a uma educação ambiental preocupada com a insustentabilidade decorrente do método cartesiano.

1. ECOTURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

2.1. Marco conceitual do ecoturismo

O interesse por ambientes naturais sempre esteve presente na história da humanidade; tais interesses passam pelos mistérios e pelo desconhecido que nos espera a cada instante, pois em seu contato, estaríamos sob efeito de forças maiores, sujeitos a uma certa imprevisibilidade dos acontecimentos.

No entanto, esse interesse ressurgiu com força em consonância com o movimento ambientalista, na década de 1970, 80 e 90, surgindo um certo interesse por parte da sociedade civil na proteção de ambientes naturais.

Essa preocupação incita um número cada vez maior de pessoas a se sensibilizar com as causas defendidas pelo movimento, passando assim a adotar posturas contemplativas em relação aos ambientes preservados.

Isto faz aumentar a busca por ambientes preservados, o que impulsiona a atividade denominada ecoturismo, sendo outra contribuição a essa atividade, o fato de que a vida nas grandes cidades, de onde parte a maioria dos visitantes, tem se tornado insalubre. Com o surgimento das grandes metrópoles, a degradação ambiental aumentou consideravelmente e a qualidade de vida deu lugar à insatisfação e à infelicidade, surgindo, então, uma nova demanda proveniente daqueles que procuram no ambiente natural, momentos de descanso para enfrentar novamente o ambiente citadino e suas repressões.

Daí, uma certa nostalgia estaria povoando a mente humana como salienta Coimbra (2002, p.32): “as sociedades chamadas primitivas exercem ainda certo fascínio para o homem urbano porque no íntimo de cada um de nós, há aspirações legítimas e profundas de harmonia com o Cosmo e de paz consigo mesmo”.

Ressaltando isto, vejamos o pensamento de Sheldrake (*apud* Coimbra, 2002, p. 132):

“Para milhões de habitantes das cidades modernas, a vida se torna mais tolerável ante a perspectiva de saírem para o campo, de se retirarem para ambientes rurais, em fins de semana, ou de lá permanecerem durante todo o período de férias. Nas noites de sexta-feira, as estradas que saem das grandes cidades no mundo ocidental ficam intransitáveis. Há algo a ser encontrado ‘na natureza’ de que muitos de nós sentimos necessidade”.

Assim, o ecoturismo passa a ganhar uma certa relevância no cenário nacional, apresentado-se como uma forma sustentável de gerar divisas, conciliando-se com a

manutenção dos ambientes naturais preservados, estabelecendo-se uma combinação interessante e satisfatória em termos da relação entre desenvolvimento regional e meio ambiente.

No entanto, aponta Brandon (2001, p.231), “...há, no mundo todo, centenas de áreas que recebem o turismo de natureza, mas raros são os exemplos de comunidades que foram bem sucedidas na realização da dupla metade desenvolvimento da comunidade e proteção ambiental”. Mesmo assim, o ecoturismo ainda é visto como uma oportunidade para se manter o ambiente em equilíbrio perseguindo a adoção de valores éticos em busca da sustentabilidade.

A seguir, analisaremos o conceito que consideramos como o mais completo entre as leituras realizadas sobre o tema e passaremos a elencar algumas das causas dos possíveis problemas encontrados na atividade, enfatizando o papel da educação ambiental para refletirmos criticamente sobre eles.

Segundo a Política Nacional do Ecoturismo:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Cabe, no entanto, analisar o ecoturismo, deixando-se de lado as concepções simplistas e considerá-lo dentro de um contexto regido pelo capital. Por exemplo, quando nos reportamos à utilização do patrimônio cultural de forma sustentável, esbarramos nas exigências de muitos ‘ecoturistas’ que fazem questão de serem atendidas as suas expectativas, muitas vezes inconvenientes à realidade visitada. Desse modo os municípios ‘ecoturísticos’ vêm frequentemente se adequando ao ecoturistas, ao invés do inverso.

Diante dessa situação, existe um grande problema em relação as possibilidades da sustentabilidade cultural.

Ao pensarmos em sustentabilidade, devemos considerar a ansiedade dos municípios em arrecadar mais impostos e gerar mais empregos para suas populações que aumentam a cada dia por conta das atividades ecoturísticas, ficando, assim, à mercê da especulação imobiliária, aumentando consideravelmente seu território explorado, precisando, por exemplo, aumentar também a área produtiva para alimentá-las (as populações), entre outras demandas surgidas em consequência. Nesse contexto existe um grave problema, em relação a almejada sustentabilidade do patrimônio natural.

Quando pensamos na questão da formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente e imaginamos a quem cabe essa função, percebemos que existem poucas pessoas capacitadas para realizar tal atividade; e quando capacitadas por algumas entidades, interpretam apenas o ambiente natural, ficando o ambiente social e suas contradições, visíveis nesse mesmo ambiente, sem grande repercussão dentro da atividade.

Podemos nos pensar também, que a atividade deve promover o bem-estar das populações envolvidas. Contudo, como podemos pensar nisto, quando em um ambiente natural onde as pessoas sentem-se ligadas à natureza, se está levando um desenvolvimento com base na competição, na arrecadação exorbitante e no individualismo, todos fatores negativos à integridade ambiental e ao sentido de pertencimento natural?

Para que em algum momento possa haver um bem-estar às populações envolvidas, necessitaríamos de um desenvolvimento mais humanitário, mais próximo da harmonia que a natureza nos apresenta, ou seja, um desenvolvimento que nos conduza à emancipação e à solidariedade.

Tais contradições podem ser problematizadas pela educação ambiental, e se apresentam como resultado de uma posição antropocêntrica, onde os seres humanos enxergam o ambiente natural como um objeto a ser utilizado pelo mesmo para sanar seus desejos e expectativas.

A atividade ecoturística pode sim oferecer condições para que divisas sejam geradas ao nosso país, como podemos ver na evolução das cifras históricas, apresentadas pelo Ibama:

“Os números do Instituto de Ecoturismo do Brasil mostram a atratividade deste novo negócio no Brasil. Em 1994, o Ecoturismo foi responsável pela movimentação de R\$ 2,2 bilhões. Em 1995, esta cifra pulou para R\$ 3 bilhões, um salto de 36% em apenas um ano, muito acima da média mundial, de 20%, que já é muito superior à expansão de qualquer segmento de negócios. Estima-se que em 2005 o Ecoturismo deverá movimentar 10,8 bilhões de dólares no Brasil”.

No entanto, enquanto o ecoturismo não estiver bem estruturado por um planejamento que contemple a participação comunitária, em um estado democratizado, o mercado não poderá ser regulado. Para isto, sugerem-se instrumentos como aqueles da economia solidária e também da gestão ambiental, que se mostram capazes de atender às necessidades e desejos de um número cada vez maior de envolvidos com a atividade. Assim, poderemos ter chances de romper com o atual modelo de desenvolvimento insustentado, o qual concentra renda e poder, ao invés de descentralizá-los.

Num sistema tido como ideal, o ecoturismo contribuiria com a demanda por bens e serviços, impulsionando a economia solidária local e até regional, e a população participaria fortemente da administração pública, exercendo seu papel de sujeito de sua

própria história, por meio do planejamento participativo, destacando-se, além da economia solidária, também a gestão ambiental.

O ecoturismo em sua função social deve, a todo instante, dar espaço a estratégias de cunho altruísta, capazes de fomentar um círculo virtuoso, onde todo e qualquer praticante de atividades de lazer envolvendo ambientes naturais, possa também refletir criticamente sobre as contradições que se apresentam no seio de sua visita.

É inconcebível que o ecoturista, amante da natureza, continue como responsável pela degradação da mesma em seu cotidiano, ou que amante da harmonia que o ambiente natural pode oferecer, continue semeando a desarmonia em seu dia-a-dia mantendo atitudes individualistas ao invés de atitudes solidárias.

Seria o “eco” do ecoturismo apenas um fetiche, somente para insuflar/incentivar a imaginação dos visitantes ao consumo de algo que está acabando, semeando assim as mesmas contradições do modelo capitalista de consumo? Ou seria a vertente mais responsável do turismo, a qual demonstra todo seu compromisso social ao engajar-se e comprometer-se com a transformação social que se apresenta como necessária para que seu desenvolvimento possa vir a perdurar?

Segundo Wearing e Neil (2002, p.223), “...o ecoturismo como prática de desenvolvimento sustentável, é uma estratégia para mapear e direcionar novas abordagens para interação entre a humanidade e o meio ambiente”. Cabe então ao ecoturismo, internalizar a educação ambiental (sugerida, nesta pesquisa, com base no modelo ecossistêmico de cultura), para que possa se transformar numa vertente de um modelo de desenvolvimento a ser perseguido, ao se enfatizar a importância do nosso compromisso social para com as gerações futuras.

A educação em seu sentido lato é, e sempre será, a principal responsável pela transformação ou pela manutenção do *status quo*. Não podemos deixar de ressaltar a contribuição do pensamento de Ferreti (2002, p.131) ao nosso trabalho, pois estabelece as relações intrínsecas entre o ecoturismo e a educação ambiental ao dizer que “...um projeto ideal enfocaria o desenvolvimento de uma região, onde o ecoturismo representaria a alternativa econômica e a educação ambiental, o exercício pleno da cidadania, com base na consciência de valorizar os bens natural e cultural”.

Acreditamos que o ecoturismo com base em seu compromisso social e ecológico, deve instigar a reflexão crítica não apenas dos atores sociais que trabalham com a atividade em seu município, mas sim de todos os cidadãos que realizam tais atividades. Pois, a manutenção das áreas naturais fundamentais às atividades ecoturísticas depende, também, de como os ecoturistas se relacionam em seus locais de origem.

Vejamos agora algumas atividades associadas ao ecoturismo:

- . **Trekking** - caminhada longa com pernoite, onde o cliente leva na mochila parte dos equipamentos;
- . **Hikking** - caminhada curta, normalmente de meio dia ou um só dia, sem pernoite na trilha;
- . **Rafting** - descida de rios encachoeirados a bordo de botes;
- . **Canyoning** - descida de cachoeiras e penhascos com auxílio de cordas (rappel);
- . **Canoeing** - navegar por rios ou lagos em canoas a remo;
- . **Mountain-bikking** - fazer trilhas com bicicletas especiais;
- . **Turismo Eqüestre ou Tropeirismo** - andar a cavalo, à moda das tropas de mulas;

- . **Turismo Esotérico** - atividade ao ar livre, relacionada ao espiritual ou místico;
- . **SPA ecoturístico** - com técnicas de relaxamento e exercícios anti-stress.
- . **Pesca Esportiva** - atividade de pesque e solte;
- . **Teal** - treinamento experimental ao ar livre, praticado por executivos de grandes empresas, onde são simuladas situações extremas para testar as capacidades individuais de liderança;
- . **Alpinismo/Montanhismo** - prática de escaladas em rochas ou gelo, sem competição;
- . **Espeleologia** - exploração de cavernas e/ou estudo de ambientes subterrâneos;
- . **Mergulho** - em apnéia ou com utilização de aparelhos de ar comprimido;
- . **Astronomia** - observação do céu noturno, com ajuda de telescópios;
- . **Observação da natureza** – observação de aves, de orquídeas, da fauna e flora em geral.

Todos os praticantes dessas atividades possuem uma certa responsabilidade em relação à problemática ambiental; vejamos a seguir maiores detalhes.

2.1.1. A responsabilidade de todos os cidadãos com nossa família global.

Cada um de nós é responsável pela condição de vida dos nossos descendentes. Acreditamos que somente com o conjunto de atuações individuais seremos capazes de contribuir para construção de uma sociedade sustentável.

Sendo assim, a todo o tempo devemos instigar as pessoas para atuar em sua realidade de uma forma consistente. O problema socioambiental afeta a todos, portanto é papel de todos, tanto do rico como do pobre, tanto do ecoturista como do munícipe, engajar-se em algum movimento em benefício da qualidade de vida.

Assim, deseja-se que “os ecoturistas devam contribuir para um futuro sustentável dos locais visitados” (O’Neill, 1991), e mais, devem ser agentes multiplicadores de idéias sustentáveis, influenciados pelos munícipes receptivos.

Leff (2002) nos mostra que a responsabilidade de todos os homens que viajam na “nave Terra” não pode ser encoberta sob o véu das relações de poder e de exploração, fonte de desigualdades entre os companheiros de viagem.

Fica evidente o papel da sensibilização em todos ambientes formais, não-formais e informais, para a busca da sustentabilidade local, regional, nacional e global. A tomada de consciência de cada cidadão com sua responsabilidade frente à problemática socioambiental, perpassa a máxima “pensar globalmente é agir localmente”.

A Carta da Terra, apresentada no capítulo 1.3., preconiza a questão da responsabilidade universal. Vejamos a seguir, parte de seu conteúdo, para que possamos relacioná-lo com a atividade ecoturística na convocação de todos à missão de conduzir o planeta a caminhos sustentáveis.

“...devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre, bem como com nossa comunidade local. Somos ao mesmo tempo cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas” (Coimbra, 2002, p.454).

O ecoturismo tem um papel fundamental para ‘chamar’ os cidadãos para assumir seu compromisso social, por meio da educação ambiental, pois o mesmo se apresenta - por ser praticado em contato com o ambiente natural – como uma ferramenta de sensibilização para pensarmos o nosso ser, estar e agir no mundo contemporâneo. Isto pode ocorrer por meio de nossa inserção em uma rede de relações, onde as dimensões íntima, interativa,

social e biofísica, sejam articuladas enfatizando a todos os momentos nossas responsabilidades como cidadãos planetários.

2.1.2. Educação Ambiental, Ecoturismo e Lazer: contribuições ao desenvolvimento pessoal.

“As pessoas vêm buscando, sistematicamente, envolvimento emocional com produtos e serviços que causem sensações novas, prazeres e emoções diferentes, desprezando ofertas que não contemplem essas formas e experiências” (Beni, 2006, p.123)

O lazer ganha uma maior proporção com o ritmo de vida acelerado e insalubre predominante nas grandes cidades, que gera desgastes físicos, emocionais e espirituais.

A fim de obter um momento de descanso, onde o corpo, e a mente possam voltar a si mesmos, esquecendo-se da rotina do dia-a-dia, as pessoas procuram espaços que as instiguem a um convívio diferenciado do habitual.

O lazer se diferencia do ócio, tido como um momento em que nenhuma atividade é realizada e, pois o lazer, considerado por muitos como fenômeno estático, porque expressa situações de repouso ou relaxamento, é essencialmente dinâmico, pois satisfaz e estimula o espírito.

Ao considerarmos o lazer como essencialmente dinâmico, que estimula os mais variados sentidos, podemos praticá-lo nos mais diferenciados espaços, como: escolas, parques, clubes, entre outros; estabelecendo assim, uma intervenção educacional em nível formal, não-formal e informal.

Em períodos de férias, onde o principal produto do lazer, o turismo, ganha notoriedade, destaca-se uma modalidade denominada ecoturismo. Visto a realização de tal atividade apresentar um certo destaque, é sobre ela que vamos nos deter, relacionando-a com a educação e o lazer em ambientes naturais, visando o desenvolvimento pessoal em um convívio diferenciado do habitual.

Há quem diga que o ecoturismo vem ganhando destaque pelo fato de que o mundo contemporâneo cada vez mais apresenta condições adversas ao estabelecimento de uma sadia qualidade de vida. Assim, o ambiente natural serviria como um certo ideal de relacionamento entre as espécies vivas e uma certa nostalgia permearia a espécie humana, fascinada com a qualidade de vida obtida na harmonia do ambiente em equilíbrio.

Tendo em vista que a atividade ecoturística aguça os sentidos, podemos utilizá-la como ferramenta de sensibilização para que possamos re-pensar o pensado e imaginar a constituição de novas realidades pautadas no respeito e na solidariedade. “O contato com a natureza é sempre uma ruptura. E essas rupturas abrem ‘brechas’ para a introdução/construção de novas leituras/discursos sobre o que somos, o que gostamos, o que acreditamos” (Cascino, 1999, p.9).

Segundo Brandão (2005, p.86):

“o que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmo com o nosso mundo, como no próprio contato direto com a natureza, pode ser também, um momento de aprendizado. Podemos estar ou não conscientes disto, mas cada troca de palavras, cada troca de gestos, cada reciprocidade de saberes e de serviços com uma outra pessoa costuma ser também um momento de aprendizagem”

Veremos as contribuições dos diferentes autores que estudaram a questão do lazer e da educação, nos abrindo uma área fascinante, onde prazer, sensibilidades, emoções e responsabilidade caminham lado a lado.

O período de lazer é um momento de suma importância no cenário nacional uma vez que pode ser utilizado como um instrumento para reflexão crítica sobre diferentes assuntos que se referem à questão ambiental.

Como destaca Marcelino (1987, p.40-41), "... a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implementação de uma nova ordem social". Camargo (1999) confere uma certa relevância à compreensão do lazer como algo ligado ao desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Ao conhecer e se apropriar de algumas conceituações desse tipo, profissionais das áreas ambiental e do turismo, preocupam-se com a questão da sustentabilidade e com a contradição que vem permeando as visitas a ambientes naturais, onde o visitante que reverencia a natureza em seu tempo de lazer, nada faz para protegê-la em seu cotidiano. Assim, podemos perceber a importância de se utilizar tais espaços de lazer como momentos privilegiados para iniciarmos uma transformação social.

Krippendorff (2000, p.94) é o autor que mais nos chama atenção para as possibilidades, das férias, das viagens e do lazer, em contribuir com o desenvolvimento pessoal.

“As férias desencadeiam um processo de aprendizado que com a continuidade – isto é, no decorrer de nossas viagens -, modifica nossas atitudes e nossos comportamentos, chegando mesmo a algumas mudanças na sociedade. Não se trata de viver alguma coisa ”fora” e de contá-la em casa, mas de aprender alguma coisa lá fora e agir de acordo dentro de casa”

E ainda, na mesma linha, Yázigi (1999, p.119) adverte que não se é turista, se está turista, e “...resulta que, em conseqüência, não se trata de ter atividades louváveis enquanto se faz turismo, mas o tempo todo como postura de vida”.

Quanto à educação ambiental, essa vem aparecendo nos mais variados discursos sobre o ecoturismo, e fica evidenciado ao avaliarmos o que se disse anteriormente que a mesma pode ter grandes contribuições para a construção de sociedades sustentáveis.

Vejamos o que Mendonça e Neiman (2005) têm a nos dizer sobre essa relação cada vez mais discutida. Acreditam que o ecoturismo pode “criar oportunidades para novas formas de pensar e abrir espaço para ações criativas, que possam garantir a todos experiências transformadoras” (Mendonça e Neiman, 2005, p.156). E ainda fazem uma reflexão sobre problemas socioambientais e o papel do ecoturismo:

“não estamos afastados somente do mundo selvagem: nos afastamos de nós mesmos; desconhecemos as possibilidades de assumirmos relações mais interessantes e verdadeiras com os outros. Tudo isso pode – e já se tem provas suficientes disso – ser modificado pela prática do ecoturismo. O potencial de contribuição dessa atividade para a evolução humana é imenso. Porém, para que ele se torne realidade, é preciso disposição e preparação. Não é pouco o que se tem a fazer” (2005, p.156)

A educação apresentada em meio ao lazer, oferece-nos a possibilidade para que novas representações, novas sensações, incitem o turista a imaginar um mundo com menos desigualdades e degradação. Marcelino (1987) diz que não consegue entender o lazer como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a se conviver com as injustiças sociais. Talvez, por esse motivo, a visão “funcionalista” do lazer o opõe ao ócio. Tira-se com isso da possibilidade de “parar para pensar” que significa a oportunidade do encontro consigo próprio, com a realidade social, como o conflito.

No entanto, um longo caminho há de ser trilhado rumo à efetividade nesses trabalhos, pois é preciso que novas representações sejam estimuladas através de relações dialógicas, rompendo com o paradigma reducionista e mecânico de se conceber a realidade.

Assim, acreditamos que o ecoturismo estará respondendo as suas responsabilidades para com uma atividade onde se pretende a conservação de ambientes naturais, pois o lazer será como: “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural....mudanças necessárias para a implementação de uma nova ordem social” (Marcelino 1987, p.40).

As utopias presentes na questão ambiental podem então ser familiarizadas ao grande público, pois “quando dois ou mais grupos humanos entram em contato direto e contínuo, geralmente ocorrem mudanças culturais nos grupos, pois se verifica a transição de traços culturais de uma sociedade para outra” (Oliveira,1997, p.97).

No entanto, é preciso antes de tudo “arrumar a casa” para receber o turista e dar exemplos para que ele leve exemplos, que contribuam com a construção de sociedades sustentáveis em sua localidade. Vejamos como arrumar a casa utilizando-nos da educação ambiental.

2.2 Educação ambiental para democracia e a consolidação do planejamento participativo

“as competências dos entes federativos são definidas em lei; porém, a lei não faz milagres. Educação ambiental e ética ambiental são indispensáveis. O exercício da cidadania, com seus direitos e deveres agregados, é a mola propulsora da participação da comunidade” (Coimbra, 2002, p.464)

Todo cidadão deve ter consciência política para direcionar seu projeto de vida e de seus semelhantes à satisfação das necessidades elementares (educação, saúde, lazer, moradia, trabalho e alimentação) para que tenham uma sadia qualidade de vida.

No entanto, como nos apresenta Beni (2006, p.59), “...a apatia e a falta de consciência sobre os problemas socioculturais, econômicas e políticos entre as bases é resultado de anos, muitas vezes de séculos de exclusão acerca dos assuntos que afetam sua dignidade”

A construção dessa consciência é essencialmente uma função da educação ambiental em consenso com a educação comunitária já que a mesma, segundo Gadotti (1993, p.15), “organiza a população para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida”

Assim, definimos como um dos objetivos da educação, a conquista da democracia direta por meio de uma reflexão crítica, para que a mesma possa ser exercida em níveis cada vez mais elevados, diminuindo-se as distâncias entre os que planejam, os que tomam as decisões nos governos e os que executam e sofrem as conseqüências na base.

Hoje no Brasil, ao invés da democracia direta, vivemos sob a égide da democracia representativa, que se baseia fortemente no simples voto popular. Boaventura de Souza Santos, comentando a democracia representativa diz: “... a redução da participação política ao exercício do direito de voto levanta a questão da representação. A representação democrática assenta-se na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado” (Santos, 2005, p.238).

A lei suprema brasileira de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 1º, diz: “todo poder emana do povo que poderá exercê-lo por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Visto as limitações da democracia representativa e as possibilidades de intervenção na realidade, buscamos incessantemente formar cidadãos para exercer a democracias direta ou participativa, o que certamente motivará a população a executar e acompanhar as políticas públicas de autoria compartilhada.

Segundo Sachs (2004), a democracia direta deve evoluir na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, contudo apontando mais diretamente para os deliberativos para que os esforços despendidos no processo de participação sejam efetivamente postos em prática, para que a mobilização dos atores sociais seja permanentemente motivada de forma a empoderar as comunidades, para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro.

Dowbor (2003, p.53) especifica um pouco mais como a democracia direta (ou participativa) vem sendo internalizada pelas administrações locais.

“as administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não-governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa”

Tais formações de conselhos, de foros, nos levam ao exercício do planejamento participativo que, segundo Beni (2006, p.64),

“reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado, bem como a eficácia do processo. A gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local”.

No entanto, as dimensões de como ocorrem as participações, bem como sua qualidade e sua motivação, são diferentes. Tais diferenças dos tipos de participação são apresentadas por Bordenave (1994, p.27-9):

- *espontâneas* (grupos de vizinhos, “panelinhas”, “gangs”): sem organização estável ou propósitos definidos, pretendem a satisfação psicológica de pertencer, expressar-se, dar e receber afeto, obter reconhecimento e prestígio;

- *impostas* (rituais de iniciação, disciplina escolar, exército): o indivíduo, para fazer parte do grupo, é obrigado a realizar certas atividades;

- *voluntárias* (sindicatos, associações profissionais, cooperativas): quando o grupo é criado pelos próprios participantes para a realização de objetivos comuns através de organização e métodos também próprios.

- *provocadas, dirigidas ou manipuladas* (extensão rural, serviço social, desenvolvimento de comunidade, educação em saúde, trabalhos de pastoral): quando agentes externos “ajudam” o grupo, através da manipulação, a atingir seus próprios objetivos;

- *concedidas* (participação nos lucros e decisões das empresas): parte da influência dos ‘hierarquicamente’ subordinados, passa a ser considerada legítima pelos superiores.

Os graus e níveis de participação dependem do controle que os membros têm das decisões e da importância dessas mesmas decisões, e são os seguintes:

A *informação* é o menor grau e acontece quando os dirigentes informam aos participantes das decisões já tomadas, e a reação dos membros ou sua expressão configuram o processo participativo.

A *elaboração/recomendação* é um outro grau de participação, quando são feitas propostas para administração, que aceita ou rejeita, mas justifica.

A *co-gestão* é, sem dúvida, o grau de participação desejado para os setores públicos e privados, caracteriza-se pela partilha de mecanismos de co-decisão; o próprio grupo determina seus objetivos e os meios para concretizá-los.

Segundo Leff (2002),

“a formação de uma consciência ecológica ou ambiental, pressupõe a transformação democrática do Estado que permita e apóie a participação direta da sociedade e das comunidades na autogestão e co-gestão de seu patrimônio de recursos, a reorganização transetorial da administração pública e a reelaboração interdisciplinar do saber”.

O planejamento participativo que se idealizou nesse trabalho, pauta-se na participação *voluntária e provocada*, por meio da consolidação da educação ambiental com base no modelo ecossistêmico de cultura, enfatizando-se a necessidade da co-gestão, de modo que os cidadãos possam exercer um certo controle sobre seu destino, através das possibilidades de regulação e de fiscalização do mercado. Isto pode ser suprido pela

economia solidária e pela gestão ambiental (ver detalhes cap.2.3), utilizando-se sempre de uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento projetado para sua localidade. Segundo Coimbra (2002,p.285),

“a sociedade não pode furtar-se ao planejamento do seu futuro, à organização e à disciplina para superar os obstáculos, a fim de prover-se do necessário à vida em seus múltiplos aspectos. Esta é a rotina imposta pelo cotidiano, a ser administrada comunitária e solidariamente, não havendo lugar para heroísmos isolados”

Ainda, Rezende e Castor (2005) em seu livro planejamento estratégico municipal, acrescentam que o planejamento não pode prescindir da participação ativa da comunidade em sua elaboração, acompanhamento e permanente avaliação, uma vez que a população não é apenas o objeto de suas preocupações, mas igualmente o sujeito político da determinação de prioridades e preferências.

Assim, torna-se imprescindível uma educação eficaz que demonstre a todos a interdependência entre as diversas áreas que configuram a complexidade da realidade, para que tenham condições de estabelecer as relações de causa e efeito e utilizem a melhor forma as ferramentas necessárias à construção de uma sociedade sustentável. Nesse sentido, algumas considerações devem ser feitas em relação à educação popular, que tem como pressuposto a emancipação, a autonomia, pressupostos também da educação ambiental.

O fato é que, a especificidade da educação popular encontra-se na sua concepção, no seu compromisso de classe e na sua ligação com o movimento popular. E Freire (1987) faz uma crítica ao mecanicismo e ressalta a necessidade de libertação, de autonomia, de emancipação. Ele argumenta fortemente que a educação deve adotar uma postura problematizadora da realidade para que, ao compreender sua realidade, todos possam

perceber a importância e a necessidade de se adotar um postura participativa, o que, por meio da organização de grupos, alcança maior representatividade junto ao poder público.

Percebe-se, nesse sentido e no sentido do modelo ecossistêmico de cultura (Pilon, 1998), que o enfoque na dimensão interativa, sem esquecer, é claro, as reciprocidades com as demais dimensões, é de fundamental importância para educação, como destaca Pílon (1998, p.21):

“O trabalho com a dimensão interativa é, pois, condição importante no desenvolvimento de quaisquer projetos orientados para a qualidade de vida, na medida que os grupos se organizam, inclusive para apoiar e gerir programas voltados às dimensões (íntima, social e biofísica), tornando-se campo dinâmico para o crescimento do sujeito, o exercício da cidadania e a sustentação do meio ambiente em bases ecossistêmicas”.

A dimensão interativa deve ser trabalhada a todo o momento para fortalecer o sentimento de grupo, de mobilização, para que esse ganhe “voz ativa” no processo de planejamento do seu município e consolide o engajamento político da sociedade civil na formulação de políticas ambientais.

Segundo Leff (2002, p.68)

“Para poder implementar políticas ambientais eficazes é necessário reconhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas. É preciso avaliar as condições ideológicas, políticas, institucionais e tecnológicas que determinam a conservação e regeneração dos recursos de uma região, os modos de ocupação do território, as formas de apropriação e usufruto dos recursos naturais e de divisão de suas riquezas, bem como o grau e as maneiras de participação comunitária na gestão social de suas atividades produtivas”.

De modo relativo à educação popular, a educação ambiental não encontra as mesmas características da educação tradicional, que tem sido vinculada ao interesse de uma

classe social hegemônica, que fragmenta os saberes para impregnar de sentido suas práticas instrumentais-utilitaristas.

Na educação popular e também na educação ambiental, deve-se adotar uma visão sistêmica da realidade, complexificando os saberes, para que a população compreenda o atual sistema de coisas, onde deve se inserir como sujeito da transformação, exercendo a democracia direta por meio do planejamento participativo, rumo à sustentabilidade com justiça social.

O desenvolvimento da cidadania, do sentimento de ser cidadão comprometido, deve ser impulsionado a cada momento, a cada oportunidade, tanto pela educação formal, quanto a não formal e a informal. O exercício de uma cidadania condizente com nosso tempo, com nossos compromissos, deve necessariamente induzir a proliferação de valores democráticos, solidários, os quais serão sem dúvida os responsáveis pela manutenção das utopias.

Leff (2001, p.59) destaca a importância da participação, do exercício da cidadania ao dizer:

“Um amplo processo de democratização está sendo impulsionado por uma nova força social para resolver de maneira pacífica e consensual os conflitos que o mundo moderno está atravessando, abrindo canais de participação para reconstruir as condições de sobrevivência da cidadania e reorientar os tipos de desenvolvimento da humanidade, lançando uma corrente de ar fresco e criativo ao cerco homogeneizante do macroprojeto neoliberal”.

Lizt Vieira (2004) também destaca a importância da participação, exaltando a mesma como condição essencial à garantia de condições ambientais dignas, visto que defende que:

“o estado e o mercado sozinhos, parecem sem condições de enfrentar a crise econômica, social, e ambiental em que estamos mergulhados, e de resolver os desafios colocados pelos novos tempos. A sociedade está sendo chamada cada vez mais para formular alternativas. A mesma crise que enfraquece o estado nacional tende a fortalecer as organizações da sociedade civil” (Vieira, 2004, p.112)

Leff (2001) coloca o desenvolvimento da cidadania, da participação, como condição *sine qua non* ao desenvolvimento de novas formas de se conceber o mundo, onde os antagonismos sociais e os valores individuais possam ser re-pensados e transformados em direção à igualdade social e aos valores solidários.

Carneiro (1985) reforça o pensamento de Leff e Vieira, destacando a educação em sua função social:

“...a função social da educação reside no fato de que ela, ao lado de outras variáveis, pode contribuir, positivamente, para redução das várias formas de pobreza e de limitação material, bem como para ampliação do processo participativo. De fato, o percurso histórico dos países mais desenvolvidos do mundo tem demonstrado que, com uma população educada, a desigualdade social pode ser mais rapidamente reduzida e, em consequência, as tensões originárias da estratificação social podem, igualmente diminuir”

No entanto, concluímos que enquanto a educação ambiental, preocupada com a sustentabilidade ambiental, social e econômica, ancorar-se em um imaginário social instrumental-utilitarista, seremos incapazes de transformar a realidade, pois não evidenciaremos as relações de sinergia entre as múltiplas variáveis que compõem o todo.

Leff (2002, p.111) diz que: “as transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas transformações tecnológicas por meio da participação social na gestão dos seus recursos ambientais”

Nesse contexto, três questões apresentam-se como fundamentais para construção de sociedades sustentáveis por meio da participação popular ao se assumir uma co-gestão com o poder público, são eles:

- **Orçamento participativo**

Segundo Coimbra (2002), “entende-se o orçamento participativo como o único procedimento para se alcançar objetividade econômico-social e administrativa. São os contribuintes, é a comunidade que garante a sustentabilidade, não são os burocratas rotineiros e despreparados, quando não, mal-orientados”.

Nesta citação ressalta-se que a comunidade precisa apropriar-se das decisões sobre a destinação dos recursos financeiros da gestão pública, para que possa decidir sobre quais são os investimentos prioritários para que se garanta melhor qualidade de vida. Outra questão a ser considerada passa pelo acompanhamento da comunidade das condições da infra-estrutura urbana.

- **Infra-estrutura urbana**

Vejamos alguns itens a serem considerados em relação à infra-estrutura urbana, apresentados por Coimbra (2002):

- ✓ infra-estrutura de deslocamento (tráfego, trânsito e transporte):
buscar minimizar as deseconomias mais freqüentes;

- ✓ manutenção de logradouros existentes e criação de novos espaços de recreação e lazer: visa sustentar a saúde

- ✓ sinalização urbana, postos de atendimentos e informação:
significa simplificar a vida, com menor gasto de tempo e menos fadiga para os cidadãos;

✓ controle do fluxo de matéria e energia: eliminam-se o desperdício e as deseconomia;

✓ atenção especial com os equipamentos de educação e saúde: é essencial otimizar seu uso, evitando ociosidade e malversão de recursos.

A manutenção da infra-estrutura reduz outros custos econômicos, gera emprego e facilita a implementação de outros recursos e serviços essenciais.

- **A questão das parcerias**

Em tempos de comunicação via Internet, as parcerias são, cada vez mais, importantes para que ações com um certo grau de complexidade possam ser viabilizadas, cabendo, nesse sentido, referencia ao velho dito popular, “a união faz a força”. Vejamos algumas considerações do pensamento de Coimbra (2002):

✓ é indispensável o intercâmbio com municípios vizinhos, principalmente quando a distância entre eles é menor, para busca de soluções conjuntas;

✓ a conurbação que se verifica em certos aglomerados urbanos, como é o caso das regiões metropolitanas, altera profundamente o conceito e o exercício do poder local, impondo realmente soluções conjuntas para problemas comuns e poupando recursos das cidades envolvidas;

✓ a parceria com a iniciativa privada tem contabilizado resultados positivos para muitas comunas: o importante é saber articulá-las à margem de interesses espúrios, em benefício do patrimônio coletivo se sem maiores ônus para o erário público;

✓ participação de universidades e outras instituições similares é fundamental para a sustentabilidade do município e, certamente, reverterá em benefício da própria instituição parceira.

2.2.1. Especificando o raciocínio: o ecoturismo e seu planejamento

O ecoturismo oferece à economia de um país um enorme crescimento, as estimativas a cada dia são mais convincentes de que a atividade tem um grande potencial econômico em nosso país.

Entretanto, além dos benefícios, a atividade oferece também uma grande quantidade de malefícios quando não planejada de maneira eficaz, ficando à mercê dos grandes capitais financeiros, seguindo o caminho do desenvolvimento a qualquer preço.

Podemos, então, afirmar que o processo de planejamento de uma localidade deve se preocupar em maximizar os benefícios para a comunidade, e um dos caminhos a serem utilizados é o do planejamento participativo estimulado pela educação ambiental.

Nesse sentido, no livro planejamento integral do turismo, (Molina e Rodrigues, 2001, p.123) ressalta que:

“uma das necessidades mais prementes das sociedades da região latino-americana consiste em projetar mecanismos para elevar quantitativa e qualitativamente o grau de participação de seus membros e suas instituições em tudo que se refere à identificação de prioridades estratégias de execução das soluções e avaliação dos resultados obtidos. Fica difícil ascender a um desenvolvimento socioeconômico mais elevado sem estas condições e suas implicações”

E complementam:

“no caso do turismo, o planejamento participativo apresenta-se como uma excelente alternativa para fazer oposição aos excessivos desequilíbrios gerados nos pólos turísticos, especialmente se se leva em

conta que neles prolifera a marginalização em suas dimensões ideológica, cultural, política, econômica e social” (Molina e Rodrigues, 2001, p.126)

Vem sendo discutido um planejamento que possui um enfoque transacional (planejamento transacional) que estabelece relações com a dupla ruptura epistemológica de Santos (1989). Tais relações ficam evidenciadas ao nos valermos do que dizem Molina e Rodrigues (2001):

“o enfoque transacional enfatiza a comunicação entre especialistas e os grupos de indivíduos envolvidos no processo de mudança, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de estabelecer uma aprendizagem mútua, na qual o planejador aprende soluções práticas e os receptores têm acesso a conceitos e teorias. Desta maneira, vai se definindo uma imagem comum sobre o problema, uma imagem sustentada no diálogo” (Molina e Rodrigues, 2001, p.129).

Nesse sentido, o planejamento surge como um meio para traçar alguns caminhos rumo a um determinado objetivo, a uma situação desejável. Segundo Baptista (1991): “...o planejamento é a maneira lógica pela qual são analisados os problemas, estudadas as diferentes alternativas para solucioná-los e organizadas as ações necessárias”.

Contudo, como vivemos em um momento da história onde o que tem valor real é o “ter algum bem de consumo” ou “ter muito capital”, então a ‘maneira lógica’ do planejamento, citada por Baptista, tem ficado bastante restrita, relacionada apenas aos aspectos financeiros.

Para iniciarmos um processo de planejamento de algumas ações com eficácia, necessitamos ter o conhecimento do contexto atual em todas as suas dimensões e adotar uma postura reflexiva e crítica em relação à realidade.

Todo processo de planejamento deve necessariamente passar por quatro etapas: **(1) o conhecimento da realidade, (2) a concepção de um plano, (3) a execução do plano, (4) e o monitoramento e avaliação.** (Dias, 2003).

E todas essas etapas devem ter como objetivos: definir políticas públicas, coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo e a atividade turística, dar fomento à atividade, minimizar os impactos ambientais, culturais, econômicos e sociais, capacitar os serviços para atividade turística, garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores, conferir uma imagem para a destinação que se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados, atrair financiamento, garantir a sustentabilidade, entre outros.

Todos esses objetivos devem levar em consideração a problemática socioambiental, que ainda se encontra pautada na visão instrumntal-utilitarista que transformou a natureza em objeto e estabeleceu uma concepção antropocêntrica do universo.

De acordo com o modelo de desenvolvimento capitalista, os bens naturais são vistos como fontes de matéria prima e de energia transformadas, e são utilizados indiscriminadamente para atingir objetivo principal deste sistema: o lucro.

Enquanto o processo de planejamento não tratar das problemáticas referentes ao modelo de desenvolvimento em suas contradições, iremos continuar no mesmo estado em que as contradições do comportamento humano ocorrem a todo o momento e os antagonismos sociais se intensificam a cada dia.

Trabalhar com planejamento pressupõe necessariamente trabalhar com as questões sociais, econômicas, culturais, integrando todas essas questões e, a mais importante delas,

que garantirá a existência e a sustentabilidade de todas as outras, a questão ambiental. Infelizmente, no mundo contemporâneo, não é esse panorama com o qual lidamos.

Quando trabalhamos com o planejamento em áreas naturais, nos deparamos também com algumas incertezas, o que não nos permite trabalhar com receituários prontos, pois cada região possui sua singularidade que deverá ser levada em consideração.

O poder público, em conjunto com a população, é quem pode intervir em todos os processos que ocorrem em uma determinada região, pois tem um grande poder de regulação, bem como a sociedade civil organizada. Fica então sob suas responsabilidades, gerir o planejamento do turismo em uma determinada região, oferecendo condições de garantir a equidade social e a minimização dos impactos sócioambientais e culturais, através de políticas públicas, que ofereçam espaço à participação das organizações da sociedade civil.

Alguns setores econômicos poderão ser afetados, pois como podemos perceber, muitos deles deixam grandes impactos onde atuam, contudo serão substituídos por outras atividades econômicas capazes de trazer benefícios às populações e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade ao destino.

No entanto, uma equipe altamente capacitada é fator imprescindível para que o processo de planejamento seja efetivado de maneira a garantir a sustentabilidade, sendo uma visão sistêmica da realidade que consiga compreender toda a complexidade do planejamento, a principal característica de uma boa equipe. Por sua vez, esta equipe deve ser capacitada através de um processo em educação ambiental que rompa com os possíveis reducionismos relacionados à sua formação (da equipe) e considere a emergência de sujeitos

sociais, considerados num mundo com quatro dimensões (Pilon, 1998) a serem trabalhadas de modo integrativo para a melhoria de sua qualidade de vida.

Dowbor (2003, p.61) chama a atenção para essa necessidade ao dizer que “na evolução para uma democracia participativa, a organização da sociedade civil e o desenvolvimento da sua capacidade de controle sobre as macroestruturas do poder são essenciais”.

Concluindo, nos referenciamos em Beni (2006) que, em seu livro “Política e Planejamento de Turismo”, diz:

“Percebem-se melhores resultados e eficiência do trabalho local se, e somente se, houver um planejamento participativo da região, com o intuito da promoção e valorização do conhecimento local, caracterizado pela história e identidades locais, seus valores, suas crenças, e pela potencialidade de cada um dos grupos de atores. A partir daí é possível construir projetos integrados à realidade local, oportunizando o desenvolvimento e formando gestores locais entre os seus diversos atores, decisores e facilitadores”.

Nesse sentido, uma visão complexa da atividade turística é de fundamental importância, pois a racionalidade econômica, como visto, não pode ser o único ponto a ter importância e a ser ressaltado na atividade turística.

2.2.2. Abordagem complexa do turismo e suas relações com a educação ambiental

“O turismo, no Brasil, ainda não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por causa da falta de uma visão sistêmica e holística” (Beni, 2006, p.73)

Para mapearmos a complexidade da realidade em relação à atividade turística recorreremos a Krippendorf (2000), que apresenta seu entendimento em relação à atividade turística em forma de sistema, apresentando um certo grau de complexidade. Segundo Panosso (2005, p.77), “o modelo de Krippendorf não vê o turismo com características de um sistema em si, mas como um sistema que está envolto nas questões do dia-a-dia”.

Daí, a contribuição da educação ambiental ao entendimento mais aprofundado da atividade turística, pois ambos têm paralelos indissociáveis. Vejamos a seguinte citação de Krippendorf, na qual discorre sobre a complexidade da atividade turística, relatando os pontos a serem estudados pelo fenômeno turístico, não se distanciando em nem um instante do que pregamos como um ideal à educação ambiental.

“A sociedade e sua escala de valores (subsistema sociocultural), a economia e sua estrutura (subsistema econômico), o ambiente e seus recursos (subsistema ecológico), assim como o estado e sua política (subsistema político). A reunião desses sistemas parciais constitui, de certa forma, o ambiente no qual se desenrola a vida” (Krippendorf, p.26, 2000)

Fica, assim, evidenciada a importância de se trabalhar o turismo e a educação ambiental em bases complexas, pois, uma vez que o senso comum da educação ambiental se apresente em bases complexas, contribuirá para que os munícipes e empresários do turismo passem a enxergar e a contextualizar a atividade turística envolvendo uma gama de variáveis e de abordagens.

Assim, defendemos a educação ambiental como forte aliada da construção de sociedades sustentáveis através da atividade turística. Para enfatizarmos essa relação intrínseca, utilizamos a citação de Netto (2005, p.48), quando o mesmo comenta o trabalho de Fuster, dizendo:

“o turismo envolve aspectos psicológicos, sociológicos, políticos, econômicos. O fenômeno turístico não pode ser reduzido ao estudo do homo turisticus, do homo politicus ou do homo economicus; seu estudo deve estabelecer relações entre essas diversas abordagens”

A partir de tais abordagens, é nítida e imprescindível a importância da educação ambiental na abordagem do fenômeno turístico. Nesse sentido, sua contribuição ao turismo, ou ecoturismo, motivou a presente pesquisa, que pretende demonstrar de modo inovador como a educação pode contribuir com uma visão integrada da atividade turística.

2.2.3. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e suas relações com a educação ambiental

O PNMT foi construído entre dezembro de 1994 e abril de 1996, estabelecendo como seu principal objetivo tornar viável o desenvolvimento da atividade turística como fonte de renda às mais variadas famílias, ao mesmo tempo convoca cada cidadão a participar das decisões dos governos centrais, almejando a conservação do patrimônio, natural, histórico, e cultural, garantindo, assim, a sustentabilidade social, econômica, ambiental, cultural e política.

Podemos perceber que, de acordo com os objetivos do PNMT mencionados, o que o programa prevê é o mesmo que nos propõe a educação ambiental em sua visão sistêmica, indo aliás, um pouco além do que prega o Programa. Vejamos, então, tais relações que contribuirão para justificar a relevância da dissertação.

Uma das características do PNMT é estar **atento ao mundo**, para compreender a diversidade e aprender com as diferenças, na educação ambiental somos instigados a

compreender as experiências realizadas pelo resto do mundo, estabelecendo intercâmbios de conhecimento, onde pela diversidade pode-se conceber a novidade, a transformação.

Outra de suas características é estar **sempre buscando parceiros**, onde a união rumo ao bem comum seria uma saída possível para eliminarmos os conflitos que dificultam o crescimento, a educação ambiental quando explorada de maneira satisfatória pela dimensão interativa contribuirá com o fortalecimento de grupo acreditando ser essa uma possibilidade de contribuir com a construção de sociedades sustentáveis.

Defender o **enfoque participativo** é outra característica do PNMT, que consiste na aplicação do método ZOOOP, ou seja, planejamento de projetos orientados por objetivos, ele se apresenta como uma aplicação voltada para o desenvolvimento de projetos técnicos de cooperação. A educação ambiental nesse sentido, apresenta-nos uma considerável contribuição à mobilização para a ação política.

O PNMT deve também **formar multiplicadores**, o que, por sinal, se apresenta como característica nata da educação ambiental, ao sensibilizar os cidadãos para que assumam sua responsabilidade social com a construção de um projeto de sociedade sustentável.

O planejamento estratégico é outra característica do programa e, para que tal ganhe efetividade, é necessário que a dimensão social, problematizada pela educação ambiental, seja bastante difundida para que, através de atuações participativas, possam empreender políticas públicas de relevância e satisfatórias a grandes parcelas da população.

A **integração com a academia** é de fato preocupação do PNMT, para que a mesma ofereça subsídios conceituais e informações técnicas; a educação ambiental vem

Após relatar as características do PNMT em sua relação com a educação ambiental, passaremos a apresentar as relações agora com os objetivos do programa que se traduzem em fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, depois de lido o capítulo em que se apresenta a educação ambiental; logo percebemos a semelhança nos objetivos.

Pensando na educação ambiental, passaremos a problematizar os objetivos específicos do PNMT:

- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria de qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio natural e cultural.

No entanto, sem uma reflexão crítica, o que pode ser proporcionada pela educação ambiental em sua visão sistêmica, dificilmente conseguiremos estabelecer instrumentos que permitam re-pensar o pensado.

Apesar do grande potencial de contribuições da educação ambiental ao desenvolvimento do PNMT, seu principal documento ao comentar as ações estratégicas para alcançar os objetivos, não faz referência à educação ambiental.

A seguir relataremos tais ações estratégicas para que possamos conhecer um pouco melhor o programa:

- Definir e difundir, por todos os meios que estiverem ao seu alcance, os princípios básicos norteadores do processo de municipalização do turismo;

- Elaborar e aplicar metodologia apropriada à realidade brasileira, para o desenvolvimento do turismo sustentável;
- Estabelecer uma rede de agentes multiplicadores e instituições parceiras para operacionalização do programa;
- Envolver as comunidades locais através da realização de oficinas e encontros, com aplicação de técnicas de enfoque participativo;
- Apoiar os municípios nas iniciativas que tenham por finalidade o fortalecimento institucional e na elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo sustentável.

2.2.4. Educação ambiental, economia solidária e gestão ambiental: caminhos para sustentabilidade ecoturística

“A questão principal, então, é como alicerçar, nas comunidades, ações que combatem a exclusão social, constroem a história e permitam que a identidade local seja reconquistada, oferecendo às pessoas a formação necessária para que percebam quanto podem contribuir para seu próprio bem-estar e o de sua comunidade” (Beni, 2006, p.63)

O ser humano, ao interagir com os meios de produção que transformam a natureza e com os valores que afloram estimulados por essas práticas, passa a reproduzir ou modificar esse modelo de sociedade.

Vigotsky, analisando o materialismo histórico, proposto pela concepção marxista, deixa claro que “o homem transforma a natureza e ao fazê-lo, transforma a si mesmo” (Vigotsky, 1896-1934, p.9). Dentro dessa mesma concepção, podemos nos referir a Gadotti

(1997, p.17) que afirma, em concepção dialética da educação, que o “indivíduo é condicionado pela sociedade”.

Com isto podemos dizer que, para nos direcionamos ao caminho da transformação social, da sustentabilidade, incorporando novas formas de organização do processo produtivo, devemos nos basear em novas formas de relações sociais e com a natureza, a fim de que não continuemos a reproduzir a mesma estrutura de sociedade com seus antagonismos sociais e degradação ambiental.

Isto não significa que teremos que recorrer ao modelo comunista ou socialista, pois seria um equívoco pensarmos nesses moldes, já que o sistema capitalista está enraizado em nossa cultura, contudo, podemos modificar as relações contraditórias do processo produtivo, caso o mesmo internalize as externalidades sociais e ambientais decorrentes de sua degradação.

Para construirmos esse novo modelo, devemos necessariamente impulsionar a educação ambiental em sua visão sistêmica, para que novas formas de regulação do mercado possam ser explicitadas, convencionadas e aplicadas através da mobilização e participação social junto ao poder público.

A educação nesse momento deve trabalhar de forma complexa, enfatizando as dimensões interativa e social, apoderando-se da economia solidária, almejando a construção de sociedades sustentáveis, pois, segundo Coimbra (2002,p.42),

“Por infelicidade, nalgum momento impreciso da história, produziu-se uma ruptura na própria economia com respeito à visão global do mundo, daí resultando o conhecido mal-estar entre economistas e ecologistas. Inútil duelo! Não se pode conhecer a casa de maneira eficaz se não é levado a pensar em sua administração e destino. Não se pode administrar a casa sem aquele conhecimento amoroso que conduz o administrador pelos caminhos certos. Por que, então dentro da mesma *Oikos* dissociar a *nomia* da *logia* ?”

Partimos dessa premissa de integração ecologia (do grego: oikos, casa + logia, tratado ou estudo, ou seja, conhecimento da casa) e economia (oikos + nomia, ou seja, administração e governo da casa) para a educação ambiental, quando “o discurso ambientalista insere-se numa estratégia de mudanças tecnológicas e sociais, que estimula uma produção de conhecimentos capazes de serem aplicados a formas alternativas de organização social e produtiva” (Leff, 2002, p.67)

Reflitamos nesse instante um pouco mais sobre a economia solidária em sua relação com a sustentabilidade econômica, social, cultural no ecoturismo, como uma forma alternativa de organização social e produtiva. O ecoturismo é tido como uma atividade econômica capaz de amenizar a pobreza em determinadas regiões brasileiras, mas não tem sido capaz de superar as desigualdades sociais, onde ricos e pobres se apresentam como classes antagônicas.

Sendo assim, o ecoturismo com seu potencial educacional, por meio da sensibilização do ecoturista e da população, deixa a desejar, pois trata de reproduzir a lógica do capital, impulsionado pela racionalidade cartesiana.

A contradição é mais bem visualizada quando, em um ambiente que se destaca pela harmonia da natureza, a população como parte do meio ambiente, permanece cada vez mais em desarmonia perante o sistema social, econômico e ecológico.

Ao perceber tal contexto, pesquisadores que se preocupam com a sustentabilidade no ecoturismo e com sua possibilidade de transformação social, ficam perplexos. Contudo, visualizam uma “luz ao fim do túnel”, ao propor a economia solidária como uma nova forma de organização econômica e social que responda às exigências de uma sociedade sustentável.

O formato econômico atual já mostrou ser ineficiente em termos de seu compromisso social, assim, cabe ao ecoturismo fazer jus à sua gênese preocupando-se com injustiças, antagonismos, degradação ambiental, proporcionando novas alternativas, para assumir seu compromisso e, através do exemplo local, contribuir com a construção de uma sociedade sustentável a nível global.

A economia solidária é parte desse compromisso, pois contribui com a sustentabilidade através de seus princípios ancorados em um imaginário social onde predomina a democracia, a emancipação, a solidariedade, o cooperativismo, e a autogestão.

Segundo Paul Singer, a economia solidária se caracteriza pela “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9) e, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego,

“a economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento”.

Ao analisarmos Rousseau, encontramos uma contribuição, um incentivo à construção de relações solidárias como forma de romper com as injustiças características das opressões sociais:

“Unamo-nos para garantir o fim da opressão dos fracos, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence: instituíamos regulamentos de justiça e de paz com os quais todos sejam obrigados a se conformar, que não façam distinção entre indivíduos e que reparem de alguma maneira os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a mútuos deveres...”.

Frente a isto, traçamos relações entre ação solidária dentro do processo produtivo com o trabalho na educação, como incita Brandão (2001, p.18):

“A educação, parte integrante do universo social da cultura, tem aqui um lugar de maior importância. Cabe a ela a tarefa de participar de todo o trabalho de criação de pessoas, não apenas capacitadas para o trabalho produtivo segundo as leis do mercado, mas pessoas educadas para serem agentes críticos e criativos na criação de seus próprios mundos sociais. Sujeito de suas vidas, atores de sua história”.

De acordo com esta citação, a economia solidária e a educação ambiental caminham juntas, pois ambas são regidas pela instauração de uma nova ordem produtiva que enfatiza as contradições presentes nas relações sociais, problematizada pelo modelo ecossistêmico de cultura, onde a falta de ações solidárias e o aumento da marginalidade se dão por conta da desintegração da comunidade.

Durante o Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental (2006), via-se um painel, onde se podia ler: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A seguir, um dos trechos contidos no painel:

“A economia solidária é o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra. A educação ambiental deve primar pelo envolvimento democrático, empoderando os grupos sociais para que possam intervir de modo qualificado nos processos decisórios sobre acesso aos recursos ambientais. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio justo, para que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos equitativamente entre grupos e países. A economia solidária é um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. A educação ambiental deve contribuir para a construção de uma sociedade não apenas ecologicamente responsável, mas também socialmente justa e politicamente atuante, ou seja, uma sociedade sustentável”.

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, como vimos, também vem contribuindo para o desenvolvimento de diferentes

estratégias na construção de políticas públicas e de formação em economia solidária, nesse sentido vem se destacando o EJA (educação de jovens e adultos). Vejamos, existe uma articulação com o Departamento de Educação de Jovens e Adultos do MEC para o desenvolvimento de um Programa Nacional de EJA e Economia Solidária.

Assim, percebemos o papel fundamental da educação ambiental, para o desenvolvimento da economia solidária, pois apresenta convergências com o EJA, que tem como base a educação popular, a educação libertadora.

Através da educação de jovens e adultos, que Paulo Freire deu início à defesa da educação em seu sentido lato, como um ato de apropriação da vida política do nosso país, por meio de ações fortemente enfatizadas nas dimensões interativa e social. Desse modo, a educação crítica, reflexiva, emancipatória torna-se a principal ferramenta da economia solidária, já que o atual modelo de ensino tende a reproduzir a ideologia dominante.

Já as exigências da sustentabilidade econômica e social, por meio da economia solidária, tem também outras exigências, como apresenta o Ministério do Trabalho e do Emprego, ao defender:

- a recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão, ou seja, a empresa em situação falimentar deve ser reorganizada segundo as decisões dos empregados;

- a comercialização e as redes de produção que devem desenvolver canais de escoamento da produção;

- o desenvolvimento através da economia solidária, que procure combater a pobreza e as desigualdades sociais por meio de ações de base comunitária, enfatizando a grande variedade de opções dentro do processo produtivo.

Passaremos a discorrer sobre a gestão ambiental, enfocando a questão da sustentabilidade ecológica. Vejamos como a gestão ambiental, impulsionada pela educação, pode contribuir para que formas de regulação ambiental possam ser explicitadas e internalizadas, enfatizando o compromisso de todos os setores da sociedade civil na promoção da sustentabilidade.

Começemos citando (Pimentel,2006, p.65) que diz:

Uma gestão ambiental sustentável deverá permear todos os setores da sociedade, constituindo-se, basicamente, em um processo inteligente de negociação de propósitos, aparentemente diferente, mas que, com certeza, podem ser mediados, visando à conciliação do interesse do desenvolvimento da sociedade humana, por meio da manutenção do equilíbrio ambiental, em que a sociedade e o poder público cobrarão e implementarão ações preconizadas, dentro de uma visão incorporada de totalidade”

Os instrumentos de participação na gestão ambiental, que se apresentam como fundamentais pela articulação poder público e sociedade, são os conselhos de meio ambiente (municipais, estadual e nacional), que, formados pela sociedade civil, empresas, instituições de ensino e poder público, ficam encarregados de estabelecer normas e padrões de desenvolvimento, condizentes com a melhoria da qualidade ecológica, devendo se responsabilizar pela fiscalização e avaliação dos processos produtivos implantados, e empreendimentos turísticos.

Segundo Philippi Jr. et al (1999, p.117), “...a possibilidade de participação da sociedade civil organizada nos processos de decisão, através dos Conselhos de Meio Ambiente, poderá garantir o prosseguimento de ações e políticas públicas, uma vez que poderá sujeitar o governo ao alto custo político da decisão de interrompê-los”.

No entanto, essa participação só ocorrerá na medida em que a população tomar consciência dos problemas ambientais existentes em sua cidade, por meio da educação em

seu sentido lato, buscando-se, assim, espaços para discussão e deliberação através dos conselhos de meio ambiente.

Assim, entra em cena a questão da participação popular, caracterizada pela luta ou pela exigência de uma coletividade, para transformar ou alterar o rumo de um determinado processo de desenvolvimento social, econômico, tecnológico ou científico. Para isso, devemos trabalhar com uma educação ambiental que dê ênfase às dimensões interativa e social, para que os participantes desse processo, possam se tornar atores capazes de ação política, conseguindo visualizar claramente quais devem ser as alternativas buscadas, para que a gestão ambiental ganhe eficiência.

Segundo Philippi Jr. et al (1999, p.125), as principais alternativas a serem buscadas pela gestão ambiental, são:

- Fortalecer os órgãos municipais do meio ambiente, principalmente através de estruturação e capacitação técnica,
- Capacitar o município para elaboração de normas de controle ambiental relacionadas às questões de âmbito local.
- Promover processos de capacitação técnica dos quadros de servidores municipais
- Resgatar o planejamento integrado em médio prazo, incluindo a variável ambiental.
- Eleger as prioridades do município para sistematizar as ações e planejar a ação fiscalizadora.

Destacaremos a seguir quais são os principais temas que configuram a gestão ambiental para que a comunidade possa exigir seu cumprimento:

- **planos diretores e planejamento ambiental:** a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 183, torna a elaboração do Plano Diretor obrigatória a cidades com mais de 20.000 habitantes. O Plano Diretor deve realizar conferências para que a população possa ajudar a decidir quais são as ações prioritárias para sua localidade, sempre internalizando os riscos ambientais advindas das mesmas.

- **água e esgoto:** é de fundamental importância que a população conheça como vem sendo realizada a gestão da água e do esgoto, para que possa assegurar a saúde de sua comunidade. Ex: Conselho Consultivo do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara – SP.

- **resíduos sólidos:** os resíduos sólidos devem ser acompanhados de uma política ambiental que priorize a reciclagem e a reutilização dessas matérias, no entanto, é imprescindível um serviço de coleta eficaz e de um sistema de aterro condizente com os diferentes resíduos.

- **poluição industrial:** a sociedade deve estar atenta para poluição causada pelas indústrias e exigir do poder público, ações eficazes para que a indústria internalize as externalidades, ou seja, o que era, até então, descartado como sobra do processo produtivo, deve ser retornado para empresa para que seja tratado.

- **cidadania ambiental:** deve ser alavancada pela educação ambiental para que os meios de participação da gestão ambiental do seu município, venham ser utilizados, como forma de garantir seus direitos e deveres. Segundo Franco (1999, p.28), “a cidadania ambiental faz

parte de uma dinâmica participativa e solidária, que pode transformar profundamente os lugares e as comunidades em que se implanta”.

Passaremos a identificar outros temas, oferecendo a bibliografia necessária para uma maior aprofundamento (Philippi Jr. et al, 1999), pois já ficou evidente a importância da gestão ambiental e da educação ambiental para sustentabilidade da atividade ecoturística:

- ruídos e conflitos urbanos de vizinhança;
- poluição do ar por fontes móveis;
- áreas verdes: criação e manutenção;
- comércio e prestação de serviços impactantes

Sabemos que pode parecer ‘devaneio’ esperar que todas essas alternativas venham a ser devidamente trabalhadas, porém, é papel da educação ambiental abrir um leque de possibilidades pelas quais possam tomar forma sociedades sustentáveis. Complementando os caminhos que podem levar na direção da construção de tais sociedades sustentáveis, vejamos Beni (2006, p.31) afirmando que,

“...somente as regiões que mostrarem mobilização para o desenvolvimento regional e clareza no processo decisório, além de entendimento da necessidade de trabalhar estratégias integradas de desenvolvimento, é que conseguirão se beneficiar com as oportunidades existentes, bem como se destacar como destinações competitivas”

Cabe lembrar que Beni destaca, além de mobilização para o desenvolvimento regional, também as relações com a educação ambiental. No entanto, ainda não tocamos na relação da educação ambiental com estratégias integradas de desenvolvimento que pode se dar por meio dos APLs (arranjos produtivos locais), pois, para sua implementação, é

requerida uma visão global com ênfase no fortalecimento da economia regional, que pode se dar pela capacidade do trabalho em conjunto, de estabelecer relações solidárias um dos objetivos centrais da educação ambiental trabalhada em termos das dimensões interativa e social. Vejamos um pouco mais sobre a questão dos APLs, sobre as cooperativas e suas relações com a educação ambiental.

2.2.5. Arranjos produtivos, cooperativas e suas relações com a educação ambiental

Na busca por um bem-estar das populações envolvidas no ecoturismo, partimos para conquistar a sustentabilidade na atividade. Sendo assim, podemos encontrar contribuições por parte dos arranjos produtivos e das cooperativas, tanto em sua função local, quanto global.

Quando conseguirmos unir as forças presentes em um município ou em uma região, por meio de um arranjo produtivo, teremos como lutar contra as forças de mercado, com o objetivo de assegurar uma diminuição dos antagonismos sociais.

Os arranjos produtivos se configuram quando existe uma inter-relação entre as cadeias produtivas de um determinado município, ou região, estabelecendo parcerias onde ambos, por meio de acordos comerciais, lucram com a atividade, fortalecendo-se em questões como formação de recursos humanos, inovações tecnológicas e aprimoramento de técnicas produtivas de maneira geral.

Outra prática muito importante no contexto da atividade ecoturística, são as cooperativas, que são permeadas por um conjunto de valores como responsabilidade, igualdade, solidariedade, democracia e participação, defendidos também pela educação ambiental.

A comunidade organizada em cooperativas e em arranjos produtivos ganhará uma maior representatividade no contexto regional e local, sendo capaz de resistir melhor as forças do mercado e atualizar-se, capacitar-se, buscando a qualidade total em seus produtos e serviços.

As cooperativas e os arranjos produtivos ainda poderão servir como ferramentas de sensibilização aos ecoturistas, que poderão repensar sua representação econômica de “capitalismo selvagem”, interpretando e admirando um mundo mais solidário, que será representado por um grupo consciente da realidade socioambiental.

A seguir, daremos ênfase aos arranjos produtivos e posteriormente estabeleceremos as relações com a educação ambiental. Buscamos na constituição de um Arranjo Produtivo local um recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município e seu entorno; conjunto de municípios; microrregião; conjunto de microrregiões, entre outros.

A proximidade ou concentração geográfica deverá levar ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constituindo uma fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões

Nessa reflexão sobre os arranjos produtivos locais, algumas palavras-chave nos chamam a atenção, pois sem elas não existem arranjos produtivos e as mesmas devem aparecer nos trabalhos de educação ambiental; são elas: ação política, cooperativas, compartilhamento; estabelecem-se, assim as relações entre Arranjos produtivos locais e a educação ambiental.

3. A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA-SP¹

- **Localização**

¹As informações contidas neste item foram obtidas dos sítios:

www.analandialegal.com.br e www.analandia.com.br

A estância climática de Analândia localiza-se a na região centro-leste do estado de São Paulo, a 225 km da capital do estado, a 30 km da cidade de Rio Claro e a cerca de 50 km da cidade de São Carlos. A localização está representada na figura 5.



Figura 4: Localização do município de Analândia.

- **Histórico e população do município de Analândia-SP**

A consolidação do município de Analândia teve início a partir de seu desmembramento da cidade de Rio Claro em 21 de junho de 1897, quando ainda se chamava Anápolis.

Analândia, ou seja, cidade de Ana em homenagem a Santa Ana, teve como marco de seu desenvolvimento as paradas realizadas por viajantes de Araraquara e região com destino a São Paulo, no Sítio Cuzcuzeiro e a intensificação da atividade rural pelas ótimas qualidades de clima e solos férteis que o município oferece.

As condições climáticas e a grande abundância de água no município, fizeram com que o mesmo em 1966, fosse elevado à categoria de estância climática.

Hoje, o município é constituído por uma população residente de 3.488 habitantes e possui uma população flutuante que, em época de temporada, pode chegar a 5.000 mil pessoas.

- **Antecedentes da atividade turística**

Por volta de 1985, Mauricio Tinto Clauzel, um escalador, chega a Analândia e passa a mapear os pontos de escalada da pedra do Cuzcuzeiro (ver Fotografia1). Com o passar do tempo uma agência de turismo de São Paulo começa a realizar treinamento na cidade para pessoas interessadas no turismo de aventura. A partir dessa época, nos finais de semana, a estrada que dá acesso à pedra, começou a ser freqüentada por muitos turistas.

Em dezembro de 2002, o dono dessa área, ao perceber o potencial turístico, cria o Projeto Pedra Viva. Em seguida, são criadas as primeiras agências de turismo na cidade.

Desde então, começaram a ser veiculadas várias matérias nos diversos meios de comunicação. Em 2003, uma agência da cidade participa da Adventure Sports Fair (a maior feira de esportes de aventura da América Latina). Em 2004, a prefeitura também passa a fazer parte da feira, retomando seus investimentos em 2005 .

A partir do final do primeiro semestre de 2004, é que a prefeitura percebe o potencial existente na cidade e começa a organizá-lo. Esse planejamento e organização do turismo na cidade, vem sendo desencadeado através de várias iniciativas como, por exemplo, a criação do PAT (Posto de Atendimento ao Turista) em 20 de junho de 2004.

- **Equipamentos turísticos**

Denominamos de equipamento turísticos, toda infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da atividade ecoturística; passaremos, então, a listar alguns desses equipamentos, começando pelas pousadas e hotéis que totalizam 10 estabelecimentos. No município encontramos as chamadas casas de veraneio, e 3 imobiliárias oferecem os serviços de locação.

As lanchonetes, bares e restaurantes, também são considerados como parte do equipamento turístico, sendo no total cerca de 20 estabelecimentos, oferecendo serviços para alimentação, contando com mercados e um armazém. Em Analândia, encontra-se apenas uma agência de ecoturismo e um posto de atendimento ao turista.

- **Os atrativos turísticos**

Passaremos a listar alguns atrativos, com o número de sua respectiva ilustração: Pedra do Cuscuzeiro (figura 5), antiga Estação Ferroviária (figura 6), Rio Corumbataí (figura 7), Ponte Amarela (figura 8), Salto Major Levy (figura 9), Saltinho (figura 10), Cachoeira da Bocaina (figura 11), Morro do Camelo (figura 12).

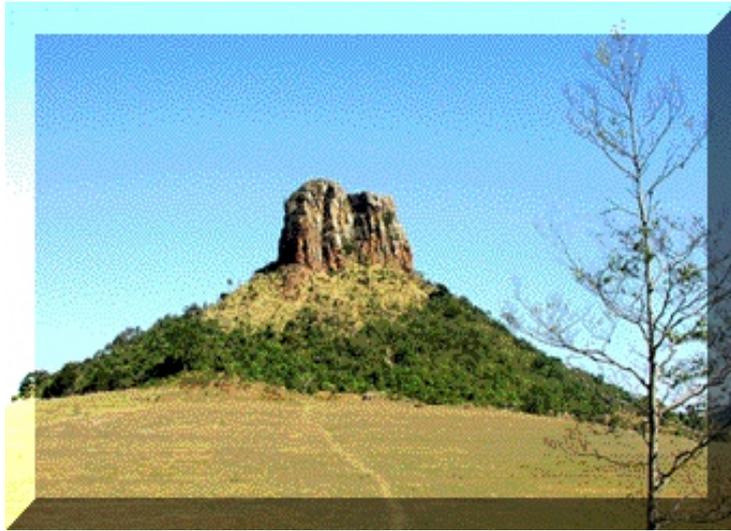


Figura 5: Pedra do Cuscuzeiro



Figura 6: Estação ferroviária



Figura 7: Rio Corumbataí



Figura 8: Saltinho



Figura 10: Salto Major Levy



Figura 11: Saltinho



Figura 12: Cachoeira da Bocaina

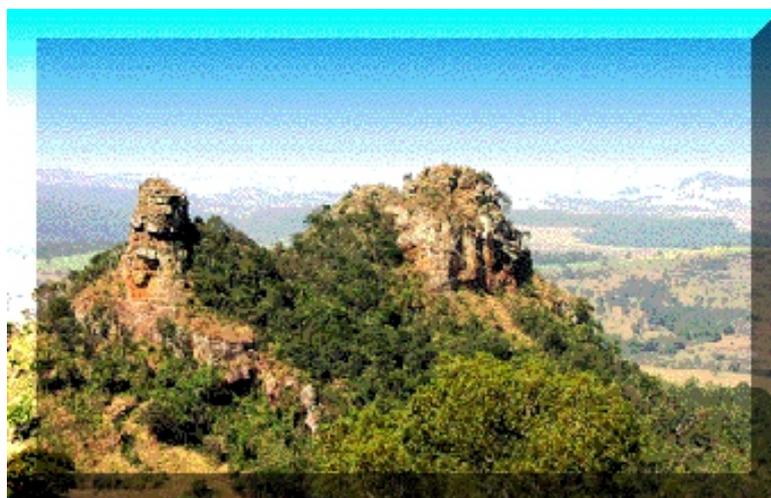


Figura 13: Morro do Camelo

- **Principais atividades**

Rapel, escalada, cascading, arborismo, tirolesa, caminhada, cavalgada, bóia-cross e rafting.

- **Principais festas**

Analândia tem um dos melhores carnavais de rua da região, atraindo cerca de 10 mil pessoas por noite; outra festa que vem chamando a atenção na cidade é a festa do carneiro, que vem pleiteando o mesmo sucesso da quermesse de Santana, realizada todos os finais de semana do mês de julho.

- **Localização dos principais atrativos turísticos de Analândia - SP**

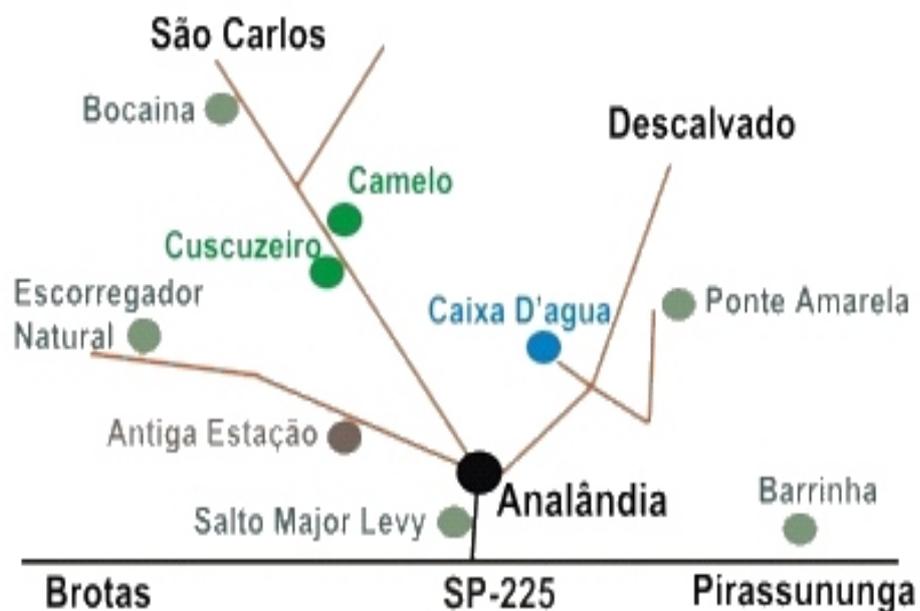


Figura 14: Localização dos principais atrativos turísticos de Analândia-SP.

3. PESQUISA DE CAMPO

3.1. Metodologia da pesquisa de campo

Para realização dessa pesquisa, primeiramente, através da secretaria de turismo, procuramos identificar quais eram os potenciais multiplicadores da educação ambiental no

município de Analândia-SP, identificamos, assim, num primeiro momento: pessoas responsáveis pela coordenação de turismo, pela coordenação de eventos, representantes de associações, diretores e coordenadores pedagógicos de escolas, monitores ecoturísticos, donos da agência de ecoturismo e religiosos.

Foram realizadas entrevistas com esses atores sociais, as quais buscaram identificar seus conceitos e práticas (ou as possíveis práticas) de educação ambiental, pois apesar de todos serem potenciais educadores ambientais, nem todos trabalhavam com a mesma.

As entrevistas foram realizadas no início do segundo semestre de 2006, e foram gravadas e depois transcritas. Nesse sentido, podemos classificar nossa abordagem metodológica como descritiva, pois tem como objetivo estudar as características de um grupo sobre um determinado assunto.

No entanto, podemos suscitar uma nova visão dos problemas, enquadrando-se assim, como uma pesquisa exploratória, pois, “...há porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias” (Gil, 2002, p.42).

A escolha pela entrevista como técnica de pesquisa deu-se pelo fato de as mesmas proporcionarem maior liberdade para que as pessoas pudessem discorrer sobre determinado assunto, o que aumenta a possibilidade de reconhecermos as representações em relação ao tema. E, segundo Gil (2005, p.591), as entrevistas “... são bastante adequadas para conseguir informações sobre o que as pessoas sabem, crêem, sentem ou desejam, pretende fazer ou fizeram... Vários autores consideram a entrevista como técnica por excelência na investigação social”

Porém, a técnica de entrevista possui algumas peculiaridades, assim cabe ressaltar que utilizamos a entrevista semi-estruturada, onde, segundo Pádua (2000, p.67), “o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre os assuntos que vão surgindo com o desdobramento do tema principal”.

As perguntas utilizadas como base foram:

- (1) o que você entende por educação ambiental? Se a pessoa trabalhava com a educação ambiental, em seguida era perguntado:
- (2) e como você trabalha? Se a pessoa não trabalhava, mas por sua posição no município tinha grande potencial, era perguntado:
- (3) como você poderia trabalhar com a educação ambiental?

Depois de realizadas tais entrevistas, foi proposta aos atores sociais uma atividade/reflexão que os estimulasse a pensar a educação ambiental em quatro dimensões de mundo (nossas categorias de análise foram explicitadas a cada um deles). Seu caráter de inovação nos trouxe algumas dificuldades metodológicas, porém por apresentar alguns resultados surpreendentes, decidimos pela apresentação destas dificuldades e potencialidades no Anexo 1.

Depois de gravadas as entrevistas, foi feita a transcrição das mesmas e com base nos textos transcritos, utilizamos a análise de conteúdo, que segundo Franco:

“...assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação”

E para classificarmos as diferentes representações sociais, que apareciam no texto, estabelecemos algumas categorias que, segundo Franco (2003, p.51), “...é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”.

As categorias foram baseadas no modelo ecossistêmico de cultura apresentado por Pilon, onde se destacam como categorias de análise as quatro dimensões de mundo:

- **Íntima**
- **Interativa**
- **Social**
- **Biofísica**

Como forma de apresentarmos o porque da classificação em determinadas categorias, não em outras, separamos alguns fragmentos de texto significativos para cada dimensão. Os dados obtidos, portanto, foram analisados por meio de uma abordagem qualitativa, cujos métodos podem expressar maior profundidade do estudo.

3.1.1. Amostragem

Foram realizadas 15 entrevistas com os atores sociais, sendo quatro representantes do poder público (coordenador de eventos, de turismo, auxiliar administrativo e prefeito) dois diretores de escola e um coordenador pedagógico, um proprietário de agência de ecoturismo. Dois responsáveis por uma Ong da sociedade civil e dois monitores ecoturísticos, um padre e uma proprietária de um dos principais hotéis da cidade.

Considerando Analândia uma cidade de pequeno porte, entrevistamos quase todos os atores sociais que possuem um papel relevante como multiplicadores ou possíveis multiplicadores da educação ambiental no município.

3.1. Apresentação e discussão dos resultados

Apresentaremos aqui as representações de educação ambiental, presentes nos discursos categorizadas nas quatro dimensões de mundo, que serão discutidas em relação a outros aspectos dos conceitos e práticas da educação ambiental.

Dimensão Íntima:

Quando destacamos a dimensão íntima na sua verificação nos discursos dos atores sociais pesquisados, pensamos na questão da educação ambiental frente aos valores adotados pelo modelo de desenvolvimento vigente (individualismo e competição), assim, a partir de um questionamento desses valores, almejaríamos contribuir com a formação de cidadãos solidários, capazes de se sensibilizar com os problemas socioambientais, propondo formas de sensibilização para os ecoturistas como parte de sua responsabilidade para com a solução dos problemas.

No contexto da dimensão íntima, ainda, lembramos sempre da consideração à “angústia do próximo”, o que pode possibilitar, por meio da compaixão, a criação de laços afetivos que induzam à responsabilidade social, para com o bem comum e ao comprometimento através de atos solidários, onde predominem as questões éticas.

Vejam algumas das respostas obtidas em relação a essa dimensão, extraídas das entrevistas e da atividade estimulada:

Referência ao conceito (O que você entende por educação ambiental?)

“nós temos a questão do meio ambiente e da conscientização”,

“a gente sabe que tem que ter teimosia para conscientizar as pessoas e plantar isso na mente das pessoas”

“educação é conscientização da população”

“noção da beleza e de todas qualidades que a gente tem aqui”

“saber respeitar as pessoas”, “vamos respeitar”

Referência à prática (Como você vem trabalhando com a educação ambiental)

“a gente estimula o desenvolvimento emocional de cada criança”

“redações, poesias”

“mudar hábito, sabe, conscientizar as crianças”.

Referência à possibilidade de prática (Como poderia trabalhar?)

Não aparece essa dimensão

Parece, nas entrevistas, que o trabalho com as crianças ganhou certa relevância, a questão de ter consciência também aparece com bastante frequência, alguns fragmentos vão de encontro à questão dos valores quando mencionam “o próprio homem com sua ganância”, “para lucro próprio”. Quando pensamos na prática, aparecem estímulos ao

trabalho com “redações e poesias”, até trabalhos com o desenvolvimento emocional das crianças..

No entanto, aparecem alguns fragmentos dos quais se pode verificar características de um certo modelo que parte da visão de que o próximo é uma tábula rasa que não possui nenhum conhecimento prévio (“plantar isso na mente das pessoas”).

Não encontramos nas análises, algo que nos levasse a questionar valores individuais, ou que nos fizessem perceber o individualismo. Trabalhar com a sensibilização do ecoturista não aparece nos discursos, e nem mesmo idéias que se relacionem com valores tais como, a compaixão, a solidariedade, a politicidade, entre outros considerados altruístas e de fundamental importância à sustentabilidade ambiental.

Retomando a importância da dimensão íntima para o ecoturismo lembremos quando Krippendorf (2000) nos coloca que a atividade turística deve estudar necessariamente a sociedade e sua escala de valores. Portanto, o trabalho com a dimensão íntima pode ser colocado como algo essencial a transformação social almejada pelo ecoturismo a caminho da construção de sociedades sustentáveis.

Pois para chegarmos a tais patamares, como no incita pensar Coimbra (2002), devemos ir além do estudo da economia, do social e da política devemos estar atento para uma relação de amor, na qual a natureza ajuda-nos a recompor nossa própria identidade.

E quando analisamos Morin (2000) percebemos uma certa falha no domínio da ciência que a dimensão íntima procura resgatar, uma vez que o mesmo diz que existe uma ausência da capacidade do sujeito de se conhecer e refletir sobre si mesmo “e como a educação pode se desenvolver numa condição de ruptura com a ciência moderna ela

Por isso, destacamos o trabalho com a dimensão íntima de fundamental importância para transformação do *status quo da* questão ambiental retomando , ou aderindo o caminho da ecosofia e da ecologia profunda mencionadas anteriormente.

Dimensão Interativa:

Quando pensamos na dimensão interativa, pensamos na sua importância em buscar incessantemente a qualidade nas relações primárias, ou seja, nas relações entre membros de escola, de grupos de alunos, de grupos de pais, de organizações, de cooperativas, de modo a estimular e aperfeiçoar essas relações, incentivando e criando potencial para novas relações que possibilitem pensar a economia solidária e a gestão ambiental (dimensão social) como caminhos para a sociedade sustentável, com o auxílio do ecoturismo e da educação ambiental.

O importante nesta dimensão, é sempre trabalhar com as pessoas, estimulando-as sempre a convocar outras pessoas para adotar responsabilidades individuais e coletivas para a melhoria da qualidade de vida, e, neste contexto, o ecoturismo deve permanentemente promover a integração entre população e o ecoturista, enfatizando, valorizando a cultura local.

A dimensão interativa deve ser trabalhada no que se refere à qualidade nas relações, a fim de proporcionar a participação efetiva da população na dimensão social.

Seguem alguns fragmentos do pensamento dos atores sociais, nos quais identificamos o avanço de tal dimensão nas suas representações e práticas.

Referência ao conceito (O que você entende por educação ambiental?)

“ai um faz, o outro faz, acaba com o que? Com a água né ?”

“na minha cabeça educação ambiental é isso ai uma troca mútua”

Referência à prática (Como você vem trabalhando com a educação ambiental?).

“A gente faz dinâmicas”

“danças que são feitas na gincana ecológica”

“um trabalho coletivo” “Participar individual e coletivamente”

“a gente tem que trabalhar com eles assim, vivência prática de meio ambiente”

“tentando associar as atividades com a vivência do dia a dia”

Referência à possibilidade de prática (Como poderia trabalhar?).

Não aparece essa dimensão

Vejamos o quanto é importante trabalhar com a dimensão interativa, em destaque, pois a mesma é responsável pela troca interpessoal das informações, e valores discutidos e trabalhados na dimensão íntima.

Quando entramos em contato com algumas pessoas em nosso trabalho, no momento de lazer sempre estamos levando um pouco de conhecimento, alguma cultura e deixando-nos influenciar pelo conhecimento e pela cultura do outro, depois de tal encontro é possível que as duas pessoas possam sair um pouco transformadas, irá depender, apenas do quanto a pessoa se tornará receptiva, novamente destacamos então o trabalho do reconhecimento de importância da humildade na dimensão íntima.

Pois é claro que pessoas extremamente orgulhosas perdem tais oportunidades de enriquecimento cultural, pois erroneamente sentem-se acabadas, completas detentoras de todo conhecimento que necessita.

No entanto vimos através da educação que somos seres incompletos e em constante formação. Essa formação no encontro com a alteridade é o que precisamos a todo instante ressaltar nos trabalhos com a dimensão interativa no processo de educação ambiental.

Dimensão Social:

Nesta dimensão esperávamos ver nos discursos, questões relativas à elaboração de políticas públicas que, com a influência das demais dimensões, esperava-se como referencial, a abordagem de direitos e deveres presentes em uma sociedade democrática, e a questão do planejamento participativo.

Os caminhos esperados para a verificação nessa dimensão, pressupõem integração com a gestão ambiental, que possibilita a criação de conselhos, bem como a questão do orçamento participativo, a qual tem potencial para discutir como vem sendo empregado o dinheiro público no município e como o ecoturismo como via de desenvolvimento local, vem sendo planejado na estância.

A seguir, apresentaremos alguns fragmentos que nos auxiliam a perceber o quanto de importância vem sendo dada a essa dimensão, tão essencial a uma educação ambiental de qualidade, pois nela pode-se verificar o grau de exercício da democracia participativa.

Vejam alguns fragmentos a seguir:

Referência ao conceito (o que você entende por educação ambiental?)

“quem tem uma fazenda acaba com toda vegetação nativa do lugar para plantar cana”

“exercer sua cidadania”

“o apoio da prefeitura municipal, de uma ONG, que é a organização não governamental do Pró-Cuscuzzeiro”

“esse é o nosso produto”, “o produto melhor agente pode vender legal”, “legislação que controle isso”

Referência à possibilidade de prática (Como poderia trabalhar?)

“tem os fazendeiros aqui né, que eles vivem fazendo o que da terra, e eu acredito que devia existir essa lei, para eles não ter toda essa autoridade”

De acordo com esses fragmentos, percebemos maior tratamento da dimensão social, nos seus aspectos econômicos principalmente, no entanto, temos alguns fragmentos significativos identificados através dos discursos, vejamos:

“exercer sua cidadania”, “quem tem fazenda acaba com toda vegetação nativa do lugar para plantar cana”, “problema da plantação de cana ao redor dos morros”. Percebemos que tais problemas são identificados, no entanto, aparecem ainda de maneira muito simplista, não sendo aprofundadas no sentido de, realmente, contribuir com a transformação dos problemas apresentados, pois normalmente são problemas que perpassam questões políticas profundas.

A dimensão social se apresenta de fundamental importância para a construção de sociedades sustentáveis, pois uma vez contestados os valores vigentes na dimensão íntima,

considerando-se que as pessoas passem a optar por relações permeadas por valores altruístas, logo teremos dimensões interativas fortalecidas, pois a abertura a novos aprendizados, o aprendizado mútuo, a troca de experiências, o respeito as diferenças, proporcionara auto-confiança e qualidades nas relações grupais, uma vez o grupo fortalecido tratará de buscar cumprir seus deveres e seus direitos frentes as possibilidades oferecidas por uma sociedade democrática onde “todo poder emana do povo”.

Assim, as pessoas, passarão a defender seus direitos a uma vida digna, frente ao poder publico, cobrando dos mesmos tudo o que for referente a gestão ambiental para que possam obter uma sadia qualidade de vida e incentivos a formas alternativas de economia para que possam ao regular o mercado garantir a população condições de diminuir a desigualdade social.

Nessa dimensão é imprescindível destacar a importância da formação de conselhos deliberativos para que o modelo da co-gestão venha a ser seguido como um patamar de qualidade para educação ambiental, em busca do planejamento participativo

Dimensão Biofísica:

Nesta dimensão, referimo-nos ao ambiente, tanto natural como construído, que serve de suporte à construção da qualidade de vida, com o aproveitamento responsável de todo patrimônio ambiental de forma sustentável. É necessário assegurarmos que os níveis de preservação e conservação do patrimônio natural sejam efetivamente delimitados.

A seguir, poderemos ver a importância dessa dimensão nos discursos e a atividade de estímulo tratando da educação ambiental.

Referência ao conceito (o que você entende por educação ambiental?)

“estarem em contato com o meio mais simples possível, que é a natureza”, “um contato maior com que um dia pode faltar para eles”

“a importância de cada árvore, de um rio” “com as queimadas, com o desmatamento”, “com a água”, “com a vegetação nativa”

“da necessidade da preservação do meio ambiente, isso envolve, água, tudo o que a gente tem aqui mata ciliar, reserva florestal, tudo neste contexto”

“não sou nenhuma ecologista” “para que realmente a gente não tivesse um mundo poluído, águas contaminadas” “há necessidade, também de preservar, recuperar as nossas árvores” “vem se desfazendo das belezas naturais e necessidades naturais”

Referência à prática (como você vem trabalhando com a educação ambiental?)

“aterro sanitário”, “para implantar a coleta seletiva”, “a estação de tratamento de esgoto”, “coletamos todo o esgoto sanitário”, “processo de tratamento aeróbico e anaeróbico”, “tem que ter um entendimento do que é isso, do que é jogar um lixo no rio, ou num terreno baldio, do que é você depredar a natureza, desmatar”

“plantio de árvores de mata nativa, visitas a matas ciliares, replantio de mudas de plantas onde houve incêndio” “acho que ao todo umas 10 crianças cada uma recebeu uma muda de planta” “o acompanhamento tem sido feito até hoje porque tem o agrônomo com o pessoal dele que estão sempre lá para cuidar, dar uma olhada nas plantas e nas mudas que as crianças plantaram”

“A gente percebe que aqui tem um problema muito sério que é a erosão. Então a gente tá trabalhando também em cima da recuperação dos rios” “a preservação e recuperação das belezas naturais aqui”.

“A gente vai levar os alunos para fazer trilhas, para ver a mata ciliar, para ver a vegetação nativa da cidade, os rios” “Analândia possui, erosão, assoreamento, desmatamento” “eles conseguiram aumentar a quantidade de água recuperando a vegetação do local” “nós estamos trabalhando fauna e flora do município, para ver quais espécies que a gente tem”

Essa dimensão, de fato, é a que mais aparece nos discursos, tendo em vista, que são as “bolhas de um caldeirão - sistema,” ou seja, são os problemas mais evidentes que compõem a questão ambiental. Trata-se no entanto, de um modelo de concepção de mundo e de ciência que não vem dando certo.

Vejamos um exemplo bastante ilustrativo nesse fragmento:

“o efeito estufa, erosão, danos ambientais”,

Temos também um caso bastante ilustrativo que nos faz considerar essa dimensão como a de maior destaque na representação social da educação ambiental. Um dos nossos depoentes, ao ser questionado sobre o que pensa, dá ênfase ao rio com uma abordagem conceitual exclusivamente hidrológica, desconsiderando as relações complexas que afetam sua qualidade e equilíbrio.

Após o árduo trabalho com a dimensão íntima, para que a dimensão interativa tenha de fato, expressão através de um salto de qualidade nas relações nos grupos primários, que por sua vez passarem a atuar de maneira eficaz na dimensão social, caminhamos rumo a um ambiente biofísico de qualidade.

Onde os recursos naturais consigam atender as demandas atuais sem comprometer o direito das futuras gerações terem também suas demandas satisfeitas.

Os cuidados com a água, com o solo, com o ar e etc, são tudo o que precisamos mas a educação ambiental deve estar atenta a complexidade que envolve essas questões para

que de fato, possam protegê-los, pois uma abordagem reducionista-simplificadora que apenas vem remediar a situação, ao invés de atacar as verdadeiras causas que perpassam pelas quatro dimensões de mundo continuaremos a colher poucos resultados como nesses quase 35 anos de educação ambiental.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com a metodologia adotada, possibilitaram a visualização de um cenário onde o ecoturismo poderia caminhar rumo à construção de sociedades sustentáveis, caso a educação ambiental contemplasse o modelo ecossistêmico de cultura, perpassando pela complexidade da questão ambiental.

No entanto, a educação ambiental que, com base nas discussões acadêmicas, como apresentada pela dissertação, se apresenta como uma ciência complexa, não vem conseguindo atingir os mesmos padrões de discussões no senso comum, pois quando abordamos sua representação social podemos perceber que a mesma, ainda, ancora-se, em partes, numa ciência cartesiana, onde a mesma, é vista predominante na dimensão biofísica.

Em alguns casos, é certo, surgiram “fagulhas” que poderiam estar sinalizando uma abordagem complexa das questões ambientais e da correspondente educação ambiental, mas ainda assim, não conseguiram compor, ou acrescentar, um certo grau de complexidade às dimensões observadas em seus discursos.

A grande maioria, quando perguntados sobre a educação ambiental, deixava de considerar relações de cunho íntimo (íntima), que afetaria a qualidade dos contatos (interativa), contribuindo com a reflexão crítica aos ecoturistas e possibilitando a

representação da população junto ao poder público (social); para que, desse modo, conseguissem melhorar a dimensão biofísica, que ganha destaque nos discursos, mas não se mostra capaz, *per se*, de transformar a realidade, pois como vimos, tratam-se das “bolhas” de um modelo de desenvolvimento que não vem dando certo, pois se encontra ancorado no racionalismo econômico que produz reducionismos.

Definitivamente, precisamos formar pessoas capazes de ação política, através de um pensamento complexo que estimule a arte do pensamento crítico, reflexivo, tão necessário para manter as bases naturais.

Ficou evidenciado no decorrer da dissertação que a educação ambiental, quando representada em bases complexas, é um dos melhores instrumentos para proporcionar a sustentabilidade na atividade (eco) turística, uma vez que não trata apenas da questão da natureza, mas contempla a questão ambiental em suas dimensões natural, econômica, social, tecnológica, cultural e política, almejando, assim, a construção de sociedades sustentáveis.

Percebeu-se que existe uma preocupação por parte dos atores sociais em relação à questão ambiental. No entanto, não existe nenhum programa de educação ambiental que trabalhe a sensibilidade dos munícipes para reconhecer e fomentar o turismo em bases sustentáveis, bem como, não existe nenhum movimento social organizado que pressione o poder público a tomar atitudes mais eficazes quanto ao cumprimento das ações voltadas à gestão ambiental e a conseqüente economia solidária.

Cabe ressaltar que de acordo com a constituição federal de 1988 em seu artigo 225, parágrafo 1º inciso VI (Brasil, 1999,p 123) – devemos promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente, mas como vimos na presente dissertação, qualquer educação ambiental, não solucionara

nossos problemas que é de ordem estrutural, por isso se faz necessária uma ampla requalificação do senso comum da educação ambiental para que ela possa, de fato, contribuir com a construção de sociedades sustentáveis.

E por último destacamos que segundo a constituição de 1988 em seu artigo 180 (Brasil,1999,p.104) diz que: a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, diante disso, nós autores dessa dissertação afirmamos: incentive primeiro a educação ambiental em bases sistêmicas, ou os frutos do turismo serão degradação ambiental, desigualdades sociais e descaracterização da cultura local.

- **Perspectivas**

Como vimos, a educação ambiental pode ser propulsora de uma nova forma de pensar o modelo de desenvolvimento adotado, ela definitivamente não deve estar interessada em colocar remendos em tecidos corrompidos (sensu Pilon, 1998), mas sim criar algum tecido novo, que possa nos levar a construção de sociedades sustentáveis.

Analândia, muito tem se esforçado para trabalhar com a educação ambiental, todos os atores sociais entrevistados se mostraram interessados e preocupados com relação à questão ambiental.

No entanto, de acordo com os resultados apresentados na pesquisa, o senso comum da educação ambiental precisa de uma ampla qualificação para que possa tornar as pessoas mais reflexivas, críticas e participativas em relação à transformação do modelo que se apresenta como insustentável em suas mais variadas vertentes.

Desse modo, ficamos a vontade para propor algumas ações que levem Analândia a seguir o rumo da sustentabilidade, como um curso que trabalhe com educadores e possíveis educadores do município, ou todos que possam estar interessados pela questão ambiental e pelo ecoturismo.

O curso proposto conterá quatro módulos de quatro horas-aula, distribuídos da seguinte maneira:

- No primeiro módulo, discutiremos a questão ambiental e sua complexidade, e faremos uma contextualização da educação ambiental, apresentando alguns elementos da dissertação, que enfatizem suas dificuldades e potencialidades.
- No segundo módulo, discutiremos a relação da educação ambiental com a atividade turística, enfatizando a necessidade do planejamento participativo (conselhos, audiências públicas), da gestão ambiental e da economia solidária como reguladores do mercado e do estado.
- No terceiro módulo, apresentaremos alguns exemplos significativos de educação ambiental de sucesso em outros municípios, enfatizando novamente potencialidades e dificuldades. Em seguida, daremos início à oficina de futuro, que permite com que os munícipes, identifiquem problemas e estabeleçam prioridades e objetivos.
- No quarto e último encontro trabalharemos com um projeto de intervenção para alcançarmos os objetivos traçados anteriormente, destacando que as ações deverão ser baseadas no modelo ecossistêmico de cultura, o que aumentará as chances dos projetos criarem fortes raízes.

Acreditamos que realizando tal curso, estaremos cumprindo com nossa função social enquanto pesquisador, socializando os resultados da pesquisa, com a intenção de dar um salto qualitativo com relação à representação social da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, H.; SOUZA, M. A.; BROCHIER, J. I. Representação social da educação ambiental e da educação em saúde em universitários. **Psicologia: reflexão e crítica**. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102-79722004000100007&1> Acesso em: <140/1/2007>

ASSMANN, H; SUNG, J, M. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 out. 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n.22, 18 mar. 1999, acompanhada de notas remissivas e dos textos, integrais, das ementas constitucionais e das ementas constitucionais de revisão. 22. ed. rev.e.ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. 273p (Coleção Saraiva de Legislação)

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BORDENAVE, D. J. **O que é participação**. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999.

BRANDÃO, C. R. IN: SOUZA, I.A [et.al]. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: 2005

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

CARVALHO, E. A; ALMEIDA, M. C; FERRARA, N. F.[et al].**Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1996.

CARNEIRO, M. **Educação Comunitária: Faces e Formas**. Petrópolis – Rj: Vozes, 1985.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Trad. Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, M. A. B. O. **‘Meio Ambiente’ e ‘Educação Ambiental’ na perspectiva de diferentes sujeitos sociais no município de Matão–SP: possibilidades de ações e parcerias**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara-SP.

CASCINO, F. **Educação ambiental: Princípios, história, formação de professores**. São Paulo: Senac. 1999.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALARI, R. M. F.; SANTANA, L. C.; CARVALHO, L. M. Concepções de educação e educação ambiental nos trabalhos do I EPEA. **Pesquisa em educação ambiental**, v.1, n.1, jul./dez. 2006. p. 141-173.

COIMBRA, A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas: Millennium, 2002.

DALAI LAMA XIV. **A arte da felicidade**. Um manual para vida. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DALAI LAMA XIV. **O universo em um átomo:** o encontro da ciência com a espiritualidade. Trad. Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, P. **Politicidade:** razão humana. Campinas: Papirus, 2002

DIAS, R. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DOWBOR, L. **A Reprodução social:** descentralização e participação – As novas tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FERRETI, E. **Turismo e Meio Ambiente:** uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

FORTUNATO, R.A. **Representação social da educação ambiental dos participantes da Adventure Sports Fair.** Anais do I encontro de educação ambiental da UNESP/ Botucatu – SP, 2005.

FORTUNATO, R.A. **Representação social dos educadores ambientais do Município de Marília – SP.** Anais do V congresso Ibero-Americano de educação ambiental. Joinville – SC, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M; FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: dialogo e conflito.** São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M; GUTIERREZ, F. **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez: 1993.

GAYOTTO, M. L. **A psicologia social de Enrique Pichon-Rivière.** São Paulo: PUC, s/d.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri-SP: Manole, 2005.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**. A conexão necessária. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1993.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2002.

IBAMA. <http://www.ibama.gov.br/revista/apresentação.htm>. Acesso em 12/05/2006

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, M. A. in CAMARGO, L.O.L (org). **Perspectivas e resultados de pesquisa em educação ambiental**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B (et.al). **Pensamento complexo, dialético e educação ambiental**. São Paulo Cortez, 2006.

LUZZI, D. A. “Ambientalização” da educação formal. Um diálogo aberto na complexidade do campo educativo. In: LEFF, E. (coord.) **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCELINO, N. **Educação e Lazer**. Campinas-SP: Papyrus,1987.

MELLO, L. G. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes,1983.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri-SP: Manole, 2005.

MINAYO, M. L. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / Abresco, 1999.

_____. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: 1994.

MOLINA, E.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento Integral do turismo: um enfoque para América Latina**. Trad. Carlos Valero. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2005.

MOUROIS, A. **Arte de viver.** Rio de Janeiro: Vecchi, s/d.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

NEIMAN, Z.; SECCO, A. P. L.; RABINOVICI, A. O contato com a natureza e seu potencial para educação ambiental no Vale do Ribeira-SP. In: **Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental** de Ribeirão Preto-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2005.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, H. T.; FREITAS, D. Pesquisa em educação ambiental: um panorama de suas tendências metodológicas. **Pesquisa em educação ambiental**, v.1, n.1, jul./dez. 2006.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa científica: abordagem teórico-prática.** Campinas-SP: Papyrus, 2000.

PANOSSO, N. A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia.** São Paulo: Aleph, 2005.

PELICIONI, A. F. **Educação ambiental**. Limites e possibilidades de uma ação transformadora. Tese de doutorado. Apresentada ao departamento da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

PIMENTEL, C.E. Gestão Ambiental para o turismo. In:Queiroz, O.T.M.M. (org). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas,SP:Alínea, 2006

PHILIPPE JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Desenvolvimento de cursos e projetos em Educação Ambiental**. São Paulo: Signus, 2000.

PHILIPPE JR, [et al]. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

PILÓN, A. F. **A construção da qualidade de vida**. Tese de livre docência apresentada a faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

REGO, T. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 2002.

REZENDE, D. A.; CASTOR, J. V. B. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

ROLLAND, R. **O pensamento vivo de Rousseau.** Tradução De J. Cruz costa. São Paulo: Livraria Martins fontes, 1995.

SACHS. I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

SÉ, J. A. S. **Educação ambiental nas bacias hidrográficas do rio do Monjolinho e do rio Chibarro: ciência, educação e ação nos quotidianos de São Carlos e Ibaté (SP).** 1999. Tese (Doutorado) - Ciências da Engenharia Ambiental - CRHEA-EESC-USP, São Carlos-SP.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, n.9, p. 300-98, 1993.

TEVES, N.; RANGEL, M. (orgs). **Representação social e educação**. Campinas: Papyrus, 1999.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 1999.

WEARING, S; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri -SP: Manole, 2001.

ANEXO

Depois de realizadas as entrevistas, foi aplicado um método de pesquisa, no entanto, pelo caráter de inovação ele pode apresentar alguns equívocos, decidiu-se então não colocá-lo nos resultados oficiais dessa pesquisa.

Porém, achamos importante exemplificá-la, pois pode incentivar outros pesquisadores a pensarem sobre tal método, melhorá-lo e quem sabe um dia utilizá-lo como um método oficial de pesquisa.

Decidiu-se utilizar esse método, para podermos estimular as pessoas a pensarem a educação ambiental em quatro dimensões de mundo, para que em um momento posterior

(quando fossemos apresentar os resultados da dissertação) pudéssemos conversar com melhores subsídios e significado sobre as mesmas, identificando possíveis equívocos e potencialidades em pensar a educação ambiental de modo sistêmico, vejamos como foi a atividade e alguns de seus resultados.

Foi entregue para os atores sociais, a seguinte atividade:

Ao pensarmos em educação ambiental, conseguimos estabelecer relações com as dimensões citadas abaixo, quais? Entre as dimensões existe alguma relação, se existir exemplifique usando fechas.

Dimensão íntima

(desenvolvimento de consciência crítica face ao projeto de vida, questão relativa a valores).

Dimensão interativa

(O outro é aquele que me convoca a responsabilidade, relações de grupos primários).

Dimensão Social

(elaboração de políticas públicas, direitos e deveres, participação, cidadania, democracia)

Dimensão Biofísica

(ambiente natural e construído)

apresentou alg

aspectos:

- Os atores sociais que não trabalhavam com a educação ambiental encontraram dificuldades para responder ainda que a atividade tivesse sido devidamente explicada pelo pesquisador
- Os atores sociais, freqüentemente confundiam as dimensões apesar de existir algumas explicações, abaixo de cada uma.

Alguns atores levaram a atividade para casa, enquanto outros preferiam responder na hora, no entanto alguns que levaram para casa acabaram respondendo quando o

- pesquisador foi recolher a atividade, demonstrando falta de comprometimento com a mesma.
- Como algumas pessoas levaram a atividade para casa puderam utilizar ajuda de terceiros pra responder a atividade.

Mas também apresentou algumas potencialidades e alguns resultados surpreendentes, vejamos:

- Os atores sociais tiveram um contato, mesmo que de modo um pouco confuso com as dimensões de mundo, o que certamente facilitara uma abordagem posterior sobre o assunto.
- Alguns atores sociais conseguiram estabelecer as relações entre cada dimensão de mundo e a educação ambiental, esclarecendo a importância de se trabalhar com cada uma delas.
- Alguns atores identificaram as relações entre as dimensões, outros utilizaram flechas aleatórias, o que permite ao pesquisador conversar com argumentos sobre o porque do ator social ter usado as flechas daquele modo. Conferindo um maior significado as relações entre as dimensões de mundo.

Exemplo de respostas que surpreenderam, quando comentaram o porque de terem utilizado as flechas daquele modo.

“Por finalmente tenho que as quatro dimensões estão interligadas e determinadas por interdependência a partir da dimensão íntima de conscientização para construção de um mundo melhor”.

“Entre todas as dimensões há uma relação, pois atuamos em todas elas, enquanto seres humanos e responsáveis pelo ambiente que vivemos”.